



ARQUIVOS PESSOAIS

experiências, reflexões, perspectivas

José Francisco Guelfi Campos
organizador

ARQUIVOS PESSOAIS
experiências, reflexões, perspectivas

Eventus, 4



Associação de Arquivistas de São Paulo
Av. Prof. Lineu Prestes, 338 – Sala N – Butantã
05508-000 – São Paulo – SP
Telefax: (11) 3091-3795
www.arqsp.org.br

José Francisco Guelfi Campos
(organizador)

ARQUIVOS PESSOAIS
experiências, reflexões, perspectivas

Associação de Arquivistas de São Paulo (ARQ-SP)
São Paulo
2017

Copyright © 2017 dos autores
Todos os direitos desta edição reservados à Associação de Arquivistas de São Paulo
Reprodução autorizada, desde que citada a fonte

ASSOCIAÇÃO DE ARQUIVISTAS DE SÃO PAULO

Diretoria

Ana Célia Navarro de Andrade (presidente)
Clarissa Moreira dos Santos Schmidt (vice-presidente)
Alessandra Andrade França Barbosa (secretária)
Fátima Aparecida Colombo Paletta (tesoureira)

Comissão de cursos e eventos

José Francisco Guelfi Campos (coord.)
Ana Célia Navarro de Andrade
Ana Maria de Almeida Camargo
Clarissa Moreira dos Santos Schmidt
Maria de Lourdes Ferreira

Comissão editorial

Ana Maria de Almeida Camargo (coord.)
Heloísa Liberalli Bellotto
Johanna Wilhelmina Smit

Arquivos pessoais : experiências, reflexões, perspectivas [recurso eletrônico] / organização José Francisco Guelfi Campos ; Associação de Arquivistas de São Paulo. -- São Paulo: ARQ-SP, 2017.
134 p. ; 21 cm. -- (Eventus, 4).

Trabalhos apresentados no I Encontro "Arquivos pessoais : experiências, reflexões, perspectivas", realizado em maio de 2015, na Universidade de São Paulo (USP).
Inclui bibliografia
E-book
ISBN 978-85-65797-14-6

1. Arquivos pessoais I. Campos, José Francisco Guelfi II. Associação de Arquivistas de São Paulo II. Título III. Série.

CDD – 025.1

Ficha elaborada por Andre Vieira de Freitas Araujo (CRB-8: 6831)

ARQ-SP

Avenida Prof. Lineu Prestes, 338, Sala N – Cidade Universitária
05508-000 – São Paulo – SP
(11) 3091-3795
www.arqsp.org.br

Sumário

- 7 **Apresentação**
Ana Célia Navarro de Andrade
- 8 **Um feliz encontro**
José Francisco Guelfi Campos

Primeira Parte - “Enfrentamentos teóricos e o(s) lugar(es) dos arquivos pessoais”

- 12 **Arquivos, centros de documentação e de memória: perfis institucionais e funções sociais**
Viviane Tessitore
- 29 **Entre arquivos, bibliotecas e museus: a interdisciplinaridade em pauta**
Johanna W. Smit
- 38 **O tratamento da correspondência em arquivos pessoais: desafios e controvérsias**
Silvana Goulart

Segunda Parte - “Experiências, reflexões, perspectivas”

- 62 **Arquivos pessoais e a memória das instituições: o caso da Universidade de São Paulo**
José Francisco Guelfi Campos & Lílian Miranda Bezerra
- 76 **Arquivos pessoais na UFBA: uma abordagem da experiência na Escola Politécnica**
Louise Anunciação Fonseca de Oliveira do Amaral
- 86 **LIM CAC – Centro de Documentação Teatral: necessidades e perspectivas**
Elizabete Ribeiro Azevedo
- 96 **Várias histórias para uma: o arquivo do IEB e seus fundos pessoais**
Elisabete Marin Ribas
- 107 **Pela legitimidade arquivística dos arquivos pessoais: o caso do arquivo de Epifânio Dória**
Lorena de Oliveira Souza Campello

- 120 **Políticas de preservação em arquivos pessoais: a experiência da Fundação iFHC**
Alessandra Barbosa

- 132 **Sobre os autores**

Apresentação

Criada em 1998, a Associação de Arquivistas de São Paulo tem por objetivos contribuir para o desenvolvimento técnico e científico da Arquivologia, congregar profissionais de arquivo e de áreas afins, defendendo seus interesses, e cooperar com entidades públicas e privadas na solução de problemas relacionados a arquivos. Para tanto, vem dividindo seus esforços entre a promoção de cursos de atualização e aprimoramento técnico dos profissionais de arquivo, a publicação de literatura de interesse da área e a organização de congressos, palestras e outros eventos.

Em 2012, a ARQ-SP oficializou sua função de editora autônoma, reeditando obras já publicadas e abrindo espaço para novos trabalhos. A série *Eventus*, inaugurada em 2016, destina-se à publicação de volumes derivados dos eventos realizados pela Associação e, ocasionalmente, daqueles por ela apoiados, como o *XI Congresso de Arquivologia do Mercosul* (São Paulo, 2015) e o *III Encontro Nacional de Arquivos Privados* (promovido pela Associação de Arquivistas do Estado do Ceará, por ocasião do VII Congresso Nacional de Arquivologia, em 2016).

Realizado em 8 maio de 2015, no auditório Istvan Jancsó do Complexo Brasiliana da Universidade de São Paulo, o *I Encontro “Arquivos pessoais: experiências, reflexões, perspectivas”* reuniu participantes de diversos Estados brasileiros, num espaço aberto de aprendizagem e compartilhamento de experiências. A surpreendente adesão do público credenciou a integrar a agenda de eventos da ARQ-SP, com expectativa de realização de nova edição a cada dois anos.

Com a publicação deste volume, o quarto da série *Eventus*, a ARQ-SP cumpre o seu papel de difundir o conhecimento produzido na área da Arquivologia, dando continuidade ao seu projeto editorial.

Ana Célia Navarro de Andrade
Presidente da Associação de Arquivistas de São Paulo

Um feliz encontro

José Francisco Guelfi Campos

Não é à toa que os chamados arquivos pessoais tenham ocupado posição ambígua no bojo do desenvolvimento das correntes do pensamento arquivístico. Se, por um lado, seus contornos fluidos e as peculiaridades dos documentos que os compõem colocam em xeque, a todo momento, os princípios da teoria arquivística tradicional, por outro oferecem condições para renová-los e reafirmá-los.

É bem verdade que o debate em torno destes arquivos tem experimentado, nas últimas décadas, sensível aquecimento. Contudo, a falta de consenso entre os profissionais e estudiosos a respeito da caracterização e das estratégias adotadas para a organização e representação dos conjuntos de documentos acumulados por indivíduos descortina um horizonte amplo e fértil para novas discussões.

Realizado em maio de 2015, o *I Encontro “Arquivos Pessoais: experiências, reflexões, perspectivas”* contou com a apresentação de conferências e relatos de experiência que agora se encontram reunidos, sob a forma de capítulos, nesta coletânea. Os textos, que procuram considerar aspectos ligados à teoria e à prática do quefazer arquivístico em perspectiva crítica, convergem em um aspecto relevante: o reconhecimento dos arquivos pessoais enquanto arquivos, no sentido estrito do termo.

O artigo de Viviane Tessitore, “Arquivos, centros de documentação e de memória”, abre o volume trazendo as marcas que a autora habitualmente imprimiu aos seus textos, conferências e aulas: a clareza e a objetividade, empregadas aqui para traçar um perfil acurado das instituições de custódia do patrimônio documental. Vivi, como carinhosamente a chamavam os mais próximos, foi uma das colaboradoras mais ativas da ARQ-SP, sempre à disposição para compartilhar suas opiniões críticas – e sempre muito lúcidas – a respeito dos temas de sua especialidade. Sua inesperada partida deixou, sem dúvida, uma lacuna contundente no cenário da Arquivologia brasileira. Contar com um artigo seu, inédito, nesta coletânea, é uma oportunidade de sentir sua presença entre nós e de prestar-lhe mais uma merecida homenagem.

Em “Entre arquivos, bibliotecas e museus: a interdisciplinaridade em pauta”, Johanna Smit parte de referencial mais afinado aos pressupostos da Ciência da Informação, ampliando o debate ao refletir sobre a questão da interdisciplinaridade, recorrentemente aludida quando se discute o tratamento dos arquivos pessoais,

reconhecidos por reunir uma gama variada de itens cuja natureza se confunde, em princípio, com o escopo dos acervos das bibliotecas e dos museus. Admitindo a existência das distinções corporativas, a autora pondera em favor da complementariedade entre a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia.

Os dilemas relativos à organização dos arquivos acumulados por indivíduos dão mote ao artigo de Silvana Goulart, intitulado “O tratamento da correspondência em arquivos pessoais: desafios e controvérsias”. Fazia geralmente privilegiada dos arquivos, a correspondência das personalidades públicas exerce duplo fascínio. O mais chamativo deles tem a ver com a possibilidade de nos aproximarmos do perfil daqueles que a produziram; mais discreto – mas igualmente cativante – é o estudo da forma e da funcionalidade destes documentos, que motiva reflexões acerca da tipologia e da descrição documental.

Não podemos deixar de apontar, infelizmente, a ausência do texto referente à conferência de abertura, proferida pela Profa. Dra. Ana Maria de Almeida Camargo, cujo tema – “A natureza dos arquivos e os princípios da Arquivologia” – instigou debate profícuo entre os participantes do evento.

A segunda parte deste volume reúne estudos de caso e relatos de experiência de autoria de profissionais e pesquisadores da Arquivologia e de áreas afins, dedicados ao trabalho com arquivos pessoais em diferentes vertentes e ramos de atuação.

Os dois primeiros artigos, de autoria de José Francisco Guelfi Campos e Lílian Miranda Bezerra e de Louise Anunciação Fonseca de Oliveira do Amaral, guardam uma afinidade temática: em ambos, os arquivos pessoais de professores são relacionados ao contexto da memória de duas instituições de ensino superior, a Universidade de São Paulo e a Universidade Federal da Bahia, respectivamente.

Os artigos seguintes, de Elizabeth Ribeiro Azevedo e Elisabete Marin Ribas, apresentam as trajetórias do Centro de Documentação Teatral da Escola de Comunicações e Artes e do Serviço de Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros, ambos sediados na Universidade de São Paulo. De um lado, as iniciativas e contribuições para o estudo da história do teatro em São Paulo, empreendidas por meio da preservação de arquivos pessoais e do inventário do acervo de instituições congêneres; de outro, o balanço dos problemas e dilemas enfrentados pelo instituto fundado pelo historiador Sérgio Buarque de Holanda, quarenta anos após a sua criação.

Lorena de Oliveira Souza Campello, por seu turno, aborda o desafio da descrição do volumoso arquivo do intelectual sergipano Epifânio Dória, disperso entre três instituições de custódia com perfis bastante diversos, que consistiu no tema de sua tese de doutorado, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo, explorando, à luz desta experiência, os princípios fundamentais da arquivística.

Por fim, Alessandra Barbosa discute medidas de preservação documental, tomando por base a política de gestão do arquivo da Fundação Instituto Fernando Henrique Cardoso. Em seu relato, a autora apresenta o planejamento para instalação

da reserva técnica e as ações colocadas em prática no âmbito daquela instituição, visando à salvaguarda e à garantia de acesso aos documentos.

Esperamos que esta coletânea inspire, ainda que modestamente, novas inquietações em benefício de um debate que, certamente, não se esgota nestas páginas. E que a leitura dos artigos aqui publicados seja tão proveitosa quanto foi o evento do qual se originaram, em que a teoria e a prática se encontraram num espaço aberto à troca de ideias e experiências. Oxalá possa o leitor também partilhar deste feliz encontro.

*Enfrentamentos teóricos
e o(s) lugar(es) dos arquivos pessoais*

Arquivos, centros de documentação e de memória: perfis institucionais e funções sociais

Viviane Tessitore

A sociedade humana, sempre mais complexa e diversificada, tem produzido e acumulado, ao longo do tempo, um grande número de registros que testemunham suas experiências e indicam sua trajetória, possibilitando o seu conhecimento e reavaliação, a comprovação de direitos e obrigações. Tais possibilidades são essenciais para que cada pessoa, segmento social ou instituição tenha existência legal, construa sua identidade e defina sua atuação, individual ou coletiva, no meio em que vive.

Esses registros da atividade humana, em toda a sua complexidade, constituem o que chamamos **documento**, definido tecnicamente como o conjunto da informação e seu suporte, ou seja, documento é informação registrada em um veículo material. Dominique Cotte acrescenta outro elemento interessante: a linguagem em que a informação é veiculada, definindo documento como “espaços sobre os quais se inscrevem signos que viabilizam sua comunicação.” (apud Camargo; Goulart, 2015, p. 56). São documentos livros, artigos de revistas, prontuários médicos, cartas, cartazes de eventos, pinturas, esculturas, vídeos de conferências, legislação, objetos utilizados etc., “enfim, tudo o que seja produzido, por motivos funcionais, jurídicos, científicos, técnicos, culturais ou artísticos, pela atividade humana.” (Bellotto, 2004, p. 35)

Entretanto, para que os documentos cumpram sua função social, administrativa, jurídica, técnica, científica, cultural, artística e/ou histórica, é necessário que estejam preservados, organizados e acessíveis. Há quatro tipos de entidade que se incumbem dessa tarefa: arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação. Heloísa Bellotto definiu bem esse traço comum entre elas: “Arquivos, bibliotecas, centros de documentação e museus têm co-responsabilidade no processo de recuperação da informação, em benefício da divulgação científica, tecnológica, cultural e social, bem como do testemunho jurídico e histórico” (Bellotto, 2004, p. 35). A essas quatro entidades de custódia, que podemos chamar de clássicas, reúne-se hoje uma quinta, cuja existência é revestida de polêmicas e as especificidades controversas, como veremos: os centros de memória. Questionamentos à parte, eles

têm se disseminado por organizações públicas e privadas. Como bem apontam Ana Maria Camargo e Silvana Goulart em obra sobre o tema, “modismo ou não, o fato é que os centros de memória passaram a ser alvo de interesse de clubes esportivos, universidades, escolas, igrejas, partidos políticos e sindicatos, entre outras entidades.” (Camargo; Goulart, 2015, p. 65)

Se as entidades da área documental, clássicas ou não, têm um papel comum a desempenhar na reunião, guarda e difusão dos documentos, cada uma difere quanto ao tipo de documento que guarda e aos procedimentos técnicos que emprega para organizar e descrever adequadamente o seu acervo.

Neste artigo, enfocaremos o perfil de três das instituições de custódia: arquivos, centros de documentação e de memória.

Arquivos

Conceituamos **arquivo** como o “conjunto de documentos que, independentemente da natureza ou do suporte, são reunidos por acumulação ao longo das atividades de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas” (Bellotto; Camargo, 1996, p. 5). É também a “entidade administrativa responsável pela custódia, pelo tratamento documental e pela utilização dos arquivos sob sua jurisdição” (Bellotto; Camargo, 1996, p. 5)

Para fins deste trabalho, estamos tomando a palavra arquivo no segundo sentido. Isso nos obriga a refletir sobre a existência desse arquivo – entidade de custódia nas diferentes fases do ciclo vital dos documentos. Na fase corrente, raramente o arquivo terá expressão na estrutura organizacional, muito menos será uma instituição; aqui falamos de arquivo enquanto conjunto de documentos, que está próximo ao seu produtor, este sim com existência própria. Na fase intermediária, já é possível encontrar estruturas arquivísticas específicas para a administração dos documentos nessa idade. Mas é, sobretudo, na fase permanente, que o arquivo ganha identidade institucional, pois é o momento em que os documentos adquirem valor secundário máximo, contemplando pesquisas de caráter retrospectivo, normalmente de mais longa duração, em vários campos de atividade, e, assim, um novo perfil de usuário: o pesquisador, que pode ser desde um cientista à própria Administração. Esse novo uso do arquivo gera novas demandas quanto ao tratamento documental, à conservação, à reprografia, à difusão e ao atendimento, para que seus usuários tenham acesso eficiente, ágil e amplo a ele. Isso exige uma estrutura complexa, que só uma unidade definida da estrutura organizacional ou uma instituição pode ter.

Características e finalidades

As características e finalidades do Arquivo-instituição decorrem daquelas que definem o conjunto documental custodiado por ele.

O acervo arquivístico tem como característica fundamental sua **organicidade**: sua derivação das funções e/ou estruturas da entidade que o acumulou, sua indissociabilidade delas. Uma instituição ou pessoa não se pergunta se deseja um arquivo; a formação deste decorre naturalmente da existência e funcionamento dela, como reflexo material de suas atividades, comprovação de sua mesma existência, de obrigações e direitos. As “instituições [e pessoas] produzem continuamente documentos para poderem sobreviver e cumprir sua missão.” (Pazin, 2005, p. 8)

Para realizar as mesmas funções são elaborados os mesmos tipos de documentos, formando **séries**. Por outro lado, esses documentos se caracterizam por sua **unicidade**: “qualidade pela qual os documentos de arquivo, a despeito de forma, espécie ou tipo, conservam caráter único em função de seu contexto de origem” (Bellotto; Camargo, 1996, p.76)¹.

A totalidade desse conjunto, que espelha a própria trajetória da entidade ou pessoa que o acumulou, é **indivisível**, porque somente dentro desse conjunto o documento de arquivo adquire seu pleno significado.

O arquivo, enquanto unidade administrativa ou instituição, é um **órgão receptor**, ou seja, os documentos chegam a ele por passagem natural e obrigatória², é, portanto, proveniente de uma única fonte geradora (a entidade / pessoa que o acumulou). Assim, em relação aos arquivos, não falamos em política de aquisição, pois seu acervo já está pré-definido pelo perfil da entidade ou pessoa, da qual deriva. É certo, no entanto, que, já há algumas décadas, os arquivos – públicos e privados – têm se empenhado na recepção de conjuntos documentais que complementam seu acervo obrigatório, como veremos adiante.

Suas **finalidades**, enquanto conjunto de documentos, são, fundamentalmente, administrativas, jurídicas e sociais, principalmente nas fases corrente e intermediária. Mas adquirem, como vimos, finalidades científicas e culturais ao atingirem a fase permanente ou “histórica”, dando origem aos Arquivos institucionais. Seu objetivo é provar, testemunhar para a administração, para o cidadão e para a sociedade de modo geral.

Organização do acervo e recuperação da informação

A organização de um acervo arquivístico segue princípios gerais e se baseia na trajetória específica de cada entidade ou pessoa produtora do arquivo; exige conhecimento da relação entre os documentos e a estrutura / funções da entidade / pessoa. Dentre esses princípios, dois são fundamentais, base de toda a teoria arquivística:

- **Princípio da proveniência** (ou princípio do respeito aos fundos): “princípio segundo o qual os arquivos originários de uma instituição ou de uma pessoa devem manter sua individualidade, não sendo misturados aos

¹ Você poderá produzir 2000 atestados de matrícula, mas cada um deles, com seus dados específicos, será único.

² Na prática, porém, nem sempre se dá essa passagem natural e obrigatória; é preciso que o arquivo tenha um papel ativo na transferência e/ou recolhimento da documentação a ele.

de origem diversa” (Bellotto; Camargo, 1996, p.61). Isto porque a instituição ou pessoa é a acumuladora do arquivo e só no seu contexto de produção/acumulação este pode ser compreendido integralmente.

- **Princípio do respeito à ordem original:** “princípio que, levando em conta as relações estruturais e funcionais que presidem a gênese dos arquivos, garante sua organicidade” (Bellotto; Camargo, 1996, p. 61-62). Ou seja, garante a preservação do contexto de produção/acumulação dos documentos.

Não basta, porém, organizar os arquivos; se faz preciso recuperar as informações neles contidas, possibilitando concretamente o acesso³ ao acervo, finalidade última de qualquer arquivo. Toda classificação/ordenação é limitada e esses limites, na fase permanente, só podem ser ultrapassados através da descrição, o “elo suficiente e necessário” entre o pesquisador e o documento.

A **descrição** é um conjunto de procedimentos que, levando em conta os elementos formais e de conteúdo do documento e privilegiando o acesso a conjuntos documentais, possibilita a elaboração de instrumentos de pesquisa. Os instrumentos, produtos do processo descritivo, são obras de referência, que devem fornecer aos usuários do arquivo os elementos de que necessitam para a consulta que desejam realizar, e neles deve ser baseado o atendimento ao público. A descrição arquivística é múltipla, ou seja, ocupa-se do acervo em seus vários níveis, do fundo à peça documental, passando pela elaboração de guias, inventários, catálogos, catálogos seletivos, edições de documentos e índices.⁴

Arquivos Públicos e Arquivos Privados

Aos Arquivos enquanto instituições de custódia vamos aplicar a mesma divisão básica que aos arquivos enquanto conjuntos de documentos: arquivos públicos e privados.

Arquivos Públicos

Segundo o *Dicionário de Terminologia Arquivística*, da Associação de Arquivistas de São Paulo, Arquivo Público é “unidade administrativa ou órgão encarregado” do “conjunto de documentos acumulados em decorrência das funções executivas, legislativas e judiciárias do poder público no âmbito federal, estadual e municipal, bem como (...) de entidades de direito privado encarregadas de serviços públicos.” (Bellotto; Camargo, 1996, p. 8)

Na literatura arquivística, de um modo geral, muito se tem falado sobre o papel dos Arquivos Públicos. Sem dúvida, sua relevância para a Administração

³ “1. Possibilidade de consulta a um arquivo, como resultado de autorização legal; 2. Possibilidade de consulta a um arquivo, como resultado da existência de instrumentos de pesquisa.” (Bellotto; Camargo, 1996, p.1)

⁴ Ver definições dos instrumentos de pesquisa citados em Bellotto e Camargo (1996, p. 14, 15, 32, 42, 43 e 45).

Pública e para a Sociedade é inegável, pela diversidade e abrangência dos interesses que sua documentação recobre, tanto do ponto de vista de sua função primária, quanto de seu valor para a pesquisa.

No cenário brasileiro, podemos dizer mesmo que essa relevância vem sendo, pouco a pouco, reconhecida, com a melhoria do status desses Arquivos na organização administrativa estatal, a realização de concursos para contratação de pessoal especializado, o surgimento de legislação específica e a implantação da normalização de funções arquivísticas, como a avaliação de documentos.

Entretanto, esse reconhecimento de seu papel pelo Estado e pelo cidadão não é uniforme em todas as instâncias públicas e localidades, com a consequente variação de impacto positivo ou negativo em sua visibilidade social e estruturação.

De qualquer forma, os Arquivos Públicos se constituem num universo mais definido e sólido do que os Privados e são, na fase permanente, os que, mais comumente, têm expressão institucional. Podemos citar como exemplos o Arquivo Nacional, o Arquivo Público do Estado de São Paulo e o Arquivo Geral da Universidade de São Paulo (USP).

Arquivos Privados

Quando falamos em arquivos privados, estamos nos referindo aos conjuntos de documentos acumulados no exercício das atividades “de entidade coletiva de direito privado, família ou pessoa” (Arquivo Nacional (Brasil), 2005, p. 35), definição semelhante à do Dicionário da Associação de Arquivistas de São Paulo (Bellotto; Camargo, 1996, p. 8). Conjuntos que podem ser custodiados ou não por uma entidade arquivística privada ou pública.

Julgamos útil relembrar aqui como o Direito brasileiro define o universo privado, até mesmo com a finalidade de deixarmos para trás a definição frequente e simplista de que é privado tudo o que não é público, além de obtermos uma melhor percepção da diversidade desse universo.

Juridicamente, considera-se *pessoa* “o indivíduo sujeito de direitos e obrigações.” (Martins, 2007, p. 220) Essas *pessoas* dividem-se em *naturais* ou *físicas* e *jurídicas*.

Em oposição à *pessoa natural* – o ser humano – a *pessoa jurídica* é “a individualidade jurídica constituída pelo homem”, designa “as instituições, corporações, associações e sociedades que, por força ou determinação da lei, se personalizam, tomam individualidade própria, para constituir uma entidade jurídica distinta das pessoas que a formam ou a compõem. Diz-se jurídica, porque mostra-se a encarnação da lei. E quando não seja naturalmente criada por ela, adquire vida ou existência legal somente quando cumpre as determinações fixadas por lei.” (Silva, 1994, p. 368) Ao contrário da *pessoa natural*, cuja existência se inicia por um fato natural - o nascimento -, a *pessoa jurídica* é uma abstração criada pelo universo jurídico e só tem existência, nome, nacionalidade e domicílio quando o Direito lhe dá vida. É, pois, “a entidade constituída por pessoas ou bens, com vida, direitos,

obrigações e patrimônio próprios.” (Martins, 2007, p. 220) Representam-na sempre pessoas naturais, a quem se outorgam poderes para isso.

As *pessoas jurídicas* dividem-se em de Direito Público e de Direito Privado. Enquanto as *pessoas jurídicas de Direito Público* constituem-se em instituições e entidades fundamentais para a organização política de um povo e indispensáveis aos objetivos do Estado, as *pessoas jurídicas de Direito Privado* são organizações fundadas “pelos pessoas naturais, segundo regras legais, para a realização de fins de interesse privado. Não obstante, em certos casos, serem assistidas pelo poder público, serem vigiadas por ele, os objetivos que realizam, embora por vezes em proveito da coletividade, são de ordem particular, afetam diretamente os interesses do próprio indivíduo.” (Silva, 1994, p. 366)

Segundo o Código Civil Brasileiro, são pessoas jurídicas de Direito Privado:

- a) as **Associações** – entidades constituídas pela união de pessoas, que se organizam para fins não econômicos ou não lucrativos; regidas por seu estatuto, seus objetivos são assistenciais, culturais, científicos etc.; não há reciprocidade de direitos e obrigações entre os associados; os seus associados ou diretores não podem receber dividendos ou lucros; toda a renda líquida das associações deve reverter em proveito de suas finalidades estatutárias. (Dower, 2009, p. 192; Martins, 2007, p. 221 e 222)
- b) as **Sociedades** – regidas por seu contrato social, são pessoas jurídicas com fins econômicos ou lucrativos; nelas, duas ou mais pessoas congregam capital e/ou esforços para a realização de atividade econômica, que dê lucro a ser repartido entre os sócios; essa atividade pode ser industrial, agrária, comercial, financeira, prestação de serviços etc. (Dower, 2009, p. 192)
- c) as **Fundações Privadas** – regidas por seu estatuto, são entidades criadas, através de escritura pública ou testamento, por um instituidor – pessoa natural ou jurídica – que lhes dedica bens suficientes de seu patrimônio livre, para a realização de certa finalidade cultural, de assistência social, religiosa ou moral; o instituidor poderá determinar ou não a maneira de administrá-las, disciplinar sua criação ou determinar quem deverá organizá-las. Velarão pelas Fundações Privadas: o Ministério Público do Estado em que estiverem situadas, ou de cada Estado por onde se estenderem suas atividades, ou ainda o Ministério Público Federal, caso se situem no Distrito Federal e em Territórios. (Dower, 2009, p. 192 e 193; Martins, 2007, p. 222 e 223)
- d) as **Organizações Religiosas** – a criação, a organização, a estrutura interna e o funcionamento dessas Organizações são livres, não podendo o poder público negar-lhes reconhecimento ou registro dos atos constitutivos e necessários ao seu funcionamento (Martins, 2007, p. 221), evidentemente, desde que não firam a legislação vigente no País.
- e) os **Partidos Políticos** – organizações que têm por finalidade agregar ou arregimentar pessoas para defesa de programas e princípios políticos, o que inclui a indicação e campanha em favor de seus membros para ocupação de cargos

públicos eletivos; são organizados e funcionam conforme o disposto em lei específica. (Martins, 2007, p. 221; Silva, 1994, p. 321)

Há apenas uma Organização privada que não consta do Código Civil, segundo Márcia Pazin: o **Instituto**, organização de alto nível cultural dedicada ao estudo ou à pesquisa de caráter especializado; denominação dada a certas agremiações de caráter cultural ou a certos estabelecimentos de nível médio e superior (Pazin, 2005, p. 12). No entanto, é provável que o Instituto acabe por ser classificado em uma das três primeiras categorias de pessoas jurídicas privadas (associação, sociedade ou fundação), do contrário careceria de legitimidade.

Estamos, portanto, diante de um complexo e numeroso universo de pessoas e entidades, que se estende pelos mais diversos ramos da atividade humana e pode ir do individual ao coletivo de micro, pequeno e grande porte. Os arquivos que correspondem à atuação dessas pessoas e entidades são, portanto, em número maior, mais diversificados e fragmentados do que os arquivos públicos.

Nesse grande universo dos arquivos privados, situam-se os arquivos pessoais. O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística define arquivo pessoal como o “conjunto de documentos acumulado por pessoa física” (Arquivo Nacional (Brasil), 2005, p. 34), ou seja, é o arquivo da pessoa natural, podendo-se dizer que, a cada cidadão, corresponde um arquivo.

Menos contemplados pela legislação em vigor, exatamente por se situarem no domínio do particular, domínio aonde há um limite constitucional para a intervenção do Estado, os arquivos privados – entre eles, especialmente, os arquivos pessoais – têm pouca ou nenhuma garantia de serem objeto de ações arquivísticas corretas em seu tratamento, avaliação e no acesso a ele.

Pessoas físicas ou jurídicas são, porém, compelidas a reconhecer o valor primário de seus arquivos, regulado em parte pela legislação que lhes confere existência, pelas normas fiscais e trabalhistas, entre outras, em parte pelas necessidades administrativas, quando entidades, e pelas necessidades das áreas em que se propõem a atuar, quando pessoas. Estamos falando daquele valor atribuído a um documento em função do interesse que possa ter para a entidade produtora, levando em conta a sua utilidade para fins administrativos, legais e fiscais, isto é, as razões que levaram à elaboração do documento (Arquivo Nacional (Brasil), 2005, p. 171; Bellotto; Camargo, 1996, p. 78).

Situação mais delicada se dá quando os documentos de arquivo passam a possuir apenas valor secundário, isto é, “valor atribuído a um documento em função do interesse que possa ter para a entidade produtora e outros usuários, tendo em vista a sua utilidade para fins diferentes daqueles para os quais foi originalmente produzido.” (Arquivo Nacional (Brasil), p. 172)

O valor secundário geralmente confere aos documentos o status de fontes para pesquisas retrospectivas de interesse da Entidade produtora ou de uma gama variada de profissionais. Mas nem todos os arquivos privados, sejam de pessoas ou entidades, adquirirão esse status e serão de interesse para a custódia permanente.

Por outro lado, considerados esses arquivos como propriedade privada e atendidos os prazos legais relativos ao seu valor primário, não há nada que obrigue pessoas e entidades a manterem os documentos unicamente com valor secundário, por mais que essa realidade seja sempre chocante para os pesquisadores em geral. A preservação depende da vontade do proprietário, com exceção, no caso brasileiro, dos arquivos privados que forem declarados de interesse público e social.

A Lei 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, confere ao Poder Público, em seu Capítulo III, a possibilidade de declarar arquivos privados como de interesse público e social, ou seja, considerá-los “como conjunto de fontes relevantes para a história e desenvolvimento científico nacional”. Os que assim forem declarados não poderão ser alienados com dispersão ou perda da unidade documental, nem transferidos para o Exterior, tendo o Poder Público preferência de adquiri-los em caso de sua alienação. Quanto ao acesso, não retirando a declaração o caráter privado desses arquivos, este só poderá se dar mediante autorização do proprietário ou possuidor. O Decreto 4.073, de 3 de janeiro de 2002, que regulamenta a Lei 8.159, detalha, em seu Capítulo V, os conceitos e procedimentos para a declaração de arquivos privados como de interesse público e social. Ao se definir os arquivos privados passíveis de declaração, a sua importância para a história e o desenvolvimento nacional, soma-se seu papel para a cultura brasileira, bem como se define o instrumento pelo qual essa declaração se dará: através de Decreto do Presidente da República.

No que implica a declaração para o proprietário ou detentor do arquivo?

- o dever de manter preservado o acervo sob sua custódia, ficando sujeito às responsabilidades penal, civil e administrativa, na forma da legislação em vigor, aquele que desfigurar ou destruir documentos de valor permanente;
- o dever de comunicar previamente ao CONARQ a transferência do local de guarda do arquivo ou de qualquer de seus documentos dentro do território nacional (uma vez que a Lei 8.159 já proíbe sua transferência para o Exterior);
- em caso de alienação do arquivo, o dever de notificar a União, titular do direito de preferência, para que manifeste interesse na aquisição no prazo máximo de 60 dias;
- o dever de comunicar ao CONARQ a perda accidental, total ou parcial, do arquivo ou de qualquer de seus documentos;
- a possibilidade de firmar acordos ou ajustes com o CONARQ ou com outras Instituições, visando o apoio para o desenvolvimento de atividades relacionadas à organização, preservação e divulgação do acervo.

Os dispositivos legais acima referidos representam o esforço do Estado brasileiro no sentido de proteger os arquivos permanentes de origem privada, aqueles que representam não só um ativo de conhecimento para suas Organizações e para os detentores individuais, mas também fontes relevantes para a pesquisa histórica local, regional e nacional. Ao lado dos arquivos públicos, formariam o que o Dicionário de Terminologia homologado pelo CONARQ conceitua como

“patrimônio arquivístico”, isto é, “conjunto de arquivos de valor permanente, públicos ou privados, existentes no âmbito de uma nação, de um estado ou município.” (Arquivo Nacional (Brasil), 2005, p. 130).

O número de arquivos declarados (14) representa, contudo, ainda pouco diante do universo possível de arquivos privados que deveriam gozar dessa condição, estando a maioria dos que obtiveram a declaração já sob custódia de instituição privada ou pública. Nesse sentido, devemos ressaltar que o início do processo declaratório depende de uma iniciativa. Poderá essa partir do CONARQ, mas, num País de dimensões continentais como o Brasil, com um número incalculável de entidades particulares, famílias e pessoas detentoras de arquivos de interesse público e social, seria impossível ao Conselho dar conta dessa tarefa em sua totalidade, cabendo a maioria das iniciativas de solicitação da declaração indubitavelmente à sociedade.

Uma questão que incomoda particularmente aos pesquisadores é o fato de a legislação não obrigar os detentores de arquivos declarados como de interesse público e social a darem acesso a eles. Lembremos, porém, que a declaração não os priva de sua condição de propriedade particular de entidades, famílias e pessoas, cabendo a esses detentores a sensibilidade – e a possibilidade – de permitir o acesso a seus arquivos ou a parcela deles. Até porque, uma ação coercitiva do Estado num campo tão delicado nem sempre traria resultados positivos.

Apesar das dificuldades expostas, no que se refere particularmente aos arquivos pessoais, muitos com valor permanente encontram-se sob a custódia de instituições arquivísticas públicas e privadas, como complementação de seu acervo natural. Um exemplo disso é a política do Arquivo Público do Estado de São Paulo de estimular a doação a ele dos arquivos de ex-governadores paulistas.

Centros de Documentação

O Centro de Documentação representa uma mescla das entidades de custódia do patrimônio documental, sem se identificar com nenhuma delas. Reúne, por compra, doação ou permuta, documentos únicos ou múltiplos de origens diversas (sob a forma de originais ou cópias) e/ou referências sobre uma área específica da atividade humana. Esses documentos e referências podem ser tipificados como de arquivo, biblioteca e/ou museu.

Sua condição de entidade híbrida não decorre necessariamente da assimilação de características das instituições, de cujos acervos retira informações primárias, transpostas para outros recursos, como afirma Heloísa Bellotto, citando Nilza Teixeira Soares (Bellotto, 2004, p. 36). Apesar de serem também entidades referenciadoras e de colecionarem reproduções de documentos, os Centros de Documentação, ao menos no Brasil, têm se distinguido por reunir acervo original de natureza diversificada, derivando principalmente da reunião desse acervo seu caráter misto.

Características e finalidades

Suas características relacionam-se a seu caráter híbrido:

- possuir documentos arquivísticos, bibliográficos e/ou museológicos, constituindo conjuntos orgânicos (fundos de arquivo) ou reunidos artificialmente, sob a forma de coleções, em torno de seu conteúdo;
- ser um órgão colecionador e/ou referenciador, tendo, portanto, que manter uma política de aquisição de acervo, que a ele não chega naturalmente, como no caso dos arquivos (“a biblioteca e o centro de documentação acabam por ser uma reunião artificial de documentos dos mais variados tipos” (Bellotto, 2014, p. 33), embora, dentro de seu acervo, possam existir conjuntos arquivísticos e assim sendo, orgânicos);
- ter acervo constituído por documentos únicos e múltiplos, produzidos por diversas fontes geradoras;;
- realizar o processamento técnico de seu acervo segundo a natureza do material que custodia.

Sua finalidade é o oferecimento da informação cultural, científica ou social especializada, o apoio à pesquisa especializada. “No centro de documentação, o público básico é constituído por pesquisadores, que buscam documentos de origens e suportes vários, sobre determinado tema, dentro da própria especialização do centro.” (Bellotto, 2004, p. 42)

Especialização, característica fundamental dos Centros de Documentação

A primeira questão a ser considerada na implantação de um Centro de Documentação é a definição de seu universo, de seu recorte temático. Qual é sua área de especialização: movimentos sociais católicos, saúde pública, história da eletricidade no Brasil?

Quanto mais clara for a área temática, melhor o Centro dominará essa área e sua linguagem específica, conhecerá as pessoas e entidades envolvidas e a documentação produzida. Assim, mais eficazes se tornarão as atividades de referenciação, ampliação do acervo, recuperação da informação e atendimento ao público. A partir dessa definição, o Centro irá consolidando sua identidade ao ponto de se tornar, não raro, uma referência para os estudos em seu campo de especialização.

A excessiva diversidade de áreas faz com que o Centro vá, aos poucos, perdendo sua identidade, dificultando a precisão dos objetivos e ações.

Há casos em que a própria natureza da entidade à qual o Centro se subordina define sua área de especialização, como, por exemplo, os Centros de Documentação de empresas e de organizações não governamentais. Assim, um Centro de Documentação de uma indústria de alimentos dietéticos terá como área alimentação

dietética, um Centro de Documentação de um movimento de mulheres terá como área a mulher etc.

A área de especialização do Centro orienta a definição de linhas temáticas em torno das quais se dá a formação e ampliação do acervo, a criação de programas de ação e a definição de atividades. É preciso, entretanto, salientar que essas linhas não são fixas e imutáveis. Elas sofrerão um processo de transformação à medida que se transforma a área do conhecimento à qual o Centro está ligado, alterando, assim, suas perspectivas e demandas de pesquisa, pois essas transformações implicam em novas demandas de informação. Devemos ainda salientar que nem sempre o centro de documentação tem como objetivo a preservação da memória ou a pesquisa histórica. Muitos estão vinculados à pesquisa em outras áreas.

Além disso, é preciso definir qual a natureza do acervo. O Centro poderá abranger:

- **fundos de arquivo:** conjuntos de documentos acumulados no exercício das funções de entidades ou pessoas; um arquivo que passou a conviver com outros semelhantes ao ser transferido para o Centro de Documentação.
- **coleções:** conjuntos de documentos reunidos, de forma artificial, em torno de temas, funções, entidades, pessoas, ou mesmo de um tipo / gênero de documento.
- **material hemerográfico:** como jornais, revistas e boletins.
- **material bibliográfico:** como livros, teses, folhetos.
- **objetos tridimensionais,** de acordo com a área do Centro.
- **bancos de dados** sobre temas específicos, referências sobre as atividades e o acervo de entidades afins.

É preciso dizer que a presença de acervo museológico nos Centros de Documentação é mais rara. E tem ocorrido nos casos em que o Centro possui um museu vinculado a ele. De resto, os esforços de captação de acervo têm se concentrado nos materiais arquivístico, bibliográfico e hemerográfico. A explicação talvez esteja no fato de terem os museus preenchido efetivamente esse papel de depositários dos exemplares da cultura material e da natureza em suas várias áreas.

O Centro precisa definir ainda que outras atividades desenvolverá, tais como programa de documentação oral, projetos de pesquisa, promoção de cursos, seminários, conferências e exposições, serviços de reprodução de documentos, consultoria técnica a outras entidades etc.

Além disso, deve precisar quem é seu público e quais suas demandas de informação. Tais informações devem ser diagnosticadas pela instituição através de mecanismos de interação com esse público e de pesquisas formais periódicas.

São, portanto, competências gerais de um Centro de Documentação:

- reunir, custodiar e preservar documentos de valor permanente e referências documentais úteis ao ensino e à pesquisa em sua área de especialização;
- estabelecer uma política de preservação de seu acervo;

- disponibilizar seu acervo e as referências coletadas aos usuários definidos como seu público;
- divulgar seu acervo, suas referências e seus serviços ao público especializado;
- promover intercâmbio com entidades afins.

Organização do acervo e recuperação da informação

Talvez por ser entidade “mista”, que não conta com uma teoria e metodologia específicas para o tratamento do acervo, o Centro de Documentação seja a instituição de custódia que menos ocupou espaço na bibliografia das diferentes áreas que compõem as Ciências da Informação. Isso embora esteja frequentemente presente em empresas, órgãos públicos, entidades de trabalhadores, movimentos sociais e universidades.

A área que mais se ocupou deles foi a Biblioteconomia, pois os considera parte de seu domínio, e o fez numa dimensão bastante específica: organizando e referenciando os documentos como peças isoladas, qualquer que fosse sua natureza, e tratando as informações neles contidas como dados a serem decompostos e reordenados. Até mesmo a arquivista, historiadora e bibliotecária Heloísa Bellotto chega a afirmar, em seu livro sobre arquivos permanentes, que “os sistemas de classificação bibliográfica e suas extensões (no caso dos centros de documentação), salvo raríssimas exceções, podem ser rigidamente obedecidos” (Bellotto, 2004, p. 40).

Somos contrários à aplicação dos princípios e normas que regem a Biblioteconomia à totalidade dessa documentação, na medida em que esse procedimento desrespeita as características diversificadas dos acervos que os Centros abrigam, e os vemos como entidades bem mais complexas. Essa visão baseia-se, sobretudo, nas dimensões que têm assumido Centros de Documentação universitários e de instituições culturais, criados no Brasil a partir dos anos 1970.

Os Centros de Documentação extrapolam o universo documental das bibliotecas, embora possam conter material bibliográfico (que será sempre e unicamente aquele relacionado à temática na qual o Centro é especializado), e aproximam-se do perfil dos Arquivos, na medida em que recolhem originais ou reproduções de conjuntos arquivísticos.

A acumulação desse acervo possibilita aos centros cumprirem suas funções de preservação documental e apoio à pesquisa no seu mais amplo sentido: não só colocando à disposição do pesquisador referências para a localização das fontes de seu interesse, mas também tornando-se um polo de atração da produção documental de pessoas e entidades que atuam ou atuaram no seu campo de especialização.

A aquisição, o armazenamento e o processamento técnico desse acervo possuem características biblioteconómicas, arquivísticas e/ou museológicas, devido à própria diversidade do material reunido - diversidade que é, ao lado da especialização temática, a marca distintiva dos centros de documentação e que está presente também em suas atividades referenciadoras. Em coletânea recente de textos publicados ao longo de sua carreira, Heloísa Bellotto, contrariando afirmação acima

citada, reconhece que “os centros de documentação (...), por sua duplidade, apenas a partir de seu acervo é que poderão optar por um ou outro meio de pesquisa ou localização {biblioteconômico ou arquivístico}” (Bellotto, 2014, p. 34).

Modernamente, há a predominância dos procedimentos arquivísticos, pois a tendência dos Centros tem sido a de enfatizar a obtenção de arquivos pertinentes a sua área. Essa tendência se justifica pelo fato de os arquivos serem a expressão material da atuação cotidiana de pessoas e entidades nos diferentes campos que se tornaram objeto de um repensar por parte dos mais variados segmentos sociais. Assim procedendo, os Centros de Documentação tornaram-se depositários de documentos únicos por natureza, os quais, em poder de seus detentores originais, eram, normalmente, pouco ou nada acessíveis, e não contavam com outro local que os reunisse e tratasse adequadamente, sobretudo os arquivos pessoais ou de entidades privadas extintas.

No que se refere aos Centros de Documentação, a recepção, por doação ou compra, de arquivos pessoais ligados a sua área de especialização faz parte do esforço desses Centros de reunir o maior universo de fontes documentais possível sobre essa área, integrando os citados arquivos aquele acervo que os Centros têm por missão colecionar. Exemplo disso temos na bem-sucedida atuação do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC)/Fundação Getúlio Vargas na reunião de arquivos pessoais de homens públicos do País, dentro de seu objetivo de desenvolver um acervo que contribua para pesquisas sobre a história recente do Brasil.

Centros de Memória

Embora Ana Maria Camargo e Silvana Goulart tenham buscado traçar especificidades do Centro de Memória, definindo-o como um “arquivo ampliado, com largo espectro de abrangência e alto poder informativo” (Camargo; Goulart, 2015, p. 107), a nosso ver, essa denominação cobre pelo menos duas situações concretas diferentes.

Há entidades denominadas Centros de Memória que são tipicamente Centros de Documentação: especializadas em uma área do conhecimento ou da atividade humana, colecionam, por doação, permuta ou compra, acervo arquivístico, bibliográfico e/ou museológico em torno dessa área ou atividade. Sua denominação está vinculada à perspectiva histórica com que esse acervo é colecionado.

O tipo de Centro de Documentação acima, quando ligado a uma instituição, pode abrigar seu arquivo permanente. Essa opção não é a mais aconselhável, pois Arquivos e Centros de Documentação têm finalidades bastante distintas. A principal missão de um Centro de Documentação é o apoio à pesquisa institucional, acadêmica ou individual, e não a gestão de sistemas arquivísticos, os quais estabelecem uma complexa rede de relações entre arquivo permanente e arquivos correntes, com finalidades sobretudo administrativas e probatórias. No entanto, caso a vinculação do

arquivo permanente ao Centro aconteça, o arquivo deverá manter-se como um setor bastante individualizado desse Centro, de modo a preservar a organicidade de seu acervo e suas funções. Lembremos que os documentos de arquivo não são reunidos em torno de um tema ou de uma área de especialização, mas sim em torno de uma origem comum, fazendo parte de um conjunto que, expressando a trajetória dessa entidade de origem, lhes confere significado.

O nome Centro de Memória, contudo, aponta também numa outra direção, que vem ganhando destaque em nosso País.

“A partir dos anos 1980 começam a surgir, no Brasil, os centros de memória, ligados a organizações públicas e privadas e também àquelas sem finalidade lucrativa, chamadas de terceiro setor.” (Camargo; Goulart, 2015, p. 64) Silvana Goulart, em sua obra sobre “Patrimônio Documental e História Institucional”, aponta algumas motivações que contribuíram para isso:

- a) “Comemorar datas é a motivação mais comum das organizações que saem da inércia e se dispõe em investir na própria trajetória. (...) É certo também que as organizações vislumbram, por meio da memória, a oportunidade de fazer brilhar sua imagem (...).” (Goulart, 2002, p.14)
- b) “Momentos de sucessão em empresas familiares também são motivadores, quando nova geração “profissional” assume a direção (...), a qual “tende a identificar o cuidado com a memória como persistência da “velha ordem”, o que combina com a idéia (...) de que o patrimônio documental deve ser valorizado por resgatar “os tempos heróicos”, marcar datas e perpetuar o passado” enquanto passado. (Goulart, 2002, p.16)
- c) Num momento em que as empresas vivem grandes mudanças, “cresce a importância do conhecimento da cultura da empresa, constituída por um conjunto de práticas cotidianas que orientam as ações de seus gestores. A história e a cultura institucionais – expressas nos registros de procedimentos e processos administrativos, operacionais e técnicos – formam um sistema de informações úteis à continuidade das atividades organizacionais e promotoras do desenvolvimento.” (Goulart, 2002, p.17)
- d) Dentro de um processo de fusão de empresas, “a dispersão de fontes (...) põe em risco um enorme capital de informações, ou seja, hoje, mais do que nunca, é preciso trabalhar na preservação e organização de acervos.” (Goulart, 2002, p.23)

Uma outra motivação é apontada por Cláudia Fonseca: “Para o departamento de recursos humanos, o centro [de memória] é fundamental na hora de treinar e aculturar novos funcionários, eles precisam entender o percurso da empresa para se ambientar a ela.” (Sua empresa tem memória?, 2010, p. 7)

Esses Centros correspondem, basicamente, ao arquivo permanente da Entidade, frequentemente a uma parcela dele, justificando sua denominação com o argumento de que passa uma ideia de eficiência e modernidade muito maior do que a, comumente, desprestigiada imagem dos arquivos.

Embora o argumento acima seja passível de discussão, na verdade, não é a denominação – que sempre parecerá inadequada aos profissionais de arquivo – a questão fundamental, mas alguns problemas que podem advir dela.

O mais grave desses problemas é o rompimento da organicidade, da integridade do arquivo permanente, dividido em uma parcela que é “memória” e outra que “não é memória” (normalmente a documentação das atividades-meio). Situação mais deplorável é aquela em que os gestores da Organização decidem pinçar do arquivo “preciosidades”, documentos monumentalizados por registrarem “fatos memoráveis” ou “assinaturas de personalidades”, para constituírem o acervo do Centro. Trata-se de “pecado capital” para a Arquivologia, pois a preservação da organicidade e integridade do arquivo é a garantia de que ele seja de fato o reflexo material da trajetória e do funcionamento da Organização, bem como de que possa cumprir suas funções plenamente. Arquivo não é coincidente com memória, não é seu sinônimo; fornece, isso sim, subsídios para sua construção e reconstrução nos variados momentos da vida da Entidade. O arquivo registra as ações no momento em que ocorreram, registro marcado, evidentemente, pelo contexto em que foi produzido; a memória reelabora continuamente o passado a partir das experiências presentes.

Como bem coloca Heloísa Bellotto, a construção da memória de uma Entidade, de uma pessoa, de um fato ultrapassa o arquivo. Avança no sentido de reunir cópias ou referenciar material bibliográfico, hemerográfico, coletar depoimentos etc. Funções que pode exercer sendo Centro de Memória ou Arquivo Permanente, desde que mantenha a identidade do arquivo institucional e, a parte dele, a documentação coletada e/ou referenciada.

Entre essa documentação de potencial informativo, que, normalmente, se soma à parcela do arquivo permanente da Entidade custodiada pelo Centro de Memória, estão arquivos pessoais de ex-gestores ou membros ligados à atividade produtiva da Organização. Esses arquivos pessoais, bem como todos os documentos para além do arquivo institucional, têm aqui o mesmo papel de complementação desse arquivo principal que nas vimos ao traçar o perfil das Instituições Arquivísticas típicas.

Lembremos ainda que todos esses documentos, servindo à construção memória institucional, são também “passíveis de se converter em poderosos auxiliares da organização para a tomada de decisões, para o acompanhamento de ações rotineiras, para a busca de antecedentes, para a consolidação de seu *know-how* e para o planejamento de médio e longo alcance.” (Camargo; Goulart, 2015, p. 57). Funções que, como vimos, são também típicas dos Arquivos.

Outra preocupação em relação aos Centros de Memória é ainda decorrente de sua denominação somada à fragilidade de sua posição institucional. Normalmente ligados a Fundações, Institutos ou Unidades semelhantes da Organização, sempre correm o risco de ser vistos como “setor cultural”, cujas condições podem ser minoradas e até mesmo sua existência suprimida num momento de crise.

Tanto a fragmentação usual do arquivo institucional, quanto a falta de clareza da condição arquivística desses Centros podem também levar, no tratamento desse conjunto documental, à distorção de procedimentos arquivísticos ou ainda à adoção, pelo menos em parte, de procedimentos de outras áreas, como a Biblioteconomia e a Museologia.

Uma questão que não pode deixar de ser enfocada é a raridade da condição dos Centros de Memória como Unidade gestora da política arquivística da Organização, formuladora de normas e criadora de condições objetivas para a integração das três fases do ciclo vital dos documentos de arquivo, sua organização e uso próprios a cada uma e a avaliação documental em moldes técnicos. Tal situação faz com que problemas comumente apontados em relação ao arquivo institucional continuem, em que pese os efeitos positivos da existência do Centro de Memória. Um exemplo de que a união entre preservação da memória e gestão arquivística é possível está presente na experiência do Centro de Documentação e Memória do Grupo GOL.

Por outro lado, é inegável o papel desempenhado pelos Centros de Memória de Organizações privadas na preservação do acervo entregue a sua custódia. Na maioria, as condições de infraestrutura são ótimas e a equipe formada por profissionais já especializados ou investindo nessa especialização. Além disso, pouco a pouco, esses Centros estão buscando ultrapassar a condição de produtos da celebração e assumir funções que tornem seu acervo elemento efetivo de apoio à administração, caminho que, certamente, irá lhes conferindo maior solidez no contexto organizacional.

Concluindo este esboço dos perfis institucionais de Arquivos, Centros de Documentação e de Memória, gostaríamos de estender aos dois primeiros a “posição instrumental” na qual Ana Maria Camargo e Silvana Goulart colocam os Centros de Memória, de forma tão pertinente. Às três instituições de custódia podemos atribuir a “condição de meios (e não de fins)”, no atendimento às necessidades da administração pública e privada, dos cidadãos ou clientes e dos pesquisadores das mais diversas áreas. Compreender esse papel é vital para que as três cumpram, da melhor forma possível, seu objetivo maior e comum: auxiliar seus usuários potenciais a alcançar os fins para os quais demandam a consulta a seus acervos.

Referências

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. (Publicações Técnicas, 51)

BELLOTTO, Heloísa Liberalli; CAMARGO, Ana Maria de Almeida (coord.). *Dicionário de terminologia arquivística*. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros – Núcleo Regional de São Paulo / Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivo: estudos e reflexões*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 2. ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004.

CAMARGO, Ana Maria; GOULART, Silvana. *Centros de memória: uma proposta de definição*. São Paulo: Edições SESC São Paulo, 2015.

DECRETO no. 4.073, de 3 de janeiro de 2002; regulamenta a Lei no. 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. *Diário Oficial da União*, Brasília (DF), 4 de janeiro de 2002. Disponível em: <www.conarq.arquivonacional.gov.br>.

DOWER, Nelson Godoy Basil. *Instituições de direito público e privado*. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

GOULART, Silvana. *Patrimônio documental e história institucional*. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002. (Scripta, 3)

LEI no. 8.159, de 8 de janeiro de 1991: dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília (DF), 9 de janeiro de 1991. Disponível em: <www.conarq.arquivonacional.gov.br>.

MARTINS, Sérgio Pinto. *Instituições de direito público e privado*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

NASSAR, Paulo. *Relações públicas na construção da responsabilidade histórica e no resgate da memória institucional das organizações*. 2. ed. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2008.

PAZIN, Márcia Cristina de Carvalho. *Arquivos de empresas: tipologia documental*. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2005. (Instrumenta, 3)

SILVA, De Plácido e. *Vocabulário jurídico*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1994. v. III e IV.

SUA EMPRESA tem memória? *Cidadania*, São Paulo, v.7, n. 55, p. 7, jul.-ago. 2010.

TESSITORE, Viviane. *Como implantar centros de documentação*. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial do Estado, 2003. (Como Fazer, 9)

Entre arquivos, bibliotecas e museus: a interdisciplinaridade em pauta

Johanna W. Smit

A distinção entre as três áreas pode ser fundamentada – e geralmente é – com base em questões corporativas (regulamentação profissional, diferentes formações e identidades profissionais, etc.), bem como na distinção entre os tipos de documentos ou objetos custodiados nos diferentes lócus de atuação profissional.

Reconhecendo que as distinções corporativas ocorrem de fato proponho, no entanto, refletir sobre as áreas partindo de outras bases, a saber, a função atribuída aos documentos, pelas diferentes áreas, na condição de traço distintivo. Postulo ainda, como será adiante explicitado, tanto a distinção entre as áreas, como também sua complementaridade (e não sua oposição).

A distinção entre arquivos, bibliotecas e museus

É importante lembrar que a distinção é relativamente recente, visto que até a Idade Média “museus, arquivos e bibliotecas constituíam praticamente a mesma entidade, pois organizavam e armazenavam todos os tipos de documentos” (Ortega 2004, p.3). Com o passar do tempo aumentou exponencialmente a produção de documentos (decorrência da invenção da prensa móvel), mas também da crescente complexidade do Estado e da correspondente administração pública, os progressos científicos – todos concorreram para que a distinção entre instituições começasse a parecer tanto natural quanto necessária. Esta distinção inicialmente tomou por base os diferentes tipos de documentos ou objetos custodiados por arquivos, bibliotecas e museus: resumidamente, livros e periódicos diziam respeito às bibliotecas, documentos administrativos aos arquivos e objetos aos museus. Embora a distinção ainda viceje atualmente, sua limitação também fica bem evidenciada face à ocorrência de duas categorias de documentos que perpassam todas as instituições, estão presentes em todas e portanto de certa forma negam a distinção clássica: refiro-me aos documentos audiovisuais, que sempre estiveram presentes nas diferentes instituições e,

atualmente, aos desafios produzidos pelos documentos digitais, igualmente presentes em toda parte.

A distinção pelos tipos de documentos custodiados ainda prevalece hoje na prática, mas do ponto de vista teórico ela inaugura uma agenda de novas discussões.

As distintas práticas que, ao longo do tempo, foram sendo desenvolvidas e aprimoradas pelas bibliotecas, arquivos e museus desvelaram uma distinção interessante, ao reconhecer que o “olhar” que cada profissional (bibliotecário, arquivista ou museólogo) lança sobre os documentos ou objetos a serem organizados e tornados acessíveis difere.

Os diferentes “olhares” resultam de funções diferentes atribuídas aos documentos ou objetos:

- Na visão biblioteconômica, cada documento, isoladamente, é portador de informação;
- Na visão arquivística, os documentos viabilizam a representam o funcionamento institucional, tornando-se um espelho deste funcionamento resultante de sua acumulação natural;
- Na visão museológica, os documentos ou objetos representam detalhes de uma civilização, técnica, período histórico, aspecto estético, etc.

Para simplificar uma discussão bem mais complexa, nomeei, anos atrás, as três áreas pela alcunha das “Três Marias”, três irmãs diferentes mas integrando a mesma família (Smit, 1993).

Dois parênteses devem ser abertos neste ponto:

- a) Corroborando a percepção dos limites da distinção das instituições pelo tipo de documento custodiado, é possível imaginar situações nas quais o mesmo documento esteja presente em todas, mas obviamente por razões diferentes. O livro na biblioteca, na condição de representante da obra de um autor ou desenvolvimento de um tema, pode estar presente no arquivo, mas neste caso na qualidade de representante do cumprimento de determinada atividade desenvolvida no contexto institucional, ao passo que ainda o mesmo livro, no museu, será percebido como exemplo de determinada técnica de composição, recurso a certos materiais para a encadernação, história da prensa móvel ou da edição de livros, etc.
- b) O segundo parêntese é mais controverso e exige uma explicação um pouco mais demorada. Trata-se da distinção, respeitada até este momento neste texto, entre documentos e objetos no contexto museológico. Recorro a Suzanne Briet (1951) quando esta conceituou documento “como uma evidência que apoia um fato” (p.7), ou seja, “qualquer índice concreto ou simbólico, preservado e registrado para representar, reconstituir ou demonstrar um fenômeno físico ou intelectual” (p.7). Briet enfatizou a noção de evidência,

quando distinguiu, por exemplo, uma pedra no rio de uma pedra incorporada ao acervo de um museu. Esta última foi considerada uma evidência de algo e, portanto, em sua proposta, um documento. Madame Antílope, como carinhosamente Briet foi apelidada por Michael Buckland (1997), também exemplificou sua proposta com um antílope na natureza e outro, recolhido a um zoológico: este último, lá está porque considerado uma evidência e, portanto, um documento. A ênfase na noção de evidência aponta para um fato excessivamente naturalizado hoje em dia, a saber que, para que algo passe a ser considerado um documento, supõe-se intencionalidade. A intencionalidade na guarda, preservação, tratamento do documento para prover seu acesso (e não mais um objeto, pois intencionalmente integrado a uma instituição coletora ou disponibilizadora de cultura): esta é a contribuição de Briet para nossa discussão ao sublinhar o caráter intencional do recolhimento de documentos às diferentes instituições (arquivos, bibliotecas ou museus). No caso de bibliotecas e museus, a intencionalidade é exercida no momento da seleção, ao passo que, no caso dos arquivos, ela é pressuposta nas afirmações segundo as quais os documentos produzidos pela administração são arquivísticos. A proposta de Briet representou também um avanço em relação à definição americana e pragmática de documento (“inscrição em um suporte”) ou a exacerbação otletiana (Otlet, 1934), para o qual tudo era documento (e se tudo é, nada é). A visão europeia do documento incorporou a ideia da evidência e, portanto da intencionalidade, destacando a função desempenhada pelos documentos: uma expressão escrita do conhecimento humano ou “fonte de conhecimento, fixada materialmente, suscetível de ser usada para referência ou estudo, ou ainda como um argumento de autoridade”¹

Fechando os parênteses, o documento aqui considerado é identificado pelo seu caráter material (análogo ou digital) e resulta da transformação operada pelo homem que, ao retirá-lo de seu habitat de produção (gabinete do pesquisador, mesa do administrador, natureza, etc.), intencionalmente lhe atribui um caráter evidencial, o que o torna “digno” de guarda ou cuja guarda é considerada necessária.

Cabe ainda salientar, neste ponto, que a decisão de processar objetos (quaisquer, inclusive registros gráficos) em documentos pressupõe um trabalho simbólico, de transformação de “objetos” em documentos que contêm signos. Os signos não são encontrados na natureza, mas propriedades atribuídas aos objetos. Estamos, portanto, diante de operações de atribuição simbólica (“isto é um documento”), muito distantes da naturalização corrente na prática profissional. Em outras palavras, deve-se salientar que o trabalho desenvolvido remete ao “caráter construído da informação, sua definição e apropriação por comunidades discursivas [...] e seu potencial simbólico de produção e geração de significados” (Araújo, 2010, p.182-183).

¹ Definição de 1937, sem identificação de autoria, citada por Buckland, 1997, p.3.

Continuemos no tema da “atribuição de sentido”: se, conforme acima afirmado, as diferentes instituições atribuem funções diferentes aos documentos em decorrência de bases teóricas e históricos diferentes, decorre naturalmente desta afirmação que os métodos de descrição e organização dos mesmos também devem ser diferentes.

A complementaridade entre arquivos, bibliotecas e museus

As diferentes instituições – intencionalmente – recolhem, preservam, organizam, descrevem, proveem acesso aos documentos com um objetivo considerado relevante pela importância da informação contida nos documentos (bibliotecas), pelo valor de prova das transações institucionais e sua dinâmica processual (arquivos) ou pelo valor evidencial e educacional dos objetos (museus). Pode-se, portanto, resumir a razão intencional de guarda dos documentos pela função atribuída aos mesmos, diferenciada de acordo com as instituições, mas em nome de um objetivo comum a todas: preservar e tornar os documentos e a informação disponíveis, socialmente utilizáveis.

Analisando as aproximações entre arquivos, bibliotecas e museus, Araújo (2010, p.184) postula que “haveria três fortes pontos de união: a gestão da memória (seleção, coleta, avaliação de documentos); a produção de informação documentária (representação da informação estocada, bases de dados, catálogos, resumos); e a mediação da informação (comunicação das informações, transferência, atendimento das necessidades dos usuários)”.

A noção de memória, muito aventada nestas horas, é traiçoeira pois os documentos não são a memória mas podem funcionar como gatilhos para construção de memória (Menne-Haritz, 2004).

Preocupações com a preservação de documentos que representam o conhecimento elaborado até o momento da consulta, ou as decisões tomadas pela instituição, ou aquilo que as diferentes culturas já produziram estão presentes nas Três Marias e nos mostram a passagem do tempo, o “antes” e o “agora”. Homulos (1990) reúne as diferentes instituições sob a designação “coletoras de cultura”. Hoje poderíamos sintetizá-las pela designação “coletoras e provedoras de documentos e das informações neles contidas ou a partir deles elaboradas”.

E os arquivos pessoais, como ficam?

Inicialmente, é importante relembrar que o termo “arquivo pessoal” é usado com bastante elasticidade, abrigando conjuntos documentais muito diferentes. Este não é o momento para entrar nesta questão, muito melhor discutida e analisada por Ana Maria de Almeida Camargo e Silvana Goulart, mas, em supondo que o arquivo seja

efetivamente um arquivo pessoal, o mesmo deverá ser organizado de acordo com a lógica arquivística, *independente* do lócus de sua preservação (biblioteca, arquivo ou museu).

No que consiste a lógica arquivística de organização dos documentos? Ela parte da teoria arquivística e portanto identifica os documentos na condição de registros de atividades desempenhadas ou previstas pelo titular do arquivo. Partindo de uma análise das grandes funções que marcaram a existência do titular que acumulou os documentos, investiga-se como estas funções se desdobram em atividades e quais documentos lhes dão sustentação. A preservação do potencial informacional dos documentos que compõem um arquivo pessoal pressupõe, portanto, que os mesmos não sejam reconhecidos como entidades autônomas (o que caracterizaria a lógica biblioteconômica), mas na qualidade de traços de atividades que somente alcançam todo seu sentido quando contextualizados nestas atividades. Um documento isolado pouco informa sobre as atividades desenvolvidas pelo titular, mas uma série de documentos que se referem à mesma atividade, é informacional em relação ao titular do arquivo. A preservação do contexto de produção dos documentos passa a ser a condição essencial para organização de um arquivo pessoal.

Um trabalho interdisciplinar

A Ciência da Informação, na condição de uma ciência interdisciplinar, tem por objeto o estudo do fenômeno informacional quando elege a produção, a organização e o acesso aos documentos como sua característica principal. Entendendo o provimento de acesso aos documentos como uma função social, inscreve-se nas ciências sociais e desenvolve teorias e políticas muito variadas para contemplar um vastíssimo repertório de fenômenos. A implementação particular destas questões, respeitando as diferentes lógicas (arquivística, biblioteconômica ou museológica), neste sentido, recorre ao arcabouço teórico mais amplo fornecido pela Ciência da Informação, sem abandonar a especificidade de cada área. Entendo assim (e reconheço que esta posição não é consensual²) que o objetivo geral das Três Marias encontra guarida numa ciência e que esta é atualizada em ambientes diferentes, de acordo com lógicas diferentes, mas sempre tendo em vista o objetivo que, num nível mais abstrato, as reúne: o provimento de acesso aos documentos e às informações neles contidas ou delas extraídas e cuja preservação é pressuposta.

Para além deste posicionamento, de toda forma, o trabalho com arquivos pessoais é, evidentemente, um trabalho interdisciplinar, à medida que supõe um conhecimento arquivístico (visando a preservação do contexto de produção dos

² A título de exemplo, cito o interessante artigo de Angélica Marques (2013), com o qual concordo quando ela diz que “o campo da informação é por nós entendido como ‘o campo científico e profissional que abriga disciplinas que têm por objeto a gênese, organização, comunicação e disponibilização da informação’”. No entanto, quando a autora, logo em seguida escreve “não podemos reduzir a Arquivologia a uma parte da Ciência da Informação, mas conjugá-las como disciplinas diferentes e independentes, ainda que comunguem de alguns aspectos históricos, epistemológicos e teóricos” (p.112), identifico uma divergência.

documentos e, portanto, de seu potencial informacional), mas também uma pesquisa sobre o histórico cultural, financeiro, científico, político, etc. do titular do arquivo (indispensável para conseguir identificar as funções e atividades por ele desempenhadas) e um conhecimento linguístico: conforme o caso, para entender os documentos escritos em outra língua e/ou outra época ou escrita, mas de todo modo para refletir sobre as denominações dadas às funções, às atividades e aos documentos, de forma a conseguir traduzir a importância do arquivo de forma didática para o usuário ou pesquisador.

A ênfase no usuário

Se voltarmos ao início da discussão, temos que os documentos são institucionalizados à medida que, intencionalmente, são considerados necessários para a preservação de conhecimentos e atividades desenvolvidos no passado. A constituição de bibliotecas, arquivos e museus não pode mais, hoje em dia, ser considerado uma obra do acaso, de um colecionismo sem critérios.

Importante frisar que a ênfase no usuário não significa uma ruptura paradigmática, ao contrário de uma afirmação reiteradamente repetida. Trata-se de identificar, no histórico da área, fases diferentes, mas complementares, vez que até a década de 70, aproximadamente, imperava uma ênfase no aspecto físico dos acervos. Entre os anos 80 e 90 as atenções se voltaram para os aspectos cognitivos da transferência de informação, individualizando excessivamente os usuários. Seguiu-se um momento de síntese, no qual ainda permanecemos, e no qual o usuário é entendido como um membro de uma comunidade e que se relaciona com a informação de forma contextualizada. No entanto, os acervos, e sua custódia, continuam imprescindíveis, que seja para que o usuário encontre o que busca³!

Não contemplo neste texto as implicações financeiras e de recursos humanos e materiais envolvidos na preservação de documentos, mas esta dimensão está sempre presente. Deduz-se deste reconhecimento de um pressuposto funcionalista, que a preservação de documentos é considerada justificada, tendo em vista seu uso real ou potencial. Novamente é mister lembrar que este “uso” difere imensamente de acordo com a instituição ensejada, mas o mesmo “uso” justifica a existência de instituições voltadas para a guarda e o tratamento de documentos e informações, tornando-os acessíveis.

Acessíveis para quem?

Novamente, estamos diante de variações, inclusive terminológicas, de acordo com a instituição contemplada: leitores ou usuários de bibliotecas, pesquisadores em

³ Esta questão, aqui rapidamente mencionada, foi mais detalhada por mim em Smit, 2012.

arquivos permanentes e administradores em arquivos correntes, bem como pesquisadores e o público em geral em museus, todos contemplados pelos termos genéricos “usuário” ou “público”. Pode-se inclusive ser mais preciso, especificando este usuário: o mesmo é um usuário de serviços prestados por bibliotecas, arquivos e museus.

Este “usuário de serviços”, virtual, presencial ou potencial, justifica a preservação dos acervos pois, conforme dito anteriormente, a memória não significa nada a não ser que ela seja ativada por usuários a partir dos documentos. O usuário faz os acervos falarem, dá-lhes vida, deduz deles histórias as mais variadas, contraditórias até, recupera a dinâmica institucional ou pessoal e, portanto, justifica a existência (e o investimento) na preservação de acervos.

A argumentação acima parece ignorar o valor histórico dos acervos preservados, independentemente de seu uso: não ignora este valor, mas enfatiza sua importância através do uso. Pode-se argumentar que acervos não consultados continuam se justificando, à espera de sua revelação.

Em função de sua importância – o usuário justifica a existência dos acervos, mesmo que em sua dimensão potencial – o mesmo deve integrar a lógica de organização e disponibilização dos documentos e das informações. Se lembrarmos que todo o trabalho desenvolvido sobre os documentos, na ótica das Três Marias, significa um trabalho com signos, atribuindo sentido a signos de acordo com contextos e lógicas particulares, a introdução do usuário no sistema de informação se dá através da linguagem. Nunca é demais repetir o quanto a linguagem é determinada culturalmente e que o recurso a termos para nomear uma função, uma série ou uma categoria informacional, não é neutro (Olson, 2002). Voltando ao exemplo específico dos arquivos pessoais, a nomeação de funções deve ser clara e compreensível pelo usuário. Recorrendo a um exemplo forçado mas atual, o que significavam “relações familiares” no século XVIII e o que estas mesmas “relações familiares” podem representar atualmente? Mesmo não aprofundando a discussão neste ponto, não é possível ignorar que o usuário, ao longo do tempo e de acordo com necessidades informacionais específicas e mutantes, também recorre à linguagem para procurar o que precisa ou deseja. Temos, portanto, sempre a coexistência de três linguagens em todo sistema de informação das Três Marias: a linguagem presente nos documentos (conforme o caso, diferentes linguagens), a linguagem utilizada pela instituição para dar acesso aos documentos através da nomeação de categorias, classes, séries, funções, documentos, e a linguagem mobilizada pelo usuário em sua busca (o que também pode encerrar muitas linguagens de acordo com a variedade de usuários).

A complementaridade entre o trabalho desenvolvido nas diferentes instituições me parece insuficientemente valorizada. Cada uma das Três Marias desenvolveu aspectos que podem fertilizar o trabalho das demais. Assim como a biblioteconomia incorporou muitas das vantagens oferecidas pela tecnologia, os museus se aprofundaram nas questões da extroversão, do “como mostrar” e do como “explicar” seu acervo, ao passo que os arquivos são determinantes quando se trata de

pensar na preservação das evidências: em quais condições o documento prova o que diz provar? O que deve ser feito ao longo do tempo para preservar este poder evidencial e contextual?

O reconhecimento das diferenças entre as áreas, bem como de um objetivo – mais abstrato, por certo – comum, o incremento de um diálogo entre as Três Marias somente tende a tornar o todo informacional mais interessante e rico para o usuário, para o qual a distinção entre as instituições nada significa. Se um documento ou conjunto documental (incluindo os objetos) puder ser bem descrito, de forma contextualizada e compreensível por parte do usuário, alia-se diferentes competências desenvolvidas ao longo do tempo por diferentes ramos da Ciência da Informação, integrando o usuário no processo e dando-lhe inclusive condições para melhor entender e avaliar os documentos e a informação que lhe são propostos.

A interdisciplinaridade do trabalho desenvolvido nas Três Marias e, portanto, igualmente nos arquivos pessoais, abre um leque muito fértil e desafiador para os profissionais!

Referências

- ARAÚJO, C. A. A. Ciência da informação como campo integrador para as áreas de biblioteconomia, arquivologia e museologia. *Informação & Informação*, Londrina, v. 15, n.1, p.173-189, 2010.
- BRIET, S. *Qu'est-ce la documentation?* Paris: EDIT, 1951.
- BUCKLAND, M. What is a “document”? *Journal of the American Society of Information Science*, v. 48, n. 9, p.804-809, 1997.
- HOMULOS, P. Museums to libraries: a family of collecting institutions. *Art Libraries Journal*, v. 15, n.1, p.11-13, 1990.
- MARQUES, A. A. da C. Os lugares da arquivologia no campo da informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 41, n.1, p.109-123, 2013.
- MENNE-HARITZ, A. *Business processes: an archival science approach to collaborative decision making, records, and knowledge management*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2004. (The Archivist’s Library, 3).
- OLSON, H. A. *The power to name: locating the limits of subject representation in libraries*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2002.
- ORTEGA, C. D. Relações históricas entre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. *DataGramZero*, v. 5, n. 5, p.1-17, out.2004.
- OTLET, P. *Traté de documentation: le livre sur le livre*. Bruxelas: Editiones Mundaneum, 1934.
- SMIT, J. W. A informação na ciência da informação. *InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação*, Ribeirão Preto, v. 3, n.2, p.84-101, 2012.

SMIT, J. W. O documento audiovisual ou a proximidade entre as três Marias. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v. 26, n. 1/2, p.81-85, 1993.

O tratamento da correspondência em arquivos pessoais: desafios e controvérsias

Silvana Goulart

A correspondência como fonte de pesquisa

As cartas exercem um fascínio sobre nós, que, apesar da superexposição voluntária da intimidade no mundo contemporâneo, continuamos presas da curiosidade humana de descobrir, sem sermos vistos, os segredos do outro.

Além do caráter privado de troca entre duas pessoas, a correspondência encerra um viés público, pois põe em pauta conteúdos e sentidos mais abrangentes, geracionais e sociais. Ali estão presentes não só os diretamente envolvidos – remetente e destinatário – mas uma rede de pessoas citadas e referidas, revelando um quadro muito mais amplo de relações, que forma uma rede de contatos.

A correspondência sempre foi uma fatia privilegiada dos arquivos pessoais, pois ali se encontram desde os papéis que cumprem funções profissionais burocráticas até os mais informais testemunhos de amizade, discordâncias, troca de experiências, confissões e inconfidências. Nesse mundo dos arquivos pessoais, majoritariamente referente a personalidades públicas, multiplicam-se tanto o ânimo *voyeurista* como o interesse científico, transformando as cartas em objeto de estudo privilegiado.

A correspondência de intelectuais, artistas, empreendedores, líderes e personalidades públicas nos aproxima do perfil biográfico dos titulares pela via da exposição de ideias e sentimentos, das confidências e impressões, auxiliando a compreender os caminhos da criação. É imprescindível fazer as ressalvas necessárias, por tratar-se de discurso emitido por uma personagem construída, que enuncia a verdade de um momento, a partir de certas estratégias e permeada pelo desejo de sedução (a ideias e sentimentos, no mínimo). Nesse sentido as cartas não são testemunhas inocentes ou casuais, o que aumenta seu fascínio e sua humanidade.

A correspondência de personalidades pode levar aos bastidores da vida política, cultural e artística de um período, com suas estratégias e dissensões, por meio dos comentários acerca do contexto e do local onde muitas vezes se situam as linhas de força dos movimentos. Ela pode revelar também os espaços onde se

encontram o nascedouro e as etapas de elaboração de um projeto, desde o embrião até o debate sobre a recepção crítica do resultado. A crítica genética tem explorado o que chama de “laboratório” ou “canteiro de obras”, buscando a configuração de ideais estéticos, quando examina a lógica dos processos da criação a partir de elementos dispersos nos documentos epistolares.

Se para os estudos genéticos de literatura a correspondência é fonte privilegiada, sempre o foi para a escrita biográfica, sucesso editorial de todos os tempos, seja científica ou ficcional. Da mesma forma, não faltam nesses documentos dados e informações para os historiadores, sobre eventos, condições de vida, natureza das relações sociais e interpessoais, formas de pensar e de se comportar, entre muitas outras possibilidades.

Valorizados pela historiografia, novos métodos de análise e novos objetos de estudo abrem espaços de investigação, privilegiando o privado (em detrimento do público), a presença das pessoas “comuns” e da vida cotidiana. Cresce a importância das práticas da escrita e, sobretudo da “escrita de si”, hoje tema de debates e publicações. A escrita epistolar ganha relevância e se torna, ela mesma, objeto de pesquisa histórica: as funções sociais do ato de se corresponder, a prática da escrita, o uso da língua e dos recursos narrativos, por exemplo. No Brasil o interesse pelas cartas se articula à constituição de centros de memória, pesquisa e documentação, dedicados aos arquivos pessoais, que se multiplicaram nos últimos 40 anos. Essas fontes, produzidas no âmbito privado por pessoas, notórias ou não, são recolhidas, conservadas e disponibilizadas, o que gerou a necessidade de se pensar metodologias referentes ao seu tratamento científico. Portanto, aos interesses acima mencionados se soma o arquivístico: é da descrição inteligível desse material que depende o melhor acesso do investigador a suas fontes. Trata-se então de pensar na tipologia das cartas, tomadas aqui não apenas como “correspondência”, um coletivo demasiado distante da especificidade dos documentos.

Escrever cartas: histórico e categorizações

A preocupação em classificar cartas conforme sua função é perceptível com a ação educativa dos teóricos da literatura epistolar, que criavam categorias – carta de amizade, repreensão, conselho, elogio ou consolação – para ensinar o bom desenvolvimento de temas, com as qualidades requeridas na época. Diversas publicações surgiram na Europa a partir do século XVI para difundir textos de vários autores, com exemplos do bom uso de fórmulas e do desenvolvimento temático. Não faltava nessas obras a alusão a textos de filósofos gregos – Epicuro, Platão, Cícero –, que nos legaram as “cartas abertas”, escritas para a comunidade, em tom moralizante, além das reservadas, de teor também pedagógico.

No século XVII, a proximidade com o rei dependia do domínio de uma etiqueta estrita, o que naturalmente envolvia as cartas, incluindo desde a escolha do papel, o cabeçalho, as formas de apresentar os temas, de começar e terminar, as

fórmulas de tratamento. Os documentos administrativos, de trocas de mensagens entre reis e vassalos, também eram denominados “cartas”, expressando ordens, prestação de contas, distribuição de benesses. No Brasil do século XVIII, a administração se fazia por meio dessa correspondência entre o rei, governadores de capitania e outros prepostos.

Voltando aos manuais, eles sempre viram utilidade na identificação da natureza das cartas e apresentam um quadro amplo de funções como: congratulatórias, narrativas, postulatórias (de queixas), de recomendação, de agradecimento, de persuadir e as jocosas (de burlas e donaires). Outra obra categorizava as cartas como de boas festas, de participação, de aviso, de congratulação, de recomendação, de informação, as que acompanhavam presentes, as de condolências, as de agradecimento, de desculpas, de cumprimento, de negócios, as mistas e as familiares.

Três categorias de cartas missivas foram identificadas pelo teórico português Francisco Rodrigues Lobo, autor do livro *Corte na aldeia e noites de inverno*, de 1619 (Miranda, 2000, p. 48):

Cartas de negócios e das cousas que tocam à vida, fazenda e estado de cada um que é o que para as cartas primeiro foram inventadas (cartas domésticas, civis e mercantis);

Cartas dentre amigos uns aos outros, de novas e cumprimentos de galanterias, que servem de recreação para o entendimento e de alívio e consolação para a vida (cartas de novas, de recomendação, de agradecimento, de queixumes, de desculpas e de graça);

Cartas de matérias mais graves e de peso como são de governo da República e de matérias Divinas, de advertências a Príncipes e senhoras e outras semelhantes (cartas reais, públicas, invectivas, consoláveis, laudatórias e persuasórias).

As cartas de hoje não fogem dessas funções, mas as mensagens no *twitter*, *facebook* e em outras modalidades (correspondência transmitida de outras maneiras) abandonaram as convenções da escrita, admitindo o erro, as abreviações não normatizadas, a mistura de línguas, a dispensa de formas de polidez, de introitos ou despedidas formais. Ou não seria essa uma nova convenção?

Arquivar cartas

A correspondência é série clássica nos inventários de arquivos pessoais, mas trata-se de uma denominação coletiva e de caráter genérico por não se distinguirem as espécies documentais, desconsiderando as atividades que tipificam os documentos. Não cabe aí, por exemplo, a distinção entre cartas, ofícios, telegramas, bilhetes,

memorandos e outras espécies, perdendo-se no coletivo as informações provenientes da configuração formal de cada documento (disposição e natureza das informações). Falta também a qualificação das atividades de origem, constitutivas do tipo documental.

A busca da tipologia é tarefa da qual não se pode fugir, pois ela aponta para a gênese documental, perseguindo a contextualização nas atribuições, competências, funções e atividades do produtor do documento, no caso uma pessoa. Em busca da lógica orgânica dos conjuntos documentais, não há como contornar o esforço de tipificação, que aproxima o conhecimento da estrutura formal dos atos escritos, obedientes a modelos e legitimados do ponto de vista administrativo e jurídico, do conhecimento das atividades que lhes deram origem e que justificam sua funcionalidade básica: dispor, obrigar, conceder direitos, comunicar, provar, informar e testemunhar (Vázquez, 1988).

A perspectiva metodológica validada aqui é a da descrição que respeita a natureza contextual dos documentos de arquivo e o vínculo que os mantém ligados entre si e às ações que lhes são exteriores. Isso garante a estabilidade de sentido, um dos traços característicos do elo entre os documentos de arquivo e as atividades e funções exercidas pelas pessoas – elo este responsável pela autenticidade. Em torno do evento ou da atividade – as circunstâncias mais próximas e imediatas que justificam o documento, ocorrendo, portanto, em data e local determinados – se realiza, com segurança, a operação básica de classificação.

Descrição tradicional: um exemplo a não seguir¹

O Arquivo Júlio Prestes de Albuquerque foi inventariado nos anos 1980, quando prevaleciam outras normas descritivas, época que coincide com o início da consolidação das instituições brasileiras que reuniram os grandes conjuntos de arquivos privados de políticos, intelectuais e artistas, hoje referências imprescindíveis para toda a sorte de pesquisadores.

A página do Inventário do Arquivo Júlio Prestes (Guimarães; Teles, 1987) exemplifica a descrição tradicional da correspondência deste advogado e político paulista, candidato vitorioso à Presidência da República e preterido pelo movimento de 1930, que alçou Getúlio Vargas ao poder. A correspondência é uma das séries², com 4.206 itens, e sua descrição não desconsiderou as espécies – carta, cartão e telegrama – como primeiro elemento classificatório. A partir deste recorte, os documentos foram colocados em ordem cronológica e referenciados a partir de outra

¹ O Arquivo do Estado de São Paulo iniciou, em 1981, campanha visando reunir arquivos pessoais de políticos paulistas a fim de formar um núcleo documental de interesse para a história de São Paulo e do Brasil. O projeto intitulado “Titulares do governo” recebeu documentos de alguns detentores de cargos executivos, dentre eles o arquivo de Júlio Prestes de Albuquerque, doado pela família ao Arquivo do Estado, responsável pela publicação do inventário.

² As demais séries do Inventário são: documentação pessoal; produção intelectual; documentação eleitoral; panfletos e volantes; documentação administrativa pública e privada; documentação parlamentar; documentação jurídica; recortes; documentação complementar (*post-mortem*).

chave de classificação, os marcos da vida do titular: formação, deputado estadual, deputado federal, presidente de Estado, candidato à presidência, exílio e pós-exílio.

A classificação por espécie proporciona uma possibilidade inicial de discriminação, pois o pesquisador sabe o que pode esperar de uma carta, cartão ou telegrama, em termos de conteúdo, quantidade e densidade de informações. Mas a presença de assuntos nos verbetes descritivos – classificação típica da Biblioteconomia – denota a necessidade de buscar fora do documento os recursos para descrevê-lo. O verbete 31, por exemplo, elege como assuntos “política, administração, clientelismo e outros”, o último termo mostrando, inclusive, os limites da atribuição de assuntos. O verbete 32 descreve cartas “de cunho pessoal e político” e elenca assuntos díspares, evidenciando a impossibilidade de uma descrição mais efetiva; o verbete 34 evidencia que na ausência de data cronológica a classificação usada fica ainda mais precária.

Diversamente, o verbete 36 descreve claramente os 22 cartões que engloba, uma vez que qualifica sua função – “de felicitações” – e aponta para o evento que os contextualiza: “ascensão ao cargo de presidente de Estado”.

A construção deste inventário que descreve parte do arquivo de forma seriada não prescindiu da leitura de cada um dos documentos e explicitar a sua função e o seu contexto mais próximo teria possibilitado a formação de séries com maior nível de precisão descritiva.

- Presidente do Estado de São Paulo e foi, concomitantemente, Candidato à Presidência da República, referentes a política, administração, clientelismo e outros assuntos. São Paulo e outros locais, 1927-1930. 2.003 unidades (dat. impr. ms.)
Ca, Cx6 a 15
31. Cartas de cunho político com datas previstas, relativas ao período no qual Júlio Prestes ocupou o cargo de Presidente do Estado de São Paulo e foi concomitantemente Candidato à Presidência da República, referentes a política, administração, clientelismo e outros assuntos. São Paulo e outros locais [1927-1930] 95 unidades (dat. impr. ms.)
Ca, Cx16
32. Cartas de cunho pessoal e político a Júlio Prestes e família, relativas ao período de exílio do titular, referentes a vários assuntos, com destaque para o Movimento de 1932 e a situação do Governo Provisório pós-revolucionário. Estoril e outros locais [1930-1934] 1931-1934. 106 unidades (dat. impr. ms.)
Ca, Cx17
33. Cartas de cunho pessoal e político a Júlio Prestes, relativas ao período no qual o titular retornou do exílio, referentes principalmente a agradecimentos, homenagens e convites. São Paulo e outros locais, 1934-1945. 25 unidades (dat. impr. ms.)
Ca, Cx18
34. Cartas de cunho político a Júlio Prestes, referentes a assuntos vários. São Paulo e outros locais, s.d. 33 unidades (dat. impr. ms.)
Ca, Cx19
- 2.2 subsérie CARTÕES (ct)
35. Cartões de conteúdo político a Júlio Prestes. São Paulo e outros locais, 1926. 8 unidades (dat. impr. ms.)
Cct, Cx20
36. Cartões de conteúdo político enviados a Júlio Prestes, referentes a felicitações pela ascensão ao cargo de Presidente de
- Estado. São Paulo e outros locais, 1927. 22 unidades (impr. ms.)
Cct, Cx20
37. Cartões de conteúdo político enviados a Júlio Prestes, referentes a assuntos vários. São Paulo e outros locais, 1927-1928; 1929. 19 unidades (impr. ms.)
Cct, Cx20
38. Cartões de conteúdo político enviados a Júlio Prestes, referentes a pedidos de emprego e de favores. São Paulo e outros locais, 1927-1930; s.d. 30 unidades (impr. ms.)
Cct, Cx20
39. Cartões de conteúdo político enviados a Júlio Prestes, referentes à campanha presidencial e a felicitações pela indicação ao cargo de Presidente da República, assim como pela vitória no pleito de 1930. São Paulo e outros locais, 1929-1930. 89 unidades (impr. ms.)
Cct, Cx20
40. Cartão de Fernando Prestes ao Coronel Villaga, cumprimentando-o pela vitória do Partido Republicano Paulista (PRP) em Itapetininga. São Paulo, 10 nov. 1934 (ms.)
Cct, Cx20
41. Cartões de conteúdo político enviados a Júlio Prestes. s.d. 13 unidades (impr. ms.)
Cct, Cx20
- 2.3 subsérie TELEGRAMAS (t)
42. Telegramas de cunho político relativos ao período no qual Júlio Prestes exerceu o mandato de Deputado Federal tratando de questões do funcionalismo público e outras. São Paulo e outros locais, 1924-1927 [1924-1927] 56 unidades (dat. ms.)
Ct, Cx21
43. Telegramas de cunho político relativos ao período no qual Júlio Prestes ocupou o cargo de Presidente do Estado de São Paulo e foi, concomitantemente, candidato à Presidência da República, referentes a política, administração, clientelismo e outros assuntos. São Paulo e

— 41 —

A classificação funcional da correspondência: base teórica

Caracterizar um documento considerando a ação que lhe é intrínseca é a lição da Diplomática. Nascida no final do século XVII para comprovar a autenticidade de documentos, a Diplomática³ desenvolveu métodos de estudo e de análise dos atos reais, estendidos posteriormente aos atos oficiais e depois a todos os documentos

³ “A Diplomática é a ciência que estuda os documentos de arquivo propriamente ditos, em sua condição de documentos a partir de sua elaboração, sua forma e sua transmissão, para julgar sua autenticidade e considerar seu valor de testemunho e de informação. O documento em si, isto é, não o seu conteúdo, mas o que nós não olhamos nem buscamos ao consultar um documento. Portanto, o documento como documento.” (Delmas, 2015, p.33).

públicos, tornando-se matéria de erudição histórica e instrumento de classificação, de conservação e inventário.

Hoje a Diplomática é repensada no contexto dos usos contemporâneos, buscando abranger o desafio dos documentos digitais que se desenvolvem concorrentemente com os de suporte papel. O alvo atual é estudar os documentos de arquivo a partir de sua elaboração, forma e transmissão, a fim de julgar sua autenticidade e considerar seu valor testemunhal e informativo. Descrever esses documentos significa estabelecer a tipologia, de forma a garantir uma abordagem científica para sua compreensão, fruto da busca de coerência, expressa pelas palavras que os nomeiam.

Para as novas escrituras é preciso caracterizar, definir, evidenciar as funções, considerando a continuidade da ação, que se aplica tanto a documentos analógicos quanto a digitais, ou a formas de transmissão diferentes, por exemplo, todas as modalidades de comunicação eletrônica com as quais convivemos. Apesar da aparência caótica do virtual, prevalece, geralmente, a estabilidade nas funções identificadas desde os manuais do século XVII.

Conforme esses parâmetros descritivos da correspondência, a tipologia atribuída deve explicitar a natureza da ação que o documento autoriza. Mesmo nos arquivos pessoais, prevalece o princípio da busca do ato que o documento propõe, tanto no quadro de atividades formais quanto nas mais informais. A definição diplomática – aquela que indica a natureza da ação que o documento autoriza – geralmente não se limita a uma única palavra. Será necessária uma expressão que concilie o estatuto jurídico, a função e a ação – e, muitas vezes, a natureza do suporte (Delmas, 2015, p. 40).

A correspondência nos arquivos Ruth e Fernando Henrique Cardoso

Tais foram os procedimentos metodológicos adotados para estabelecer a tipologia atribuída à correspondência dos dois principais titulares do acervo da Fundação Fernando Henrique Cardoso.

O arquivo do titular, pelas funções públicas que exerceu, aglutina correspondência de teor diverso, remetida por autoridades, instituições e amigos. Há ainda bilhetes e comunicados informais, geralmente enviados por membros do governo e correligionários políticos. A par disso há um volume significativo de documentos enviado por cidadãos e instituições de todas as regiões do país, por quem almeja estabelecer um diálogo direto com o chefe da nação e a primeira dama⁴.

A correspondência de Ruth Cardoso se assemelha à de intelectuais acadêmicos: refere-se a suas atividades de empreendimento social e diz respeito também a sua vida profissional e pessoal.

⁴ A descrição do arquivo de FHC ainda se encontra em curso.

As espécies identificadas na correspondência tratada são, até agora, as seguintes:⁵

- Carta: meio de comunicação utilizado por pessoas físicas e entidades privadas.
- Carta aberta: Carta que se dirige publicamente a alguém, por meio de órgão de imprensa.
- Carta falada: Carta lida em voz alta e gravada.
- Cartão: meio de comunicação que utiliza papel encorpado de pequeno formato para mensagens concisas.
- Cartão postal: cartão ilustrado, com face reservada para comunicação breve e informal.
- Memorando: meio de comunicação entre as unidades administrativas de um mesmo órgão, sem restrições hierárquicas ou temáticas.
- Ofício: meio de comunicação oficial, próprio do serviço público, entre autoridades da mesma categoria, entre autoridades e particulares ou entre inferiores e superiores hierárquicos.
- Telegrama: mensagem em estilo conciso, transmitida por meio de telegrafia, para ser entregue, em caráter de urgência, ao destinatário.

A lista que se segue exemplifica as ações atribuídas aos documentos epistolares, a fim de identificar sua função:

⁵ As espécies documentais foram definidas em um glossário, disponível em “Documentos de apoio”, no canto superior direito da página de “Pesquisa no acervo”, rubrica acessível no *site* da Fundação iFHC.

- aceitação de cargo
- aceitação de colaboração
- aceitação de convite
- adesão
- advertência
- agendamento
- agradecimento
- agradecimento de convite
- análise política
- apoio
- apreciação
- apresentação
- autorização
- boas festas
- boas vindas
- cancelamento de compromisso
- cobrança
- cobrança de posicionamento
- comunicação de decisão
- comunicação de providência
- condolências
- confirmação
- confirmação de recebimento de correspondência
- convocação
- crítica
- cumprimentos
- declinação de cargo
- declinação de convite
- demissão
- denúncia
- despedida
- discordância
- elogio
- encaminhamento
- esclarecimento
- exoneração
- indicação de representante
- inscrição
- manifestação de desagrado
- manifestação de solidariedade
- oferecimento de cargo
- oferecimento de colaboração
- orientação
- pedido de apoio

A construção da tipologia se faz pela junção entre a espécie e a função, expressa pela principal ação identificada no documento. Exemplos: Carta de pedido de apoio, cartão de pedido de apoio, telegrama de pedido de apoio etc.

Exemplos de classificação da correspondência de Ruth Cardoso e Fernando Henrique Cardoso

Carta aberta

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**
Assessoria de Imprensa

Veículo	DIARIO DE LA ECONOMIA	País	Dia
		VENEZUELA	07
			Mês
			Ano
			95

**Mensaje
del Embajador
de Brasil**

La visita a Venezuela del Presidente Fernando Henrique Cardoso, del 3 al 5 de julio, tiene para los brasileños una significación muy especial. La honrosa invitación formulada por el Presidente Rafael Caldera, para que el Presidente de Brasil visitara a Venezuela en el Día de la Independencia, fue para Brasil un motivo de gran satisfacción y la más clara expresión de la renovada amistad entre los dos países y del excelente nivel a que llegaron nuestras relaciones de cooperación. Deseo expresar mi complacencia por la oportuna iniciativa de publicación de este suplemento especial con informaciones sobre Brasil, en el momento en que se concreta esta importante visita.

El desarrollo de las relaciones entre Brasil y Venezuela, en todos los campos, ha recibido la más alta prioridad por parte de ambos gobiernos. El encuentro presidencial de La Guzmania, el 4 de marzo de 1994, aseguró un nuevo impulso en la identificación de proyectos de interés común. Ya hemos logrado avances y resultados importantes en áreas fundamentales como el comercio, la cooperación energética, la integración vial, las telecomunicaciones, la protección del medio ambiente, el desarrollo fronterizo, y estamos comprometidos a seguir adoptando medidas para la solución definitiva de problemas como el de la minería ilegal. La intensidad de la cooperación cultural entre los dos países nos recuerda diariamente los lazos de afinidad entre nuestros pueblos y nos señala lo que tenemos que ganar con el acercamiento recíproco.

El espacio de cooperación entre Brasil y Venezuela está fundamentado en base sólida de principios e intereses comunes, en el marco de la identidad latinoamericana, suramericana y amazónica de ambos países. La visita del Presidente Fernando Henrique Cardoso representará un paso fundamental en esta dirección, con la consolidación de los resultados ya alcanzados, la conclusión de nuevos acuerdos de enorme importancia para los dos países y el inicio de la ejecución de proyectos comunes de cooperación, hacia un futuro compartido de prosperidad e integración que beneficiará a nuestros pueblos y muy especialmente a nuestras regiones fronterizas.

Clodoaldo Hugueney
Embajador

Carta de demissão

01/0002350

agm pma

(14)

LUIZ FELIPE LAMPREIA
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Brasília, em 10 de Janeiro de 2001.

Ao Excelentíssimo Senhor
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO,
Presidente da República Federativa do Brasil
Palácio do Planalto, Brasília, DF.

Senhor Presidente,

Depois de seis extraordinários anos, ao longo dos quais tive a honra de servir ao seu Governo, venho pedir-lhe para deixar o cargo tão importante de Ministro das Relações Exteriores, a mim confiado por Vossa Excelência. Movem-me apenas razões pessoais que, tenho a certeza, o Senhor compreenderá.

Vossa Excelência, Presidente Fernando Henrique Cardoso, tem sido o mais brilhante estadista que o nosso país já teve a representá-lo no cenário internacional. Como Presidente do Brasil, e indiscutível condutor da estabilização monetária e de reformas que tanto beneficiaram o povo brasileiro, assumiu credenciais que o fizeram interlocutor qualificado de todos os maiores líderes mundiais. Pude testemunhar isso em todos os quadrantes do globo. Acompanhá-lo foi um privilégio que levo comigo para sempre.

Quero agradecer todas as demonstrações de consideração, confiança e estima que me dispensou. Agradeço também, por seu intermédio, a D. Ruth todas as manifestações de carinho dadas à minha mulher, Lenir, e a mim mesmo. Meu grande desejo, Presidente, é continuar a ser seu amigo e poder colaborar com seus projetos, públicos ou pessoais. Conte sempre comigo.

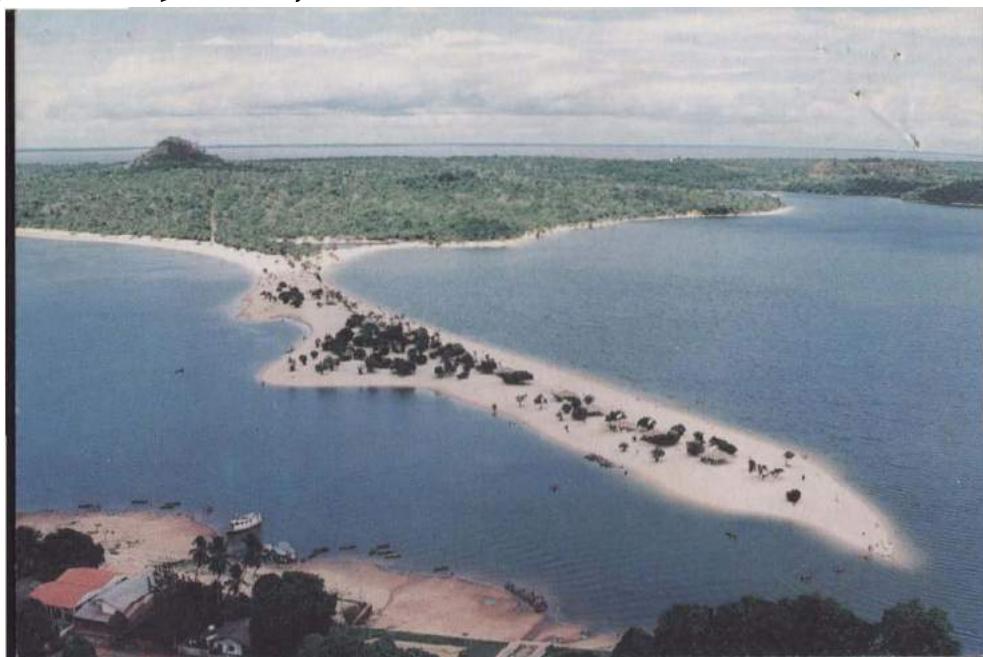
*L abraco & seu,
Luiz Felipe Lampreia*

Palácio Itamaraty
70.170-900 - Brasília, DF

Cartão de encaminhamento

Masato Ninomiya *Dra. Ruth.* 14/000-73
Envio-lhe, em primeira
mão, o primeiro exemplar
da 2^a edição trilingue da
sua tese de doutorado.
Assim que puder marcar
a data de lançamento, depois
das eleições de outubro,
Respeitosamente *[Signature]*
9-11-98

Cartão postal de cumprimentos (frente e verso)





Telegrama de reivindicação

91/0008050-018
NNNAH

ZCZC RSP779 C RBA476
BRRX CO AEBX 023
LA PLATA/ARGENTINA 23 11 1036

EMBRATEL
VIA SATELITE
11SET 1149W 00000
DISTRITO DE SAO PAULO
DESPACHO

FERNANDO CARDOSO
BAHIA 499
SAN PABLO

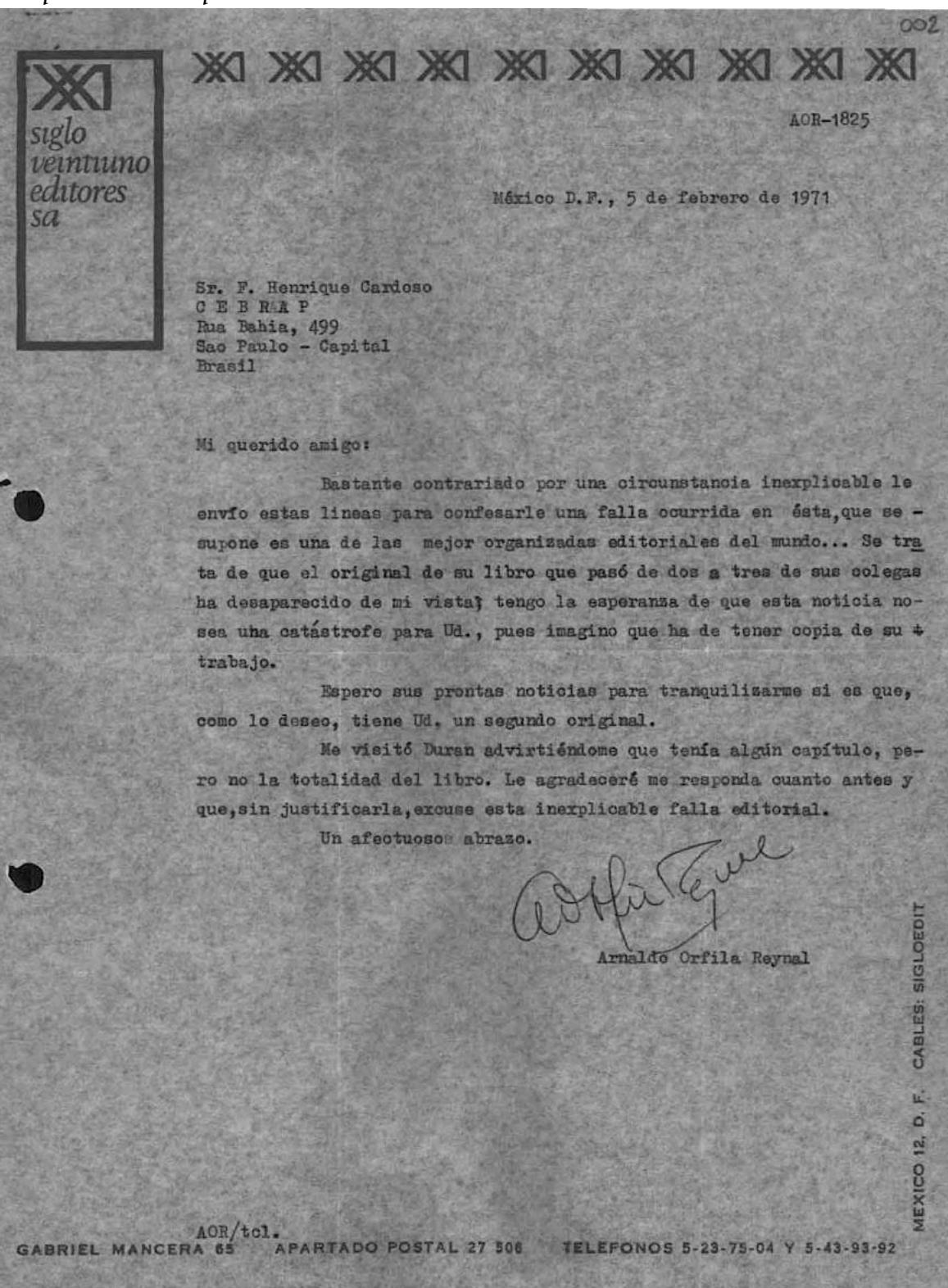
IMPRESINDIBLE SU PRESENCIA JORNADAS SOCIOLOGIA LATINOAMERICANA
UNIVERSIDAD LA PLATA VIAJE MIERCOLES ENVIAREMOS PASAJE CONFIRME
CABLE SALUDOS

DR SCHAPOSNIK

COL 499

NNNN
KT

Carta de pedido de disculpas



Carta de pedido de confirmação



FORÇA SINDICAL 00.FH.003037.T/01-4

São Paulo, 27 de março de 1995

004 F02 004 000 15:00

1094/1355

EXCELENTESSIMO SENHOR
DR. PAULO PAIVA
MINISTRO DO TRABALHO
BRASÍLIA - DF

Excelentíssimo Senhor

29/03/95 15 h

Reunião com Força

Sindical

15:00 horas

Gostaria de confirmar a realização da audiência com Vossa Exceléncia, no dia 29/03/95 - quarta feira -, às 15h00 onde levaremos o apoio da Força Sindical às propostas de reforma elaboradas pelo Governo.

No dia, contaremos com a presença dos seguintes sindicalistas:

- (1) LUIZ ANTONIO DE MELLEIRO - Presidente da Força Sindical
(2) ENILSON SIMÕES DE MOURA - Secretário Geral da Força Sindical e Presidente do Sindibast
(3) PAULO PEREIRA DA SILVA - Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo
Não (4) JOSE IIBRAHIM - Diretor de Relações Internacionais da Força Sindical
Não (5) MELQUÍADES ARAÚJO - Presidente da Federação da Alimentação de São Paulo e Vice-Presidente da Força Sindical
(6) RUBENS ROMANO - Presidente do Sindicato dos Comerciários de São Paulo e Tesoureiro da Força Sindical
(7) CLÁUDIO DE CAMARGO CRÉ - Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco
(8) LUIZ CARLOS DE MIRANDA FARIAS - Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga e da Federação dos Metalúrgicos de Minas Gerais
(9) PEDRO PEREIRA DE SOUZA FILHO - Vice-Presidente do Sindicato dos Padeiros de São Paulo
(10) JOSÉ ROBERTO DOS SANTOS - Presidente do Sindicato dos Têxteis de São Paulo
Não (11) JOSÉ TADEU CASTELO BRANCO - Diretor Social do Sindicato dos Telefônicos de São Paulo
Não (12) LUIZ ANTONIO VIEIRA ALBANO - Diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda
(13) RICARDO PATAH - Vice-Presidente do Sindicato dos Comerciários de São Paulo
Não (14) RICARDO BALDINO - Presidente do Sindicato da Construção Civil de Porto Alegre
Não (15) WALTER SOUZA - Presidente da Força Sindical Regional do Estado do Rio Grande do Sul
(16) JOSE FIRMO - Presidente da Federação dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo
Não (17) DILCEU BATISTA COSTA - Presidente da Federação dos Metalúrgicos do Rio Grande do Sul
(18) EUNICE CABRAL - Presidente do Sindicato dos Vestuários de São Paulo e Osasco
(19) JOÃO SANTOS NOGUEIRA JUNIOR - Presidente da Força Sindical do Estado do Rio de Janeiro
Não (20) Antônio Quegliano, Presidente da Regional da Força Sindical S.P.

Rua Libocca, 78
Soc. Anôn - SP - Brazil
CEP: 05413-000
Tel.: (011) 851-7100
Fax: (011) 852-0402
Telex: 0113106

Telegrama de solicitação de documento

007

Form. 501

TELÉGRAFO DEL ESTADO (CHILE)

Nº Depositado el Valor

Para cualquier reclamo, sírvase presentar este recibo:

--BUENOS AIRES 0913 15 1/1155

Nº Pls. Hora Vía Indicaciones

Fecha

Sr.

D- -UNATIONS-PROFESOR FERNANDO CARDOSO INSTITUTO LATINO
AMERICANO-SANTIAGO CHILE

- RUEGO ENVIO URGENTE MATERIALES NUMERO 2-VERON +

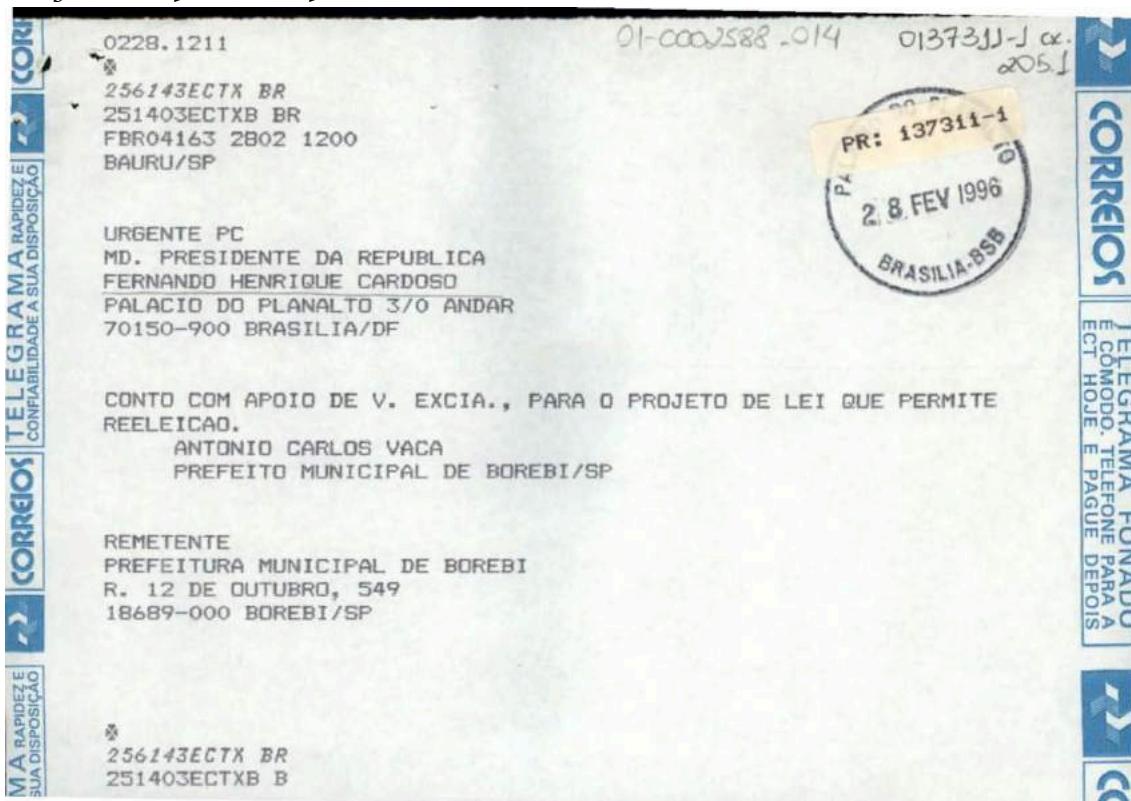
Nombre y domicilio del remitente: *En M. 19*

Datos de Transmisión:

OBSERVACIONES: El Estado no es responsable por pérdida, daños o perjuicios ocasionados por errores en la transmisión, demora, malas entregas o faltas de éstas o por otro motivo cualquiera; pero en ciertos casos las tasas percibidas serán reembolsadas en su totalidad o en parte.

IMP. D. ENRQ. GERAL. C. Y T. - CHILE

Telegrama de pedido de apoio



Cartas inclassificáveis?

As cartas de classificação mais difícil são, sem dúvida, as mais informais, pela diversidade de funções, escritas por interlocutores próximos, dentre amigos e familiares. Há exemplares de relatos de experiências, impressões e sentimentos; de atualização do destinatário sobre acontecimentos relativos a diversas pessoas, amigos ou inimigos comuns. Há a exposição de planos e possibilidades. Há cartas de exílio que tratam da situação política e suas consequências para si e os outros. Há ainda cartas que discutem os rumos do país, opções profissionais, chances e possibilidades; ou que aconselham, opinam, reclamam e discutem alternativas. Comumente, elas tratam de tudo ao mesmo tempo, e elencamos para elas algumas denominações passíveis de classificá-las: cartas de amizade, de troca de experiências, de troca de ideias, de trocas intelectuais, diálogo epistolar ou, ainda, noticiário epistolar.

Exemplos

New Haven, 10 de maio de 1965

Prezado Fernando Henrique:

Estou enviando anexa copia da ultima carta do clube Bianchi's, pois já o consideramos integrado. Você verá que o problema que nos preocupa agora é sair imediatamente com a Revista. Também estou escrevendo por separado a Anibal sobre este assunto. Parece-me magnifica a ideia de uma revista ~~em~~ editada aí, pois Santiago é realmente a nossa sede ~~principial~~. Tanto mais que o Claudio Veliz deverá fixar-se aí no proximo ano à frente de mais uma instituição cultural de carater regional. Contudo, preocupo-me muito com o seguinte: se a revista não for também academica não conseguirá reter a nossa efetiva cooperação. Estamos todos trabalhando em alguma pesquisa e o que vamos a escrever estará dentro dessa linha de pesquisa. Por outro lado, considero que nada é mais urgente do que atuar no mundo academicó latinoamericano, que está sendo submetido a crescente influencia de linhas de pensamento orientadas de fora da região. Somos um pequeno grupo, mas poderemos ter uma influencia grande se publicarmos os nossos trabalhos numa mesma revista. Constituimos hoje o embrião de uma escola de pensamento; nos falta tão somente encontrar um meio que permita a expansão desse nucleo. Sugeri ao Anibal que Panorama inclua artigos de carater academicó conjuntamente com trabalhos dirigidos a um publico mais amplo, dentro da linha das revistas francesas. Do contrario teremos que pensar em duas revistas, o que evidentemente complica as coisas. Se você concorda com esse ponto de vista, convém que dê uma palavra a ele sobre o assunto. De todas formas temos que começar a publicar imediatamente.

Rezebi a sua carta de 29 de abril com informações sobre o que vai por aí. Os acontecimentos recentes nos obrigam, indubitablemente, a uma serie de redefinições. Cada vez mais me preocupa o "problema" americano. Estou pondo algum tempo em estuda-lo com miras a escrever um livro sobre os Estados Unidos para ser lido na America Latina. Por mais que me esforce para ver os acontecimentos dentro de uma perspectiva historica, não posso deixar de sentir os acontecimentos como homem de uma determinada geração. Vejo que o horizonte se fecha diante de nós e que as possibilidades de atuar como intelectual se reduzem de maneira angustiante. Que mais podia fazer um ateniente do primeiro século da ocupação romana além de tentar envenenar um pro-consul. E a um do segundo século, como deveriam parecer ingenuos aqueles gestos. Que lhes restava fora do epicurismo e do estoicismo? Em épocas como esta, a vida do intelectual torna-se algo extremamente difícil. Sabemos que é pouco o que podemos fazer, mas que esse pouco poderá ser o fundamental. Escreva com frequencia para manter o diálogo, pois a importancia deste é muito grande nestes tempos de confinamento.

Lembranças a Francisco, Cantoni e outros amigos e um abraço para vocês do

LHL

01/1955 - 001

DANCY RIBEIRO

Auxiliar Ruth.

Apresento a ista da Nordeste para que
meus amigos seu grande apreço. Nordeste
nha é professora do Pedago CT. trabalhou
no CBPE e sua contata com o está em
viver na nossa terra e aqui no exílio.
De uns meses para cá, o cetro forse
apresentou o que sei se teremos concubícios
apresentando aqui mais um novo e nem
de permanecer aqui mais seu novo e nem
mesmo se o contato do Dancy seja
recorrendo. Depois de conviver com mais
calma, seu espírito receber notícias da

vocé Darcy da Nordeste, meus amigos
vocé está seu devendo respostas
última carta que lhe mandei.

Peço encarregador este cartão da
Nordeste que mando juntinho ao respon-
sável já que não pude mandá-lo
dai. Que fique agradeço. Peço e agra-
deço os encarregados. Ruth e Dancy

Mauá, 12-1-65



CORREO AEREO



Santiago, marzo 10 de 1967.

Querida Rut:

Me alegró muchísimo tener tu carta entre unos libros, al volver de vacaciones. Menos mal que me puse a hacer orden, pues Ricardo la recibió la leyó, y luego no me dijo una palabra. Se le olvidó por completo.

¡Qué bueno vivir en París, con una renta decente, que permite gozar de todo lo que uno está superdotado para apreciar! (ejem, modestias aparte.) El grabadito no se va a sacar, ya será transformado en tallita.

Te extraño mucho pero me alegra al pensar en lo que disfrutas. Cuéntame de los espectáculos y viajes.

Los González vuelven hoy, luego de 2 meses en Europa, especialmente de los países "de hierro". Norberto irá a dictar clases a Polonia.

Nosotros pasamos 2 meses en la Argentina. En las sierras de Córdoba, nos encontramos con Plinio y familia. Son encantadores. Pasamos juntos. Anabel se quebró un brazo, pero ya está perfecta de nuevo.

Lo hice tantas prolicencias que todavía me quedan. Pero este año voy a



CORREIO AÉREO



estudiar pintura y dibujos, sólo con pretensiones artesanales. También iré a un curso de cerámica. Imaginate los mamarrachos que haré luego en la casa nueva. Sobre todo murales. Aunque sea para el baño.

La está la maqueta, preciosa, en abril esperamos comenzar.

¿Viste qui rápidamente llegaron las alfombras? Yo estoy contenta con las mías, aunque nunca son como el catálogo. Lastima que no alcancé a ver la tuga.

Por aquí no hay mayores novedades. Nelly Alvarez tuvo un niño y Gail Cianccalini una nena.

Tú estás enseñando, estudiando, o ambos?

Supongo que no les faltará oportunidad de conocer a Cortázar. Yo estoy leyendo su "Huella al día ..." que tiene algunas cosas maravillosas.

Muchos cariños de toda la familia para los 5.

Saludos especiales de Ricardo a Fernando. Que se nota su ausencia.

Te abraza muy fuerte

Kitty?

Cartas de cidadãos

Trata-se de documentação comumente encontrada nos gabinetes de chefes de Estado e de altos funcionários públicos, na maior parte do mundo, de caráter mais público

do que privado. Reflete um contexto, uma época, um nível tecnológico: as cartas são manuscritas, eletrônicas, sonoras e até audiovisuais. De cunho político, manifestam os mais diversos interesses e motivações, seja em caráter pessoal ou em nome de alguma instituição.

No Brasil, a correspondência do chefe do Executivo é recebida pelo Departamento de Documentação Histórica, setor que lida com a triagem, a resposta e o encaminhamento de providências, quando é o caso. Na sua ação, este Departamento construiu um método de classificação da correspondência recebida, de acordo com a função principal, tendo estabelecido cinco verbos para a categorização: pedir, apoiar, sugerir, criticar, denunciar. Conforme o manual elaborado pelo setor durante a vigência dos mandatos de FHC, tais funções foram caracterizadas da seguinte maneira:

- Pedido: em número majoritário e tom autobiográfico, demandam benefícios, justiça e até bens materiais.
- Apoio: referências elogiosas ao presidente e ao seu governo.
- Sugestão: elenco de recomendações, algumas acompanhadas por projetos de diversas naturezas.
- Crítica: têm por alvo o governo e às vezes a pessoa do presidente e de sua família.
- Denúncia: campanhas que resultam em cartas idênticas, enviadas de diversas partes do mundo sobre situações irregulares ligadas aos direitos humanos, cujos remetentes são geralmente apoiadores de movimentos nacionais ou internacionais.

Em outra categoria se juntou a correspondência enviada por excêntricos, que pode se apresentar como ilegível, anônima, confusa ou incompreensível, de conteúdo inusitado, obsessivo, grosseiro, ofensivo ou persecutório. Remetentes insistentes tratam sempre o mesmo assunto ou escrevem todos os dias.

Referências

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial do Estado, 2002. (Como Fazer, 8)

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Diplomática e tipologia documental em arquivos*. Brasília: Briquet de Lemos, 2008. (segunda edição revista e ampliada)

BEZERRA, Carlos Eduardo e SILVA, Telma Maciel da. Jogo de cartas: a correspondência como fonte de pesquisas. *Patrimônio e Memória*. UNESP – FCLAs – CEDAP, v. 5, n.2, p. 133-158, dez. 2009

CAMARGO, Ana Maria de Almeida e GOULART, Silvana. *Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais*. São Paulo, Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida, BELLOTTO, Heloísa Liberalli (coord.). *Dicionário de terminologia arquivística*. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros – Núcleo Regional de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

DAUPHIN Cécile. Les correspondances comme objet historique: un travail sur les limites. *Sociétés & Représentes*, 1/2002 (nº 13), p. 43-50.

DELMAS, Bruno. Por uma Diplomática contemporânea: novas aproximações. SEMINÁRIO “Dar nome aos documentos: da teoria à prática” (2013: São Paulo). *Dar nome aos documentos: da teoria à prática*. Apresentação de Danielle Ardaillon. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2015.

GOMES, Ângela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GUIMARÃES, Silvana e TELES, Regina Mara. *Inventário do Arquivo Júlio Prestes de Albuquerque*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1987.

MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis. A arte de escrever cartas: para a história da epistolografia portuguesa do século XVIII. In: GALVÃO, Walnice Nogueira e GOTLIB, Nádia Battella (org.). *Prezado senhor, prezada senhora: estudos sobre cartas*. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

MORAES, Marcos Antonio de. Edição da *correspondência reunida* de Mário de Andrade: histórico e alguns pressupostos. *Patrimônio e Memória*. UNESP – FCLAs – CEDAP, v.4, n.2, p. 115-128, jun. 2009. P.117.

VÁZQUEZ, Manuel. *Estudio del carácter original de los documentos*. Córdoba: Dirección General de Publicaciones, 1988.

Agradecimento

Agradeço a permissão de uso das cartas, cartões e telegramas pertencentes à Fundação Fernando Henrique Cardoso, incluindo os arquivos do titular e de Ruth Cardoso.

Experiências, reflexões, perspectivas

Arquivos pessoais e a memória das instituições: o caso da Universidade de São Paulo

José Francisco Guelfi Campos
Lílian Miranda Bezerra

Não é de hoje que os chamados arquivos pessoais despertam o interesse de pesquisadores de diversas áreas do conhecimento. Tampouco é recente a preocupação dos profissionais de arquivo a respeito desses conjuntos documentais de características especiais, contornos fluidos e indefinidos, que tão frequentemente reúnem documentos em suportes e formatos os mais inusitados.

Contudo, é preciso levar em conta que o potencial dos arquivos acumulados por indivíduos nem sempre é bem explorado, sobretudo no âmbito das instituições. As reflexões que pretendemos compartilhar derivam dos resultados obtidos por dois projetos que, dotados de objetivos semelhantes, complementaram-se de maneira singular e particularmente feliz.

O que está em jogo, nessa discussão, é a preservação da memória da maior instituição de ensino superior e pesquisa científica do Brasil, a Universidade de São Paulo, que, em 2014, completou 80 anos de existência. Quais são os elementos que conformam a memória de uma universidade como a USP? Qual é a relevância dos arquivos pessoais de seus professores e pesquisadores? Assumindo a importância desses conjuntos documentais, como fontes valiosas para o estudo e para a revisão da história da instituição, quais os desafios implicados no sentido de preservá-los, difundi-los e fomentar ações no sentido de disponibilizá-los para a consulta?

“Albergues da memória”

Ao definir os arquivos pessoais, a arquivista espanhola Joana Escobedo (2006) os caracterizou como “albergues de uma memória dotada de singularidade”. De fato, ao espelharem a vida de seus titulares na ampla e complexa gama das atividades por eles desempenhadas, dos eventos vividos e de suas malhas de relacionamento

familiar, social e profissional, os documentos acumulados por indivíduos guardam a capacidade de refletir a existência e representar os traços da personalidade de seus criadores.

Contudo, convém questionar se o que representam é, de fato, a memória de seus titulares. Em artigo provocador, Laura Millar (2006) lançou a dúvida: as fotografias reunidas em um álbum, um diploma pendurado na parede ou o programa de um congresso são, por si sós, nossa memória das atividades ou dos eventos que motivaram sua produção e acumulação?

Para continuar a explorar a questão, convém refletir sobre o que significa esse termo a que se recorre tão frequentemente, e que, de tão banalizado, parece ter adquirido sentido tácito. Não é difícil observarmos, entre os arquivistas, o emprego estratégico – e, muitas vezes, inadvertido – da associação entre arquivos e memória como forma de explicar e justificar a natureza de seu trabalho, sem, contudo, discuti-la em perspectiva crítica, com vistas a incrementar e sustentar sua própria prática.

Acercar-se da literatura especializada é tarefa desafiadora, haja vista que o campo dos estudos sobre a memória é, no dizer de Margaret Hedstrom (2010, p. 164), “amplo e amorfo”. Estudiosos de diversas áreas vêm dedicando atenção ao assunto e a gama de enfoques é, de fato, surpreendente, abrangendo os domínios da antropologia, da história, da literatura, da psicologia, da neurociência, entre outros.

Mas não só os especialistas se interessam pelo tema. Sua amplitude se estende também para além do meio acadêmico, chamando a atenção da sociedade como um todo. Como observou Meneses (1999), os Estados, grupos sociais, as minorias étnicas e sexuais, escolas, agremiações, associações, entidades políticas e empresas têm atuado de forma cada vez mais efetiva no desenvolvimento de difusão e promoção de suas memórias, valendo-se da criação de monumentos, memoriais, museus, centros de memória e da ação dos meios de comunicação e, modernamente, das redes de relacionamento social pela internet. Para Paolo Rossi (2010, p. 25), uma grande “demanda de passado” e o ressurgimento de temáticas aparentemente marginais ou superadas, encontram-se entre as razões que explicam as “paixões atuais pelo tema”. É daí que parece nascer a contradição flagrada pelo antropólogo Joël Candau (2012, p. III) entre a supervalorização da memória e do passado e a fascinação incontida pelo “tempo real”. A urgência em documentar materialmente o passado, remoto ou imediato, põe em evidência o estado delicado da memória na contemporaneidade, oscilando entre a efervescência e a crise, sublinhando uma de suas qualidades indeléveis: a efemeridade.

Seguindo a trilha do estudo de Millar (2006), os documentos de arquivo, a despeito de registrarem e testemunharem as atividades que lhes deram origem, atuam como “gatilhos” ou pedras de toque no desencadeamento de processos de rememoração. Michael Piggott (2005, p. 307) chamou a atenção para a não centralidade dos arquivos na missão de transmitir a memória e a cultura dos grupos sociais; embora seu ponto de vista frustre, de certa forma, aqueles que veem as instituições arquivísticas como dispositivos medulares, indispensáveis, quis o

arquivista australiano observar que as tradições orais, as cerimônias e até mesmo a paisagem assumem, em muitos casos, papel relevante para a recordação do passado. Some-se a esses elementos, para além da função dos monumentos e do patrimônio arquitetônico, tudo o mais que conforma o patrimônio imaterial – datas, costumes, ritos, folclore, culinária, em suma, os pontos de referência que nos inserem na memória da coletividade a que pertencemos, como sugere Pollak (1989, p. 3) – e veremos como os arquivos desempenham papel coadjuvante na representação, autorização e modelagem da memória, em consórcio com outros mediadores e equipamentos culturais, embora, muitas vezes, assumam de fato a condição de protagonistas desses processos.

A par desta discussão, creditamos aos arquivos o papel que lhes cabe: ainda que não sejam, por excelência, protagonistas, aliam forças para construção e consolidação de memórias sociais e/ou institucionais e sua importância será tanto maior quanto menos marcarem terreno os demais elementos envolvidos na reconstrução do passado. É neste contexto que se inserem os dois projetos aqui enfocados.

Dois projetos, um objetivo

As considerações apresentadas nesse artigo derivam do desenvolvimento de duas pesquisas que, a despeito de suas especificidades, partilhavam objetivos em comum, o que resultou em frutífera parceria. O primeiro projeto, pesquisa de mestrado intitulada “Preservando a memória da ciência brasileira: os arquivos pessoais de professores e pesquisadores da Universidade de São Paulo”, iniciado em fevereiro de 2012 e concluído em junho de 2014, teve por objetivo mapear a existência de arquivos pessoais de docentes (aposentados ou falecidos) nas unidades da USP, em oito cidades localizadas no Estado de São Paulo¹, oferecendo diagnóstico circunstanciado da realidade observada, fundamentado em discussão teórica sobre as características desses conjuntos documentais, enquadrando-os no controverso debate acerca da definição conceitual dos “arquivos pessoais” e dos chamados “arquivos científicos” e da relação delicada entre arquivos e memória, sobretudo no âmbito das instituições.

Partilhando de interesses semelhantes, o Arquivo Geral da Universidade de São Paulo reuniu, em meados de 2012, um grupo composto por representantes de diferentes áreas para formular o projeto “Por uma política de preservação da memória da docência e da pesquisa na USP”, financiado por edital especial da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária (PRCEU)². Por tratar-se de projeto

¹ No âmbito deste projeto foram visitadas 49 unidades, entre faculdades, institutos, bibliotecas, museus e centros de memória, 26 das quais em parceria com o Arquivo Geral da USP. Desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, a pesquisa foi orientada pela Profa. Dra. Ana Maria de Almeida Camargo e financiada pela FAPESP.

² O projeto foi elaborado conjuntamente por Ana Maria de Almeida Camargo (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas), Dina Elisabete Uliana (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo), Elisabete Marin Ribas (Instituto de Estudos Brasileiros), Johanna Wilhelmina Smit (Escola de Comunicações e Artes/Arquivo Geral), José Francisco Guelfi Campos (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas / Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), Lilian Miranda Bezerra (Arquivo Geral) e Silvana Karpinski (Museu de Arte

com menor prazo para execução, teve por âmbito de ação apenas as unidades acadêmicas localizadas nos limites da Cidade Universitária “Armando de Salles Oliveira”, em São Paulo.³ Enquanto a pesquisa de mestrado objetivava, além das discussões teóricas, a publicação de um guia dos acervos mapeados, o projeto do Arquivo Geral contemplou, entre seus objetivos, a criação de um banco de dados capaz de reunir os dados obtidos durante a pesquisa⁴.

Ambas as iniciativas partiram de uma questão comum: ao completar oitenta anos de existência, e reconhecida internacionalmente como instituição de excelência em ensino e pesquisa, a USP ainda atribui pouco valor à sua própria história e à memória de seus docentes, muitos dos quais figuras de grande relevância no cenário científico nacional e internacional. Nossa objetivo comum foi o de reunir subsídios para a criação de uma política institucional de memória universitária que atente ao papel do docente/pesquisador, a fim de nortear a preservação de seu patrimônio documental, cultural e intelectual.

Em lugar da coleta de dados por meio de questionários, enviados por correio convencional ou eletrônico aos interessados, como é usual em pesquisas de diagnóstico, para a consecução desses dois estudos exploratórios optamos pela visita presencial às unidades acadêmicas que compunham o nosso escopo.

No âmbito no projeto coordenado pelo Arquivo Geral as visitas ocorreram diariamente nos turnos da manhã e da tarde, e contavam com a participação de um coordenador e dois estagiários por período.

Em ambos os projetos o diagnóstico se fez por meio de dois instrumentos: o Formulário de Diagnóstico de Acervos e a Tabela de Identificação de Documentos.

O primeiro formulário se destinava à identificação geral do acervo: nome do titular, estado de conservação, tratamento técnico, unidade/órgão e responsável pela guarda, assim como informações pertinentes ao controle do trabalho de campo (equipe responsável pela visita e data).

A Tabela de Identificação de Documentos surgiu como desdobramento do campo “conteúdo” do Formulário de Diagnóstico e como resposta à necessidade de contextualização. Visava à identificação do documento em associação com a atividade que lhe deu origem. Iniciado o diagnóstico e confrontados com a diversidade documental, fez-se imperativa a criação de categorias genéricas de classificação como único meio possível de conferir inteligibilidade à documentação, quais sejam:

- Discência
- Docência e Pesquisa
- Gestão
- Identificação

Contemporânea). Agradecemos a Ana Sílvia Pires, Bárbara Júlia Menezello Leitão, Edison de Carvalho Macedo, Helena Akemi Missumi, Maria Cristina de Oliveira Costa, Marli Marques de Souza Vargas e Valdir de Araújo Vieira Junior, pelo apoio indispensável para a condução de diferentes etapas da pesquisa.

³ No âmbito deste projeto foram visitadas 26 unidades, entre faculdades, institutos, bibliotecas, museus e centros de memória.

⁴ Trata-se do banco de dados *Docere*, acessível por meio do site do Arquivo Geral da USP (www.usp.br/arquivogeral), que reúne informações coletadas no âmbito dos dois projetos aqui apresentados.

- Vida funcional
- Outros Documentos

Por serem as atividades de docência e pesquisa o foco de nosso trabalho e por as entendermos de modo articulado e indissociável, as consideramos em conjunto e as desdobramos em 14 subatividades:

- Propor e ministrar disciplinas
- Dar pareceres para conselhos, programas, comissões, órgãos de fomento, periódicos etc.
- Propor cursos, alterações em estrutura curricular ou organização de programas de pós-graduação
- Orientar alunos de graduação ou pós-graduação
- Participar (como avaliador ou candidato) em bancas e concursos
- Proferir palestras e ministrar cursos em outras instituições
- Executar projeto de pesquisa
- Solicitar apoio para a pesquisa
- Participar de congressos e reuniões científicas ou organizá-los
- Vincular-se a associações científicas ou profissionais
- Manter correspondência profissional
- Publicar
- Prestar consultoria à iniciativa pública ou privada
- Receber prêmios e homenagens

Como nossos objetivos e o tempo de execução não contemplavam pesquisa criteriosa acerca dos diferentes acervos e titulares, bem como a descrição minuciosa de seus documentos, nos vimos obrigados a criar a categoria “outros documentos”, o que deixa evidente, primeiro, que era sobre as demais classes de documentos que voltávamos nossos olhos, com destaque para a docência e pesquisa; segundo, que em projetos de grande envergadura e extensão, escolhas e recortes se fazem necessários, ainda que algumas vezes conflitem com aquilo que acreditamos ser o mais adequado.

Nesse sentido, a opção pelo trabalho de campo, apesar de garantir maior acuidade à sondagem, acarretou uma série de situações que expõem, mais do que as dificuldades inerentes a tal iniciativa, os meandros da burocracia e da dinâmica de funcionamento de uma instituição complexa como a Universidade de São Paulo.

Em busca dos arquivos perdidos: o trabalho de campo e seus percalços

Embora o projeto de mestrado estivesse em vigência meses antes do projeto coordenado pelo Arquivo Geral, foi no âmbito deste último que consolidamos as bases metodológicas do trabalho de campo. Esta primazia foi consequência de algumas vantagens institucionais, tais como: podermos contar com a força política

que o Arquivo Geral, enquanto órgão central do Sistema de Arquivos da USP (SAUSP), poderia oferecer juntamente com seu aparato administrativo; e com o respaldo político e financeiro da PRCEU, afinal, o edital especial ao qual estávamos vinculados, por dispor de verba específica, nos dava a possibilidade de contratação de pessoas e serviços para a realização desse projeto.

Apesar de os editais especiais abrangerem todos os campi e gozarem de divulgação institucional, resolvemos, tendo em vista a grandeza e a complexidade da universidade, remeter ofício protocolado a todos os diretores de unidades a fim de explicar nossos propósitos, garantir nossa entrada nos prédios e solicitar a indicação de interlocutor alocado na unidade. Cientes da importância desse interlocutor para o bom andamento da pesquisa, tomamos o cuidado de sugerir aos respectivos diretores a indicação de pessoas que tivessem boas relações e bom trânsito nas respectivas unidades e/ou que tivessem interesse, afinidade de trabalho e que fossem sensíveis à temática do projeto. Como não tínhamos como conhecer o primeiro aspecto, nos garantimos na indicação de perfil para o segundo, assim, partimos do pressuposto de que Assistentes Acadêmicos, Chefes de Bibliotecas e Presidentes das Comissões Setoriais do SAUSP poderiam intermediar nosso acesso.

Ainda que a decisão final coubesse aos diretores e, portanto, que não estivéssemos imunes a escolhas incompatíveis com o perfil sugerido, em todas as unidades percorridas nossos primeiros interlocutores foram bibliotecários, muitos dos quais chefes de bibliotecas, ou assistentes acadêmicos. Apenas no Instituto de Biociências aliou-se à indicação de bibliotecário o nome de um docente reconhecido como afeito às questões de história e memória.

Embora nosso contato inicial tenha sido feito com o interlocutor indicado, na dinâmica do trabalho nem sempre foi ele quem conseguiu nos guiar aos acervos que buscávamos. Na verdade, foi preciso estabelecer redes de contatos internas, alicerçadas no conhecimento e na memória de funcionários e docentes com quem conversávamos.

Não foi raro nos depararmos com interlocutores iniciais que desconheciam a existência de qualquer documentação que se enquadrasse no perfil da pesquisa, esse retorno demandou, primeiro, que insistíssemos, elaborando formas variadas de explicar o que procurávamos; segundo, que estabelecêssemos um procedimento, que tinha por fim, conversar com o maior número de pessoas e percorrer o maior espaço possível dentro dos prédios.

Assim, a pessoa inicialmente indicada, quando não designou outra que o fizesse, cumpriu conosco a tarefa de percorrer todos os departamentos e secretarias de cada unidade, apresentando-nos e deixando que explicássemos nossos objetivos. A todos os secretários pedimos que nos auxiliassem, conversando com outros funcionários e docentes e enviando, a todos os professores em atividade ou não, um e-mail no qual esclarecíamos os objetivos do projeto e pedíamos o retorno daqueles que acreditassesem poder ajudar.

Como dito anteriormente, o estabelecimento da “rede de contatos” foi imposto pela dinâmica do trabalho e, sobretudo, pela resposta negativa ou desencorajadora que não raro recebíamos. Percebemos que se não circulássemos pelos corredores e salas, se não nos fizéssemos notar, muito provavelmente nada

encontraríamos, e os arquivos que almejávamos permaneceriam na zona de penumbra na qual se encontravam, e que abarcaria também nosso trabalho e nossa passagem por ali, se não tivéssemos tomado a iniciativa de insistir, de tentar mais uma vez.

Vale notar que a despeito de nossa vontade de cumprir nossos fins e mapear, no limite, a totalidade dos arquivos existentes, sempre estivemos sujeitos ao bom funcionamento dessas redes, ou seja, nada nos poderia garantir que estivéssemos conversando com o interlocutor mais adequado, conhecedor do maior número de pessoas, que tivesse melhor trânsito ou fosse sensível às questões que nos ocupavam. Nada nos garantia que todos os e-mails tivessem sido enviados, recebidos, lidos e compreendidos por seus destinatários. O estabelecimento de uma boa rede era crucial e tivemos que conviver com a incerteza de a havermos alcançado ou não.

Para além da rede de contatos, o tempo de execução de que dispúnhamos conflitou, por vezes, com o tempo de resposta das pessoas: fomos procurados por docentes interessados em contribuir com o projeto tempos depois de terminado o trabalho de campo, e também houve setores de unidades que não puderam ser mapeados por se encontrarem em reforma durante todo este período de realização do diagnóstico, o que expõe facetas do funcionamento da instituição.

A realidade universitária também pode ser percebida por outros vieses. Aquilo que acreditávamos nos conferir força, a saber: a vinculação à Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária, por meio de um edital especial, mostrou-se pouco relevante ao longo do trabalho, isso porque foram poucos os funcionários e docentes que conheciam ou tinham ouvido falar desses editais. Na verdade, aqueles que os conheciam estavam também vinculados a eles. Assim, não fomos poupadados de explicar, em diversas e diversas ocasiões, no âmbito do projeto coordenado pelo Arquivo Geral, a qual dos editais especiais nos vinculávamos.

A falta de clareza acerca dos editais e, consequentemente, de sua forma de execução burocrática chegou a abranger, inclusive, funcionários alocados na própria PRCEU. Não se trata aqui de atacar funcionários ou desmerecer, de forma generalizante, o funcionalismo público, mas de evidenciar a fraqueza de nossa comunicação institucional. Fraqueza esta que permitiu que dentro do próprio órgão promotor de tão importante iniciativa houvesse desconhecimento acerca de seus trâmites financeiros e contábeis, estendendo-se aos setores financeiros e contábeis de outras unidades e órgãos que não souberam como agir diante de algo aparentemente novo, sobre o qual não receberam orientação e treinamento.

Neste mesmo sentido, a realidade uspiana se impôs ao frustrarmos nossas expectativas no tocante à contratação de serviços de terceiros, que, prevista em edital, não explicitava os modos como deveria ser realizada.

Por tratar-se de edital especial, supúnhamos maior facilidade e agilidade na contratação desses serviços, a saber, quatro bolsistas para execução do trabalho de campo e de um especialista terceirizado de informática para desenvolvimento de banco de dados. E qual não foi nossa surpresa ao nos depararmos com os trâmites corriqueiros de contratação de estagiários, sujeitos às exigências e prazos institucionais, e à obrigatoriedade de apresentarmos, no tocante ao terceirizado de

informática, três orçamentos distintos para contratação de serviços com valores inferiores ao teto de licitação?!

O processo de contratação do profissional de informática foi especialmente penoso, dando-nos a impressão de que não conseguiríamos cumprir um elemento essencial para a plena consecução de nossos objetivos – a elaboração de um banco de dados, um dos produtos finais do projeto – e obrigando-nos, no projeto coordenado pelo Arquivo Geral, a estender em quatro meses o período de execução.

Mais dificuldades encontramos em relação ao conceitual atinente à área de arquivos. Ainda que o Sistema de Arquivos da Universidade de São Paulo esteja em funcionamento desde 1997, e que muito se tenha caminhado em relação à sua institucionalização, à disseminação de princípios arquivísticos e ao estabelecimento de diretrizes, não podemos negar o longo caminho ainda por percorrer. A realização desse projeto apenas prova algo que supúnhamos: o desconhecimento acerca do conceito de arquivo, de forma geral, e de arquivo pessoal, mais especificamente.

Apesar de estarmos cientes da linha tênue e muitas vezes indefinida que separa o arquivo pessoal de um docente do conjunto de documentos institucionais sobre os docentes, e de não pressupormos que as pessoas deveriam estar a par dessa discussão, era flagrante entre aqueles com quem conversávamos (com raríssimas exceções) a total, ou quase total, incompreensão do universo conceitual que circunda a arquivologia.

O trabalho de campo, por nos colocar diante de pessoas das mais variadas formações e níveis de estudo, nos obrigou a um duplo exercício: de linguagem, na tentativa de tornar mais palatáveis alguns conceitos; e de percepção, no sentido de tentar decifrar, diante do contato rápido com os interlocutores, quais “caminhos” de comparação e conhecimento poderíamos acionar para sermos compreendidos.

Outras questões institucionais também puderam ser vislumbradas, tais como alguns excessos de burocratização, centralização de atividades⁵ e casos de espaços e documentos públicos sendo tratados como pequenas esferas privadas de poder.

Pudemos notar, ainda que superficialmente, a existência de culturas bem particulares. Se por um lado encontramos sensibilidade e cuidado com histórias e memórias locais, por outro, conhecemos o total desleixo e o vazio; se em alguns locais a exposição verbal de motivos bastava para dar início ao trabalho, em outros, nos foram exigidos papéis para além daqueles que já havíamos, a priori, remetido.

Ainda podemos citar os problemas oriundos do deslocamento, tendo em vista a grandiosidade da Universidade de São Paulo, a existência de campi localizados à grande distância da capital, de não dispormos de transporte exclusivo destinado a nossas atividades de campo e de tê-las realizado, sob sol, frio ou chuva, exclusivamente com uso de transporte circular ou transporte público coletivo.

Ora, também nos cumpre salientar dificuldades inerentes à subjetividade de qualquer trabalho humano. No projeto coordenado pelo Arquivo Geral, erámos

⁵ Em certa unidade, transcorrida a conversa inicial, a pessoa designada não mais conseguiu, ao longo de 5 meses, espaço em sua agenda para nos receber e tampouco indicou alguém que a substituisse, por mais que insistíssemos.

seis integrantes e, portanto, seis cabeças distintas trabalhando com uma realidade documental muitas vezes desconhecida ou mesmo inimaginável.

A falta de padronização na redação e a indefinição, ou o emprego inadvertido, de espécies documentais foi algo patente ao longo de todo o trabalho, cabendo a nós a nomeação, ainda que genérica, da documentação. Se a preocupação com o estabelecimento de metodologia de trabalho esteve presente desde o princípio, e nunca houvesse saído de nosso horizonte, não podemos negligenciar eventuais incorreções e imprecisões decorrentes da falta de tempo hábil para nos dedicarmos a cada novo arquivo encontrado; da falta de experiência anterior em trabalhos dessa monta, ou, no caso dos estagiários, de qualquer experiência na área de arquivos⁶; da multiplicidade de documentos e realidades encontradas⁷; e da necessidade de estudos aprofundados em diplomática e tipologia documental, além da sabida complexidade que os circunda.

Cabe frisar que a rigorosa identificação e descrição documental não faziam parte de nossos objetivos, mas o próprio trabalho nos impôs a genérica classificação e identificação dos documentos, como meio possível para sua contextualização.

Mais do que elencar mazelas, quisemos aqui evidenciar os percalços, rotineiros ou não, inerentes às pesquisas que recorrem ao trabalho de campo. A despeito de todos os contratempos, imprevistos e dificuldades enfrentadas, é inegável o valor da experiência prática para a consolidação, contestação e alargamento do conhecimento teórico.

Os arquivos de professores e a memória da USP

Os arquivos de professores universitários se encontram na encruzilhada dos debates sobre a caracterização dos arquivos pessoais e dos chamados “arquivos científicos”. Se por um lado, ostentam as marcas de seus produtores, refletindo as atividades e os eventos da vida dos indivíduos que motivaram a acumulação dos documentos, por outro não deixam de se relacionar intimamente com as etapas que constituem o fazer docente e científico. Para compreendê-los e sondar as especificidades de sua natureza, é preciso combinar aportes de múltiplas áreas do conhecimento, em especial, a arquivística e a sociologia da ciência, seguindo a trilha aberta pelos estudos de Santos (2012, 2010).

Ana Maria Camargo (2009) observou, em artigo inspirador, a ambiguidade da expressão “arquivos pessoais”, que pode levar a entendimentos diversos, algo que se mostrou recorrente na abordagem dos interlocutores com quem tratamos ao longo do trabalho de campo. A situação mais frequente foi a confusão entre os papéis acumulados pelos docentes, e deixados em seus escritórios e laboratórios

⁶ Oriundos de cursos de graduação em História, Ciências Sociais e Letras, os estagiários receberam treinamento e assistiram a palestras sobre a história da universidade, os conceitos da Arquivologia e o funcionamento do Arquivo Geral e do Sistema de Arquivos da USP. Participaram também de reuniões periódicas com os coordenadores do trabalho de campo, em que também participaram Ana Maria de Almeida Camargo e Johanna W. Smit, a quem dirigimos nossos agradecimentos.

⁷ Deparamo-nos com arquivos de docentes em diferentes níveis de organização, desde documentos jogados em espaços sujos e sem qualquer estrutura, até arquivos organizados, identificados e acessíveis à consulta.

após o desligamento funcional, e aqueles acumulados pela própria instituição, em suas secretarias e departamentos de pessoal, sobre a vida funcional desses professores.

A pouca ou nenhuma familiaridade dos servidores da USP com conceitos da arquivística, a despeito de muitos deles trabalharem diariamente com a gestão dos arquivos de suas unidades e deles se valerem para a viabilização das funções administrativas cotidianas, abre espaço para a discussão a respeito do caráter público ou privado dos documentos no âmbito da instituição. Muitas foram as vezes em que nossos interlocutores nos apresentaram prontuários e processos administrativos, afirmando serem aqueles os arquivos “pessoais” dos docentes que interessariam à nossa pesquisa.

Não deixa de importar, aqui, retomar uma questão que muito ouvimos de nossos interlocutores durante a realização das duas etapas do trabalho de campo: “para que servem esses montes de papel velho?”. Se pensarmos no tripé das funções em que se sustenta a universidade, quais sejam, ensino, pesquisa e extensão, perceberemos que os documentos presentes nos arquivos institucionais não são capazes de representá-las em seus estágios intermediários, ou seja, na ampla gama de atividades que concorrem para a sua viabilização em sala de aula ou nos laboratórios. Apontamentos de aula ou de pesquisa, apostilas, provas, trabalhos de alunos e tantos outros documentos presentes nos arquivos pessoais dos próprios docentes revelam o potencial informativo desses conjuntos documentais que, por tanto tempo, estiveram à margem das políticas de preservação de arquivos, sujeitos a todo tipo de reveses e contingências: são capazes de flagrar tais atividades e, portanto, franquear a reconstituição da história da instituição sobre novos pontos de vista, justamente pela óptica de suas atividades finalísticas e dos agentes encarregados de sua consecução.

Por uma memória universitária: caminhos e descaminhos

O resultado final de ambos os projetos de pesquisa revelou o destino de 280 arquivos pessoais de professores da Universidade de São Paulo, existentes em 37 das 49 unidades visitadas. A preservação daqueles que não são recolhidos por seus titulares, quando de seu desligamento funcional, está sujeita à força das circunstâncias e a análise de cada caso nos dá o retrato de um quadro fragmentário, do qual privilegiaremos, aqui, apenas alguns aspectos.⁸

O primeiro deles diz respeito à dispersão. Durante o trabalho de campo, localizamos arquivos de professores, ou suas parcelas, em bibliotecas, centros de memória ou de documentação, depósitos, laboratórios, museus, gabinetes de professores, secretarias, sedes de núcleos ou grupos de pesquisa e em setores de arquivo, expediente e protocolo. Pouco se sabe sobre como esses documentos foram parar nos lugares em que atualmente se encontram; mesmo em unidades que dispõem de centros de memória ou museus, raros são os casos em que a

⁸ Para um diagnóstico circunstanciado, ver Campos (2014).

transferência de tais arquivos tenha sido formalizada por instrumentos legais (processos administrativos, termos de doação, testamentos, entre outros).

A despeito da informalidade que marca a transferência dos documentos, mais da metade dos arquivos mapeados vêm sendo objeto de trabalhos no sentido de organizá-los e torná-los disponíveis para a consulta, muitos dos quais já contando com algum tipo de instrumento de pesquisa (em diferentes níveis de descrição) ou figurando em bases de dados que permitem o acesso local ou remoto às informações sobre os acervos. Esse dado não implica, contudo, que a organização de tais arquivos seja movimento em marcha na maioria das unidades visitadas. À guisa de exemplo, 72 dos 83 arquivos com organização em andamento se encontram no Museu da Faculdade de Medicina. Das 37 unidades que dispõem de arquivos de professores, apenas 9 vêm se dedicando de forma regular ao tratamento documental (Campos, 2014).

Com relação à possibilidade de acesso aos documentos, é possível observar certo equilíbrio no universo dos arquivos mapeados. Dos 280 conjuntos documentais, 169 estão, atualmente, abertos para a consulta, contra 103 de acesso restrito e 8 cujo acesso está sujeito a restrições parciais impostas pelos responsáveis pela custódia.

A situação retratada evidencia a existência de um patrimônio documental rico e multifacetado, obscurecido por contingências institucionais que jogam contra a sua divulgação, razão pela qual permanece desconhecido por boa parte da comunidade uspiana, sobretudo por seus gestores, e descortina horizonte promissor para a discussão em torno de um tema tão capcioso quanto fundamental: a criação de um projeto memorial, comprometido com a preservação e o resgate dos elementos que permitam a construção de conhecimento novo sobre a história da instituição.

São muitos os desafios e as controvérsias que circundam o debate. O primeiro deles diz respeito ao escopo e ao alcance do projeto. A despeito da relevância atestada dos arquivos pessoais de professores, por que não contemplar, de maneira mais ampla, a preservação da memória da vivência universitária? É o que procura fazer, por exemplo, a Harvard University, por meio de seu arquivo universitário, destinado a documentar a vida intelectual, cultural, administrativa e social da instituição e das comunidades vizinhas.⁹

Atualmente, a política de preservação da memória institucional da USP contempla a produção bibliográfica dos docentes, teses e dissertações defendidas, informação sobre processos administrativos e os registros das transações operadas nos sistemas corporativos de gestão. Mas e tudo o mais que escapa à administração, não teria serventia para o conhecimento mais aprofundado sobre a instituição? Por que não integrar à política memorial também a preservação de seu patrimônio arquitetônico, os registros das mobilizações estudantis e de seus funcionários, das ações que buscam aproximar a academia da comunidade?

Assumindo a preservação de arquivos de seus professores e pesquisadores como um dos elementos contemplados pela política memorial da universidade,

⁹ Veja-se a política de formação de acervo do Arquivo Universitário de Harvard, disponível em: <http://library.harvard.edu/university-archives/donating-materials/policies>.

outras questões ganham corpo. Quem seriam os doadores em potencial? A pergunta, aparentemente ingênua, aponta um dilema que resvala em consequências éticas. O critério hierárquico parece ter pouco valor nessa difícil decisão, pois nada garante que o arquivo de um professor que gozou, ao longo da carreira, de maior sucesso editorial ou que atingiu maior prestígio e os degraus mais altos da carreira docente seja, de fato, mais representativo que o arquivo daquele que não se submeteu, por opção ou por força das circunstâncias, a concursos de livre-docência ou titularidade. A ênfase deve recair, portanto, não sobre o peso do nome do doador em potencial, mas sobre a representatividade de seus documentos.

Para tanto, é preciso definir com clareza quais atividades se pretende documentar e quais os documentos mais representativos. Mais importante que definir quais docentes comporiam o “panteão” da memória universitária, pois no limite todos interessariam, competiria discutir quais critérios adotar na eleição dos documentos que se pretende preservar.

Convém levar em consideração a necessidade de se reconhecer na docência e na pesquisa o seu caráter de prática social, produzida em ambientes específicos (a universidade, o laboratório, o campo), sob influência constante de fatores externos. Diante disso, qual o sentido de se recolher apenas os documentos produzidos pelo docente em âmbito institucional, desconsiderando aqueles que, apesar de não ostentarem à primeira vista sua ligação com o universo da docência e da pesquisa, podem constituir fontes auxiliares para a compreensão das estratégias, das opções intelectuais e do envolvimento de seus criadores com a universidade?

Para além da dimensão ética do debate, convém ainda considerar as questões legais envolvidas na divulgação dos documentos, que resvalam não apenas na proteção de dados pessoais, como também no resguardo de informações decorrentes de projetos de pesquisa, levando em conta sua natureza e seu potencial de interesse. Trata-se de debate nebuloso, cujos desdobramentos excedem as intenções desse artigo, mas que, certamente, demandam maior e mais cuidadoso aprofundamento.

Uma política memorial, implementada em âmbito institucional, implica também na criação de mecanismos específicos que permitam a sua consecução. Como vimos, a informalidade e, muitas vezes, o improviso dão o tom das ações de preservação de arquivos pessoais na Universidade de São Paulo. A regulamentação de financiamento, a contratação de especialistas e o treinamento dos funcionários em atividade são elementos os quais não se pode negligenciar. Imprescindível será, ainda, o desenvolvimento de diretrizes específicas e normativas, ações a serem encampadas por órgão competente, capaz de integrar profissionais de distintas áreas do conhecimento e de contemplar as diferentes culturas locais próprias de cada faculdade ou instituto que compõe a universidade.

Como se percebe, a tarefa é complexa e, por que não, assustadora. Um primeiro passo, contudo, foi dado no sentido de reunir os subsídios necessários para colocá-la em marcha. Se a função primordial dos arquivos é servir à comunidade, é preciso permitir que se façam notar. Disponível para acesso público, por meio do site do Arquivo Geral da USP, o banco de dados Docere reúne a

descrição sumária dos 280 arquivos pessoais mapeados no âmbito dos dois projetos aqui apresentados. Com ele acreditamos cumprir dupla função: mapear e evidenciar o tamanho do problema, ao mesmo tempo em que estimulamos e facilitamos a pesquisa a tais acervos (desconhecidos pela maioria da comunidade uspiana), uma vez que o banco de dados reúne informações não apenas sobre a documentação existente, mas também sobre o local onde se encontra, as condições de acesso e os contatos dos responsáveis pela custódia.

Referências

ARQUIVO GERAL DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Projeto Memória Docente. Apresenta o projeto, oferece materiais de apoio e dá acesso ao banco de dados Docere. Disponível em: <http://www.usp.br/arquivogeral/?page_id=1616>. Acesso em: 27 maio 2015.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano XLV, n. 2, p. 26-39, jul.-dez. 2009.

CAMPOS, José Francisco Guelfi. *Preservando a memória da ciência brasileira: os arquivos pessoais de professores e pesquisadores da Universidade de São Paulo*. São Paulo, 2014, 251 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. Trad. Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2012.

ESCOBEDO, Joana. Los caminos de la memoria. Archivos personales. In: SEMINARIO DE ARCHIVOS PERSONALES, Madrid, 26 a 28 de mayo de 2004. Madrid: Biblioteca Nacional, 2006, p. 55-79.

HEDSTROM, Margaret. Archives and collective memory: more than a metaphor, less than an analogy. In: EASTWOOD, Terry; MacNEIL, Heather (Ed.). *Currents of archival thinking*. Santa Barbara: Libraries Unlimited, 2010, p. 163-179.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A crise da memória, história e documento: reflexões para um tempo de transformações. In: SILVA, Zélia Lopes da (org.). *Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp; Fapesp, 1999, p. 11-29.

MILLAR, Laura. Touchstones: considering the relationship between memory and archives. *Archivaria*, Ottawa, n. 61, p. 105-126, spring 2006.

PIGGOTT, Michael. Archives and memory. In: McKEMMISH, Sue et al. (Ed.). *Archives: recordkeeping in society*. Wagga Wagga: Centre for Information Studies, 2005, p. 299-328.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

ROSSI, Paolo. *O passado, a memória, o esquecimento: seis ensaios da história das ideias*. Trad. Nilson Moulin. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. *Arquivos de cientistas: gênese documental e procedimentos de organização*. São Paulo: ARQ-SP, 2012. (Thesis, 1)

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. *Arquivística no laboratório: história, teoria e métodos de uma ciência*. Rio de Janeiro: Faperj, 2010.

Arquivos pessoais na UFBA: uma abordagem da experiência na Escola Politécnica*

Louise Anunciação Fonseca de Oliveira do Amaral

Introdução

Ao longo de sua história, a Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia (EPUFBA) acumulou um acervo documental que delineia uma trajetória de crescimento, transformações e consolidação da unidade de ensino e, portanto, de considerável relevância para a sociedade baiana e brasileira em geral, bem como para a comunidade acadêmica, científica e profissional (Costa, 2003).

No que tange ao tratamento documental, o trabalho de resgate da sua memória tem contemplado documentos como atas da congregação, cadernetas escolares, correspondências, relatórios, dentre outros. Esta comunicação, em particular, visa relatar o trabalho de identificação e diagnóstico do acervo documental de docentes da Escola Politécnica, em especial o acervo pessoal de docentes do período da ditadura militar. O objetivo principal é dar uma contribuição significativa no acesso à informação das atividades-fim da Universidade até então guardada, mas inacessível, porque não tratada e descrita.

As reflexões nesse trabalho decorrem de um projeto de pesquisa em andamento, inserido no Programa Pense, Pesquise e Inove a UFBA (PROUFBA), contemplado em maio de 2014, no edital lançado pela Pró-Reitoria de Pesquisa, Criação e Inovação (PROPCI). O projeto, intitulado “Acervo documental de docentes da Escola Politécnica da UFBA: Resgate histórico do período da Ditadura Militar (1964 a 1985)”, tem como objetivo identificar os docentes da Escola Politécnica da UFBA do período da ditadura militar brasileira e as ações dos mesmos em relação à ordem vigente.

Por se constituírem em um conjunto de documentos imprescindíveis para remontar a história dessa unidade ao longo dos seus 118 anos, assim como para o ensino da engenharia baiana e brasileira, o acervo documental dos docentes (aposentados ou falecidos) necessitam ser identificados e receber tratamento técnico

* O presente trabalho está inserido no Projeto de Pesquisa contemplado no Edital PROPICI-PROEXT-PROPG/UFBA- 01/2013 PROUFBA – Programa Pense, Pesquise e Inove a UFBA.

específico para que ocorra a preservação e difusão do conhecimento acumulado pela Escola Politécnica e pela Universidade Federal da Bahia ao longo de sua trajetória.

Em termos empíricos, a proposta é descrever as técnicas adotadas, bem como e principalmente, os produtos gerados em termos de subsídios para a Escola Politécnica.

Procedimentos metodológicos

Esta sessão aborda os procedimentos e métodos utilizados para os trabalhos de identificação do acervo documental de docentes da Escola Politécnica da UFBA.

A Universidade da Bahia, fundada em 1946, incorporou, ao longo da gestão do Reitor Edgard Santos, novas escolas dentre as quais estão a Escola Politécnica, de Teatro, de Belas Artes, dentre outras. Em 1965, a Universidade da Bahia foi federalizada, passando a ser chamada Universidade Federal da Bahia (Barbosa, 2011).

A Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia, por sua vez, foi fundada em 12 de julho de 1896 como Instituto Politécnico da Bahia. A então Escola Politécnica da Bahia foi inaugurada em 14 de março de 1897. A Escola passou pela administração estadual, de acordo com o decreto-lei nº II.472, no período de 1940 a 1944. Em 1946, o decreto nº 9.737, de 24 de janeiro de 1946, federaliza a Escola Politécnica da Bahia. O decreto-lei nº 9.155, de 08 de abril de 1946, incorpora a unidade de ensino à Universidade da Bahia (Costa, 2003, p. 26).

Para delinear a trajetória da Escola Politécnica e identificar o acervo dos seus docentes, realizou-se uma ampla pesquisa documental no acervo do Arquivo Histórico da Escola Politécnica. Trata-se de uma pesquisa em andamento de natureza aplicada, exploratória, bibliográfica, documental e de levantamento, iniciada em maio de 2014. A equipe é formada por dois bolsistas de iniciação científica, vinculados ao projeto de pesquisa do PROUFBA, orientados pela arquivista da EPUFBA. Os estudantes selecionados tiveram acesso ao projeto aprovado, bem como aos seus respectivos planos de trabalho. A teoria e o método são aplicados por meio de ficha diagnóstico, por possibilitar um resgate minucioso do acervo documental dos docentes que lecionaram e ocuparam cargos de direção e chefia na EPUFBA durante o período da ditadura militar.

A metodologia do trabalho foi composta por duas etapas: na etapa 1 foi realizado o inventário e diagnóstico do acervo documental dos docentes desta unidade de ensino. A etapa contemplou a identificação dos acervos pessoais de docentes existentes docentes no Arquivo Histórico, secretarias de departamentos, gabinetes dos ex-docentes da EPUFBA, a fim de processá-los tecnicamente. O levantamento preliminar foi realizado com base numa listagem, que utilizava o método alfabético para arquivamento, existente na secretaria administrativa da EPUFBA; na etapa 2, ao se diagnosticar a presença dos acervos de docentes nos diversos setores da EPUFBA, solicitou-se ao setor à oficialização, através de listagem, do recolhimento dos mesmos ao Arquivo Histórico. Na etapa 3 realizou-se a higienização mecânica dos referidos documentos. Essas etapas foram fundamentais

para o planejamento das atividades de organização física e descrição minuciosa dos documentos, objetivos das próximas etapas da pesquisa.

Como instrumento de coleta de dados, utilizou-se uma ficha diagnóstico elaborada para identificação sumária do acervo documental de docentes existentes no Arquivo, nas secretarias de departamento e gabinetes dos ex-professores. Para tanto, esta ficha embasou-se nos campos contemplados por Campos (2014):

- Identificação: dados referentes ao nome do titular, unidade custodiadora e datas-limite;
- Tratamento e Custódia: dados referentes ao suporte, estágio de organização, instrumentos de pesquisa e histórico da custódia;
- Conservação e Acesso: dados referentes às condições de acesso, responsável pelo acervo, localização, estado de conservação e observações.

Na apreciação dos dados coletados, utilizou-se como técnica de análise a estatística descritiva, bem como a abordagem quali-quantitativa.

Informações empíricas

A seguir serão descritos os resultados obtidos a partir das atividades de identificação do acervo documental de docentes da EPUFBA.

O Arquivo Histórico da EPUFBA encontra-se em estágio de organização, uma vez que nenhuma intervenção arquivística foi realizada ao longo da trajetória da instituição. O Arquivo está passando por reformas, com o intuito de abrigar um laboratório de conservação e restauro, bem como um Memorial.

Desse modo, justifica-se a realização da identificação arquivística que, segundo Camargo et.al (2012, p. 37), trata da “análise das informações básicas (quantidade, localização, estado físico, condições de armazenamento, grau de crescimento, frequência de consulta e outras) sobre arquivos, a fim de implantar sistemas e estabelecer programas de transferência, recolhimento, microfilmagem, conservação e demais atividades”. Rodrigues (2012, p. 201), ao trazer o conceito de identificação a partir da arquivística espanhola, afirma que “é uma fase independente da metodologia arquivística, qualificada como do tipo intelectual, a qual consiste em estudar analiticamente o órgão produtor e a tipologia documental por ele produzida e que antecede as demais funções (produção, avaliação, classificação e descrição)”.

A partir desta identificação arquivística foi possível delimitar os acervos existentes na Escola Politécnica, conforme apresentado no Quadro 1:

<i>Tipo de Acervo</i>	<i>Conteúdo/Características</i>
Audiovisual	Vídeos produzidos e/ou acumulados pela unidade e referentes a sua área de atuação ou setores correlacionados.
Iconográfico	Iconografia relacionada à Escola, de origem interna ou externa, em diferentes suportes (fotografias em papel emulsionado e em formato eletrônico).

Textual	Documentação manuscrita, datilografada ou impressa que reflete aspectos significativos da trajetória da unidade (documentação administrativa, contábil e acadêmica), bem como da trajetória pessoal de funcionários, discentes e docentes, desde sua criação até a atualidade, como por exemplo: atas, dossiês, correspondências, relatórios, regimentos, regulamentos, balancetes, ofícios, circulares, pareceres, cadernetas e outras espécies documentais das atividades-meio e atividades-fim da unidade.
Cartográfico	Documentação em formatos e dimensões variáveis, contendo representações arquitetônicas ou de engenharia, a exemplo das plantas.
Informáticos	Documentos produzidos, tratados ou armazenados em computador (disquetes e CD).
Museológico	Objetos tridimensionais que representam aspectos significativos da trajetória da unidade e que se destacam pelo caráter único e inovador que representam, não apenas no universo da Escola, como do setor de engenharia na Bahia, no Brasil e no mundo, a exemplo das obras de arte que retratam antigos mestres que se destacaram ao longo da vida da instituição, quer ocupando cargos de direção, chefias de departamento ou mesmo pela competência no desempenho didático, bem como troféus, instrumentos, mobiliário, dentre outros.

Quadro I: Acervos existentes na Escola Politécnica a partir de Totini e Gagete (2004, p. 125)

Dentre os acervos documentais existentes na Escola Politécnica destaca-se o acervo pessoal de docentes que lecionaram nesta unidade ao longo de sua existência. Nesta pesquisa, adotamos o conceito de Bellotto (2006, p. 266): “[...] conjunto de papéis e material audiovisual ou iconográfico resultante da vida e da obra/atividade de estadistas, políticos, administradores, líderes de categorias profissionais, cientistas, escritores, artistas etc”.

Dessa maneira, foi possível constatar a existência de 465 (quatrocentos e sessenta e cinco) acervos de docentes aposentados ou falecidos da EPUFBA, produzidos e acumulados pelo titular e pela instituição, que retratam a vida funcional dos seus titulares, e que encontravam-se dispersamente armazenados no Arquivo Histórico, nas secretarias dos departamentos e nos antigos gabinetes desses docentes¹. Pouco se conhece sobre o histórico da custódia desses arquivos, fato que se deve à informalidade com que foram tratados. Os acervos documentais analisados mostram que a transferência de arquivos pessoais de docentes se deu, preferencialmente, por remanescência que, segundo Campos (2014, p. 137), “ocorre quando, ao se aposentar, o docente simplesmente não recolhe os documentos que acumulou em seu local de trabalho ou, quando falece, seus herdeiros não tomam semelhante iniciativa”. Este dado é comprovado, uma vez que alguns desses acervos documentais encontravam-se dispersos e acumulados em diversas secretarias de departamentos da Escola Politécnica, assim como no Arquivo Histórico, sem o devido tratamento técnico, por

¹ O acervo destes docentes encontra-se em fase de organização física, bem como o processo de ordenação e descrição. A identificação arquivística permitiu a realização dessas atividades.

não se saber que importância lhes atribuir e nem para que setor recolher. Nesse sentido, acarreta em um dos desdobramentos citado por Bezerra e Campos (2014, p. 8): “[...] cabe aos secretários de departamento recolhê-los e dar-lhes um destino, que pode ser o encaminhamento à biblioteca ou ao centro de memória da unidade, o armazenamento dos documentos em um depósito ou na própria secretaria, a devolução ao professor e, em casos extremos, o descarte indiscriminado”. Por sua vez, em alguns departamentos, os documentos foram custodiados pelos seus respectivos secretários, ao longo da trajetória destes mestres e, após o seu falecimento ou aposentadoria, foram recolhidos informalmente ao Arquivo Histórico da Escola Politécnica.

Contudo, este recolhimento também foi realizado sem nenhuma listagem e não dispõe de nenhum instrumento de pesquisa. Não foi encontrado registro de data de aquisição destes acervos, ou seja, quando o acervo foi recolhido para o Arquivo Histórico. Por conseguinte, nenhum instrumento de gestão e/ou controle foi elaborado. O acesso a esses acervos era realizado mediante autorização da secretaria destes departamentos da EPUFBA e do próprio titular. Era muito recorrente nesta pesquisa a consulta a uma listagem em ordem alfabética, contendo a relação do número da caixa-arquivo em que se encontravam cada documentação de docentes². O gênero documental presente nesta documentação de docentes é o textual e iconográfico. Para o acondicionamento, além das caixas-arquivo, eram utilizadas pastas-suspensas e/ou classificadores AZ. O armazenamento era feito em estantes e armários de aço, o que acarretou problemas de preservação destes conjuntos documentais. Contudo, o estado de conservação destes acervos é considerado bom. Identificou-se a presença de grampos e outros objetos metálicos e dobrões que foram removidas durante a higienização documental, bem como rasgos, esmaecimento do suporte, dentre outros.

O acervo documental de docentes da Escola identificado encontra-se distribuído em departamentos que retratam a evolução da unidade de ensino, de acordo com o Gráfico I, assim como se reflete na data do documento mais antigo e do mais recente (data-limite), indicada no Gráfico II.

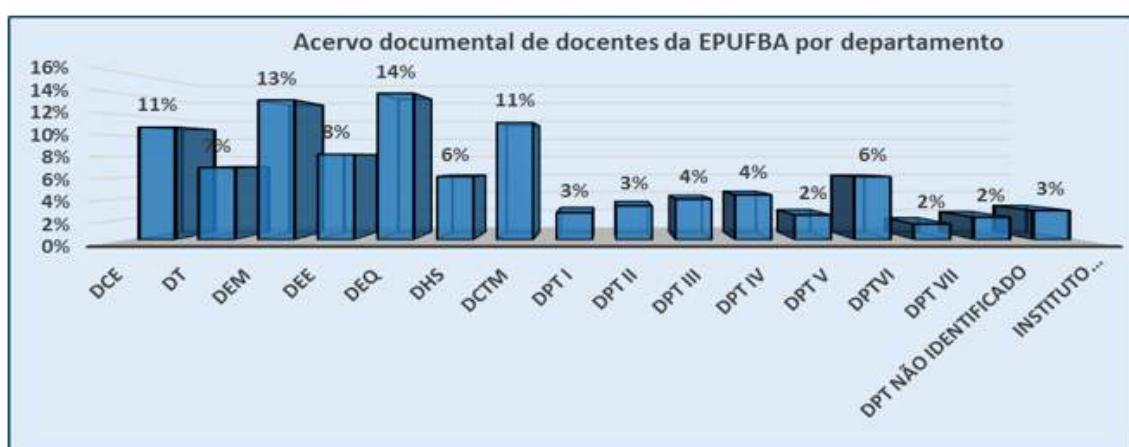


Gráfico I: Acervo documental de docentes da EPUFBA por Departamento (elaborado pela autora)

² Essa organização vem sendo sistematizada para o método numérico-cronológico.

No Gráfico I, as informações apontam que os departamentos que mais apresentam acervos de docentes são os de Engenharia Elétrica e Engenharia Química, seguidos pelo Departamento de Construção e Estruturas e o de Ciência e Tecnologia dos Materiais. Todos são os departamentos mais recentes da unidade, que compõem a sua atual estrutura. Constata-se que os cursos mais tradicionais da Escola são os que apresentam a maior quantidade de acervo documental de docentes. Os Departamentos de I ao VII, que correspondem aos da estrutura mais antiga da Escola, também já foram identificados, mas apresentam um menor quantitativo de docentes. O Gráfico II ilustra exatamente as datas-limites destes acervos, bem como corrobora com delimitação da evolução dos departamentos ao longo da trajetória da EPUFBA.

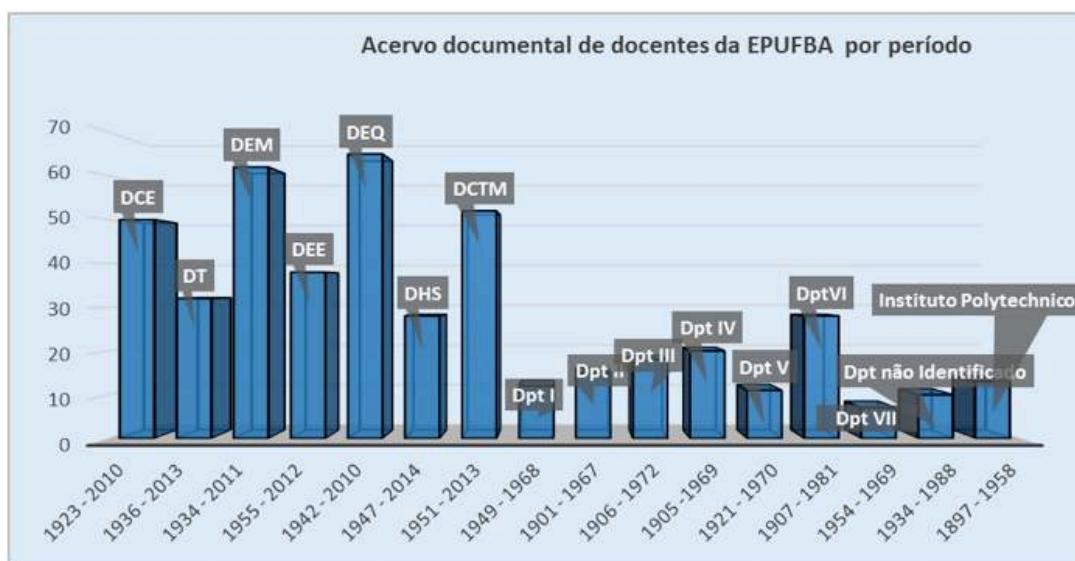


Gráfico II: Acervo documental de docentes da EPUFBA por período (elaborado pela autora)

O Gráfico III apresenta o quantitativo de acervo documental de docentes que ocuparam cargos de direção e chefia ao longo da história da EPUFBA. Assim como observado no Gráfico I, é o departamento de Engenharia Elétrica que mais foi identificado acervo de docentes que já ocuparam cargos de chefia na Escola, seguido de Construção e Estruturas e Mecânica.

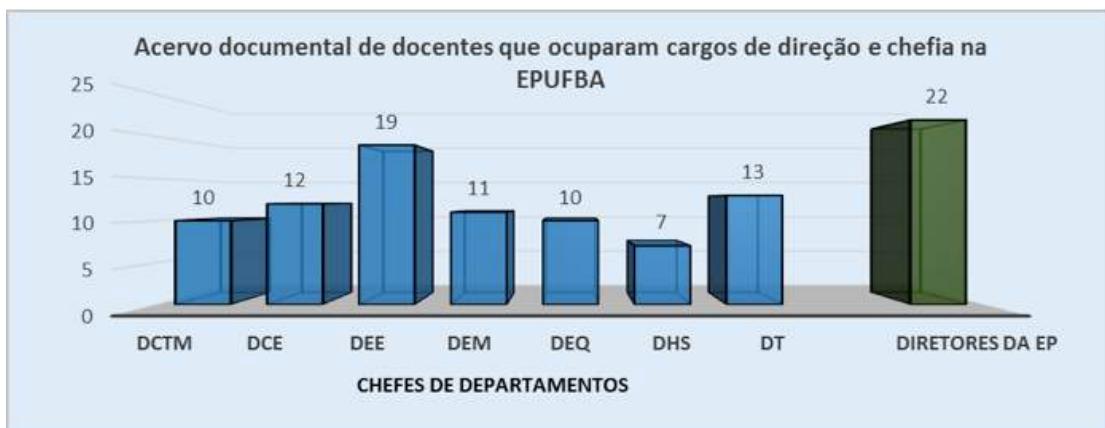


Gráfico III: Acervo documental de docentes da EPUFBA que ocuparam cargos de direção e chefia (elaborado pela autora)

O acervo pessoal de diretores da Escola Politécnica também merece destaque, uma vez que, além do acervo documental, consta o acervo de obras de arte, molduras e fotografias dos ex-diretores, no qual iniciativas de restauro já estão sendo realizadas³. Ademais, é possível identificar algumas caricaturas de docentes. Esta constatação mostra a riqueza do acervo de docentes, que podem integrar “cartazes, desenhos, fotografias, gravações sonoras, vídeos e objetos” (Campos, 2011, p. 3). O acervo pessoal de ex-diretores do período da ditadura militar foram identificados:

- Alceu Roberto Hiltner (1962-1968) (1972-1974);
- Vasco Azevedo Neto (1968-1970)
- Guilherme Bittencourt de Souza Ávila (1971-1979)
- Hernani Sávio Sobral (1974-1978)
- Erundino Pousada Presa (1978-1979)
- José Rogério da Costa Vargens (1980-1984)
- Cid Santos Gesteira (1984-1988)

No que se refere ao período da ditadura militar constata-se que a maioria dos ex-docentes identificados correspondem ao período analisado por este estudo, de acordo com o Gráfico IV:

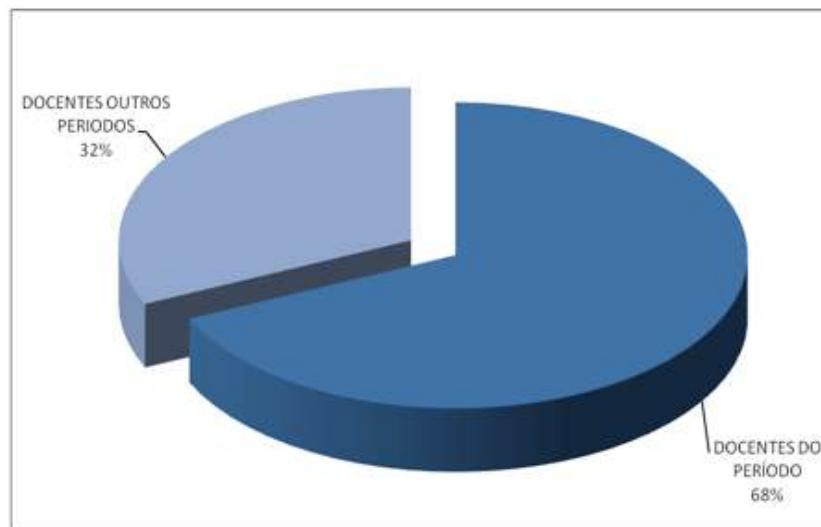


Gráfico IV: Docentes da EPUFBA do período da ditadura militar (elaborado pela autora)

No levantamento dos ex-docentes investigados pelos órgãos de vigilância da UFBA, como o Departamento de Polícia Federal e a Assessoria Especial de Segurança e Informação, foi possível identificar três docentes e descrever a cronologia dos

³ O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia (CREA-Bahia) está apoiando a Escola Politécnica na restauração de 47 obras de arte distribuídas em: 31 telas, 10 fotografias e 06 molduras do acervo da Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia, datadas dos séculos XIX e XX. O acervo de telas da Escola Politécnica é composto de pinturas executadas a óleo sobre tela, todas elas retratando antigos mestres, que se destacaram ao longo da vida da instituição, quer ocupando cargos de direção, chefias de departamento ou mesmo pela competência no desempenho didático.

mesmos. Um dos docentes é Ubirajara Pereira de Brito, nascido no município de Condeúba, no estado da Bahia. Formou-se pela Escola Politécnica da Universidade da Bahia no ano de 1959. Lecionou a disciplina “Física Geral II” do Departamento V, entre os anos de 1964 e 1966. Na documentação analisada consta referência à ata da reunião da Congregação da Escola Politécnica, de 23 de junho de 1966, na qual relata que o professor Ubirajara Pereira de Brito solicitou seu afastamento devido ao inquérito na cidade de Juiz de Fora/ Minas Gerais.

Outro docente investigado foi Walmor de Almeida Barreto, diplomado engenheiro industrial químico pela Escola Politécnica da Universidade da Bahia, em 1946. Foi contratado Assistente Voluntário não-Remunerado da cadeira “Geologia Econômica e Noções de Metalurgia”. No dia 27 de janeiro de 1951 foi publicada, no Diário Oficial da União, a sua nomeação para o cargo de Assistente de Ensino. Ainda no ano de 1951, Walmor Barreto recebeu os Títulos de Doutor e Livre Docente em Geologia Econômica e Noções de Metalurgia. Foi detido para averiguação no Quartel do 19º Batalhão dos Caçadores, permanecendo sobre custódia do Exército do dia 14 de abril até 8 de junho de 1964. Tornou-se Professor Catedrático da cadeira de Geologia Econômica e Noções de Metalurgia, em 25 de setembro de 1967. Em junho de 1969, foi relotado para o Instituto de Geociências.

Elbert de Menezes foi o último docente identificado que foi investigado pelos órgãos de vigilância. Formou-se Engenheiro Civil pela Escola Politécnica da Universidade da Bahia em 1946. Foi nomeado em julho de 1947, Professor Assistente desta mesma Escola. Em 1956 foi-lhe conferido o Título de Livre Docência da cadeira Geodésia Elementar e Astronomia de Campo. No dia 31 de julho de 1969, foi publicada a sua demissão em Diário Oficial. Em junho de 1970, o Professor enviou uma correspondência informando à Direção da Escola Politécnica que se encontrava “sem missão no Departamento” e “sem função no presente semestre”. Em fevereiro de 1972, foi afastado das atividades didáticas por deliberação da Reitoria e, no mesmo ano, foi substituído pelo Professor Edmundo Krucheswsky Pinto. Foi publicado no Diário Oficial do dia 3 de junho de 1977, que o Professor Elbert de Menezes havia sido “desinvestido, a partir do dia 31 de julho de 1969, do cargo de Professor Catedrático em consequência de sua demissão do cargo de Professor de Ensino Industrial, fundamentada no Ato Institucional nº5”. Em maio de 1986, Elbert de Menezes foi aposentado por tempo de serviço.

Considerações finais

Diante dos 118 anos da Escola Politécnica, o resgate da sua memória surge como meio de apresentar à comunidade acadêmica, científica e profissional o papel e as contribuições de seus docentes durante este período.

Contudo, há ainda pouca documentação selecionada, organizada e descrita a respeito desta tão importante unidade de ensino no contexto da Universidade Federal da Bahia. Neste *paper* trabalhou-se com uma amostra deste acervo documental, representada pelo acervo documental dos docentes, aposentados ou falecidos, que lecionaram na EPUFBA e que ocuparam cargos de direção e chefia ao longo de sua

história e reconstituir as contribuições acadêmica, científica e social dos mesmos. Foi possível vislumbrar a riqueza de informações que esta documentação comporta, uma vez aplicados os métodos de identificação arquivística. Este trabalho também demonstra a contribuição que a Arquivologia, consubstanciada em seus métodos e princípios, pode dar ao acesso à informação e, por consequência, à consolidação da memória da Universidade. Na medida em que se realiza a identificação arquivística, é possível trazer à tona a documentação, esclarecendo o passado e garantindo a difusão do conhecimento até então guardado. Para tanto, encontrou em uma equipe de bolsistas de iniciação científica e arquivistas o apoio imprescindível para resgatar, organizar e analisar a documentação pessoal existente.

Recomenda-se, portanto, o prosseguimento do trabalho, com infraestrutura e profissionais qualificados para que se expanda o rol de documentação analisada e, com isso, o conhecimento sobre o ensino da engenharia baiana e brasileira.

Referências

- ALMEIDA, M. C. B. de. *Planejamento de bibliotecas e serviços de informação*. Brasília: Briquet de Lemos, 2005.
- BARBOSA, Marilene Lobo Abreu. Edgard Santos (1946-1961). In: TOUTAIN, Lídia Maria Brandão; ABREU, Marilene; VARELA, Aida (Org.). *Reitores UFBA: de Edgard Santos a Naomar de Almeida Filho*. Salvador: Edufba, 2011. Cap. I. p. 18-47.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- BEZERRA, Lílian Miranda; CAMPOS, José Francisco Guelfi Campos. Memória da docência e da pesquisa na Universidade de São Paulo: Relato de uma experiência. In: Congresso Nacional de Arquivologia, VI, 2014, Santa Maria. *Anais...* Santa Maria: AARGS, 2014.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida et al. *Dicionário de terminologia arquivística*. 3. ed. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2012. 128 p.
- CAMPOS, José Francisco Guelfi Campos. *Preservando a memória da ciência brasileira: os arquivos pessoais de professores e pesquisadores da Universidade de São Paulo*. 2014. 251 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- CAMPOS, José Francisco Guelfi Campos. Um salto no vazio? Considerações iniciais sobre a organização e representação de arquivos pessoais. In: Seminário em Ciência da Informação, 4, 2011, Londrina. *Anais eletrônicos...* Londrina: EDUEL, 2011. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/cinf/index.php/secin2011/secin2011/paper/viewFile/13/9>>. Acesso em: 25 nov. 2012.
- COSTA, Caiuby Alves da. *105 anos da Escola Politécnica da UFBA*. Salvador: P&A, 2003.
- MARTINS, Roberto de A. A memória científica nas universidades: estratégias para a preservação do patrimônio científico e tecnológico brasileiro. In: Encontro de Arquivos Científicos, 2, 2003, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2006, 63-91.

RODRIGUES, Ana Célia. Identificação: uma metodologia de pesquisa para a arquivística. In: VALENTIM, Marta Lígia Pomin (Org.). *Estudos avançados em Arquivologia*. Marília; São Paulo: Oficina Universitária; Cultura Acadêmica, 2012.

TOTINI, Beth; GAGETE, Élida. Memória empresarial, uma análise da sua evolução. In: NASSAR, Paulo (Org.). *Memória de empresa: História e Comunicação de mãos dadas, a construir o futuro das organizações*. São Paulo: Aberje Editorial, 2004.

LIM CAC – Centro de Documentação Teatral: necessidade e perspectivas

Elizabeth R. Azevedo

Este texto tem o objetivo de apresentar o Centro de Documentação Teatral (CDT) da Escola de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP), justificando a necessidade de sua existência e atuação, bem como apresentando seus projetos e contribuições para a história do teatro em São Paulo.

É necessário inicialmente que se esclareçam os significados das siglas que o compõe. Em primeiro lugar, há o Laboratório de Informação e Memória do Departamento de Artes Cênicas (LIM CAC) da ECA/USP. Depois temos o um núcleo de pesquisa Núcleo de Traje de Cena (NT), criado em 2012. A parceria entre essas duas iniciativas, coordenadas, respectivamente, pelos professores Elizabeth Ribeiro Azevedo e Fausto Viana, forma o Centro de Documentação Teatral (CDT) da ECA.

O LIM CAC vem atuando na conservação da memória teatral paulista desde a década de 1990, quando o Laboratório surgiu a partir da doação de uma parte do acervo de Clóvis Garcia, professor emérito da ECA e um dos fundadores do Departamento. Tratava-se de uma grande quantidade de documentação relativa à administração e estratégias pedagógicas do Departamento, coleção de programas e cartazes, fotografias, entre muitos outros itens. Essa primeira leva de documentos foi organizada e acondicionada nas dependências do próprio Departamento entre 1997 e 2001, por meio de trabalhos de Iniciação Científica coordenados pela Prof.^a Dr.^a Cristina Costa.

Depois desse período, o acervo, que havia crescido com pequenas doações de outros professores e funcionários do CAC, não foi mais tratado e acabou perdendo sua organização.

Diante dessa situação, em 2003, a partir da nova coordenação do Laboratório assumida por mim, houve uma reavaliação de seus objetivos e estratégias tendo ficado decidido que, diante da precariedade da preservação da memória teatral paulista, o LIM CAC deveria constituir-se numa alternativa aos demais tipos de centros existentes na cidade.

Por outro lado, o trabalho em parceria com o professor Viana acontece desde 2005, quando atuamos juntos em um projeto de iniciativa do professor, patrocinado pela Fundação Vitae, para higienização, acondicionamento e catalogação do acervo de figurinos do Teatro Municipal de São Paulo. Nesse trabalho, foi elaborado um

arranjo do acervo que norteou a criação de uma base de dados para registro das cerca de 8.000 peças dos conjuntos. O projeto teve duração de um ano e resultou na destinação de uma parte desse material apenas para pesquisa e exposições, da base de dados que funciona até hoje na Central de Produção Chico Giacchieri do Teatro Municipal de São Paulo e numa publicação sobre conservação de têxteis, o *Breve Manual para Conservação de Trajes Teatrais*¹.

A partir de então, houve uma transferência dessa parceria para o âmbito da Universidade onde teve início a união dos acervos do LIM CAC e dos conjuntos de figurinos e adereços que estavam sob os cuidados do professor Fausto Viana. Desse modo, criou-se o Centro de Documentação Teatral, que pretende incorporar a seu acervo todos os tipos de documentos teatrais, integrando-os através de uma base de dados compartilhada e relacionando-os mais eficazmente com o objetivo de facilitar as pesquisas.

E é em relação ao quadro tipológico de instituições dedicadas à conservação documental teatral em São Paulo que o CDT se coloca e que justifica a necessidade de sua existência. Para confirmar nossa avaliação gostaríamos de examinar aqui os tipos de instituições existentes na cidade que conservam documentação de interesse para a história do teatro paulista.

Em primeiro lugar, podemos considerar as instituições públicas originárias das três esferas administrativas do Estado brasileiro. Do nível federal temos em São Paulo a FUNARTE e o Museu Lasar Segall. A primeira é mencionada aqui apenas para que se possa fazer uma comparação com seu congênero carioca que, este sim, joga importantíssimo papel na preservação da memória teatral do país². Em São Paulo, no entanto, a FUNARTE atua apenas como local de apresentações e cursos.

Por outro lado, a Biblioteca Jenny Klabin Segall, pertencente ao Museu Lasar Segall, ainda que seja uma biblioteca de artes em geral, tem importante participação na preservação de documentação teatral por seu acervo bibliográfico e dossiês de artistas, montados a partir de material jornalístico, e por seu projeto de digitalização de exemplares das coleções de folhetos de “teatro popular” do fim do século XIX, início do XX³. A Biblioteca Segall possui ainda uma grande coleção de programas teatrais. Contudo, enquanto biblioteca, a instituição se ocupa apenas da documentação de caráter bibliográfico e geralmente não incorpora ao seu acervo outros tipos de documentos, ainda que relativos ao teatro.

No âmbito estadual, contamos com quatro instituições com documentação teatral. São elas: o Centro de Estudos e Memória do Teatro Paulista (CEMTP), o Arquivo Miroel Silveira (Obcom⁴) e o Instituto de Estudos Brasileiros, da USP, ainda que nem todos sejam da área teatral exclusivamente.

No primeiro caso, do CEMTP, houve uma atuação mais marcante até os anos 2000, depois de instituído pela Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo e instalado no Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). O Centro anunciaava ter cerca de 4.000 documentos dos mais variados tipos, incluindo as doações de

¹ http://www2.eca.usp.br/cdt/sites/default/files/manual_a5.pdf

² <http://www.funarte.gov.br/brasilmemoriadasartes/>

³ http://www.bjksdigital.museusegall.org.br/busca_folhetos.html

⁴ <http://www.obcom.nap.usp.br/>. Herdeiro do Arquivo Miroel Silveira, esse histórico está ligado ao resgate, em 1988, de mais de 6 mil documentos censórios do Departamento de Diversões Públicas do Estado de São Paulo.

figuras como Maria José de Carvalho⁵, Maria Della Costa, Ariclê Peres, Ademar Guerra, Antonio Ermírio de Moraes. O CEMTP foi desativado na reformulação sofrida pelo Arquivo Público quando este passou para a esfera da Casa Civil. A documentação continua abrigada no Arquivo.

Além disso, faz parte do acervo do APESP o fundo Alfredo Mesquita, integrante do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e organizado em 2009, que apresenta uma série relativa às atividades teatrais do diretor e professor, criador da Escola de Arte Dramática, em 1948, hoje incorporada à Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.

O caso do Arquivo Miroel Silveira⁶ está ligado à história do Arquivo Público do Estado de São Paulo. O acervo que o forma é originário do Departamento de Diversões Públicas do Estado de São Paulo, foi transferido para a USP (uma autarquia) em 1988, resgatado pelo professor Miroel Silveira (daí o nome do arquivo) e contém mais de 6.000 dossiês da censura teatral efetuada pela polícia paulista entre os anos de 1927 e 1970. A partir dessa documentação criou-se um projeto temático e um núcleo de pesquisa que organizou e digitalizou a documentação colocando-a à disposição dos pesquisadores. Mais recentemente, o grupo responsável pelos projetos ampliou seu campo de atuação passando a abordar a questão da censura em suas mais diversificadas formas.

No que diz respeito à documentação teatral, o acervo é riquíssimo não só no que respeita as questões específicas da censura ao teatro, mas porque os processos contêm cópias de peças teatrais que não são encontradas em outros lugares, pois nunca chegaram a ser publicadas (uma vez que a publicação de textos teatrais é bastante difícil no Brasil, principalmente em se tratando de teatro popular).

Assim, muito embora a documentação do Arquivo Miroel Silveira seja especificamente teatral, o arquivo em si não se propõe a preservar outra documentação além dos processos.

Também na esfera estadual, tem-se o Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB), um importantíssimo repositório de documentação bibliográfica, arquivística e museológica, sem dúvida um dos acervos mais importantes do país. No entanto, também não é uma instituição dedicada apenas à preservação de documentação teatral. No que se refere à documentação arquivística especificamente, há indicado no guia do acervo do IEB só um fundo cujo titular é a uma figura do mundo teatral: Lélia Abramo. O acervo da atriz, membro de uma família de intelectuais militantes de esquerda, está sendo organizado no momento e conta com documentos em vários tipos e formatos, referentes às diversas atividades da artista no teatro, televisão e cinema.

Ainda no IEB podemos encontrar alguma documentação teatral nos fundos e coleções de figuras da cultura brasileira que tiveram maior ou menor ligação com o

⁵ Em 22 de fevereiro de 1985, Maria José de Carvalho mandava lavrar escritura de testamento onde "... deixa a propriedade onde reside, ou vier a residir, com todo o seu acervo, para ser conservada e dedicada a atividades culturais para a Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo". Falecida em 1995, seu legado documental, iconográfico e bibliográfico encontra-se sob custódia do Arquivo Público do Estado de São Paulo desde agosto de 2000. O Fundo Maria José de Carvalho foi recolhido ao Arquivo Público por doação feita pelo DEMA (Departamento de Museus e Arquivos), mediante Termo de Incorporação. A Casa Maria José de Carvalho no Ipiranga é ocupada hoje com atividades da Companhia de Teatro de Heliópolis.

⁶ <http://www.obcom.nap.usp.br/arquivo-miroel.php>

teatro como Mario de Andrade, “Marcelo Tupinambá” (Fernando Lobo), Antonio de Alcântara Machado, Osmã Lins, entre outros.

Do âmbito municipal, geridos pela Secretaria da Cultura tem-se: o Arquivo Multimeios do Centro Cultural São Paulo (antigo Idart), a Praça das Artes e os teatros da Prefeitura do Município de São Paulo.

Dentre eles se destaca o Arquivo Multimeios da Prefeitura do Município de São Paulo, localizado no Centro Cultural São Paulo. O Arquivo foi criado em 1982 incorporando o acervo do antigo Idart (Departamento de Informação e Documentação Artísticas – não só teatral). Hoje, o Arquivo Multimeios atende consultas online⁷ sobre o acervo existente e organizado, não contando mais com a equipe que fazia a cobertura diária dos acontecimentos teatrais da cidade (estreias, encontros, festivais, entrevistas etc.). Ele ainda recebe doações. Há algumas publicações relativas às artes cênicas datadas da década de 1990⁸.

Outro precioso conjunto documental, referente ao início do século XX, e que há anos espera por um cuidado efetivo e à altura de sua importância, é o acervo do Conservatório Dramático e Musical de São Paulo, instituição centenária na cidade, primeira escola de teatro brasileira, fundada em 1906. Há cerca de dez anos, uma ação do governo municipal desapropriou o prédio e os arquivos do CDMSP. Depois de um longo processo judicial, o acervo foi recentemente encaminhado à “Praça das Artes”, espaço cultural no quadrilátero formado pelas ruas Conselheiro Crispiniano, Formosa, avenida São João e praça Ramos de Azevedo. Para lá foram também transferidos os corpos estáveis do Teatro Municipal, como dança, coral etc., além de ter sido criado um Centro de Documentação Artística, que incorporou também o antigo Museu do Teatro Municipal, o acervo Oneyda Alvarenga (música).

Registre-se que sempre que o acervo do Conservatório é referido faz-se menção ao material relativo à música (realmente muito importante), mas pouco se fala dos documentos sobre o teatro.

Quanto ao acervo do Teatro Municipal, ele abrange grande variedade tipológica, uma vez que podem ser encontrados documentos como programas, cartazes, fotografias, trajes, adereços, telões, mobiliário entre outros.

Nesses dois casos, são instituições voltadas à história de um determinado teatro (e escola, no caso) que não se preocupa em preservar documentação de outros edifícios teatrais. Contudo, a Prefeitura de São Paulo possui mais espaços cênicos criados nas décadas de 1950 e 1980. Ao todo são nove teatros distritais geridos pelo Departamento de Expansão Cultural, sendo que dois estão fechados para reformas. São eles: Teatro Alfredo Mesquita – Zona Norte, Teatro Arthur Azevedo (fechado para reformas) – Zona Leste, Teatro Cacilda Becker – Zona Oeste, Teatro Décio de Almeida Prado – Zona Sul, Teatro Flávio Império – Zona Leste, Teatro João Caetano – Zona Sul, Teatro Leopoldo Fróes - Zona Sul, Teatro Martins Penna – Zona Leste, Teatro Paulo Eiró – (fechado para reformas) - Zona Sul, Teatro Zanoni Ferrite - Zona Leste. A documentação referente ao funcionamento de cada um deles encontra-se nos arquivos da Secretaria sem um tratamento específico visando dar destaque às

⁷ <http://www.centrocultural.sp.gov.br/linha/multi/multime.htm>

⁸ <http://www.centrocultural.sp.gov.br/idart30anos/lightbox/lightbox/publicacao3.htm>

susas trajetórias históricas. O acesso à documentação não fácil nem está previsto pelo órgão.

Entre as instituições privadas, identificamos seis tipos: entidades culturais, teatros particulares, associações profissionais, Organizações Sociais, entidades de ensino, grupos e companhias.

Entre as entidades culturais que se ocupam em preservar a memória das artes, três se destacam por acolherem documentação teatral, ainda que não exclusivamente: o Itaú Cultural, o Instituto Moreira Salles e a Academia Paulista de Letras.

Na verdade o primeiro, Itaú Cultural, apesar de seu grande dinamismo na promoção de mostras e encontros, não tem como objetivo a conservação documental propriamente dita. Ainda que possua coleção de programas teatrais, por exemplo, ela não foi pensada para ser oferecida à consulta, mas sim para servir de fonte de informação para a construção da Enciclopédia Itaú Cultural de Teatro. Já o Instituto Moreira Salles, compra e disponibiliza acervos de figuras da cultura nacional, aí incluídos nomes como Paulo Autran ou Décio de Almeida Prado. Inicialmente, essas coleções encontravam-se na sede de São Paulo; hoje estão nos arquivos do Rio de Janeiro.

Por fim, a Academia Paulista de Letras preserva em sua biblioteca coleção de documentos referente aos seus membros. Dentre eles, como no caso do IEB, alguns tiveram atividades ligadas à cena como, novamente, Antonio Alcântara Machado, Carlos Ferreira, Inácio de Loyola Brandão, Renata Pallottini e Walcir Carrasco.

Os teatros particulares mais preocupados com a conservação de sua própria documentação, têm sido: Teatro Cultura Artística, Teatro Alfa, Teatro Procópio Ferreira, Teatro da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (TUCA), Teatro Renaissance, Teatro FAAP, Teatro Grande Otelo. O nível de organização e de atendimento aos pesquisadores difere de um teatro ao outro. Alguns arquivos são pensados apenas para uso interno da instituição ou apresentam em seus sites apenas imagens com poucas informações sobre espetáculos já apresentados, outros têm parte de seu acervo aberto ao público. Nesse último caso estão: o Teatro Cultura Artística, que digitalizou uma parcela de seu acervo e pretende disponibilizá-lo online⁹, o TUCA¹⁰ e o Teatro Alfa¹¹, com centros de documentação bastante desenvolvidos.

Seguem-se então as associações profissionais, a saber: SESC - Serviço Social do Comércio, SESI - Serviço Social da Indústria, SATED - Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado de São Paulo, APETESP - Associação dos Produtores de Espetáculos Teatrais do Estado de São Paulo, CPT - Cooperativa Paulista de Teatro, APCA - Associação Paulista de Críticos de Arte. Cada uma delas certamente mantém um arquivo, mas não há um trabalho de descrição e disponibilização desse material. A dimensão de associações como SESC E SESI, em muito superior às demais, lhes dá projeção especial. O SESC, por exemplo, possui bibliotecas, apresenta inúmeros espetáculos e eventos ligados ao teatro, faz

⁹ <http://www.culturaartistica.com.br/acervo>

¹⁰ <http://www.teatrotuca.com.br/cdm/index.html>

¹¹ <http://www.teatroalfa.com.br/acervo>

publicações e mantém um dos mais importantes grupos de teatro do país, o Grupo Macunaíma, dirigido por Antunes Filho (de quem, aliás, também preserva parte do arquivo). O SESI, por seu lado, também manteve durante décadas um grupo teatral fixo dirigido por Osmar Rodrigues Cruz e continua mantendo seu teatro.

As outras não apresentam nenhuma iniciativa quanto à disponibilização de acervos, limitando-se a incluir pequenos históricos em seus sites. Raras são as publicações de livros comemorativos, como o da Cooperativa Paulista de Teatro ou seu site com depoimentos e resultados de pesquisas.¹²

Pode-se mencionar ainda as Organizações Sociais (OS) que vem sendo chamadas a administrar alguns espaços públicos. Nesse caso estão os históricos Teatro São Pedro e Sérgio Cardoso e a Casa Guilherme de Almeida. A questão com a documentação desses teatros é que ela está dispersa entre antigos proprietários, diversas secretarias que se ocuparam desses espaços e as atuais associações administradoras. O Teatro São Pedro chegou a criar um centro de memória, mas ele está hoje desativado¹³.

A Casa Guilherme de Almeida¹⁴ é a antiga residência do poeta e tradutor Guilherme de Almeida, que foi também autor dramático, tendo composto duas obras em parceria com Oswald de Andrade nos anos de 1910 e outros trabalhos nas décadas seguintes. Trata-se de uma “casa museu” dedicada à obra e vida de seu proprietário, sendo o acervo de teatro apenas um entre os muitos documentos preservados.

Resta tratar ainda nesse breve levantamento da tipologia de acervos encontrados na cidade de São Paulo o potencial representado pelos arquivos de companhias teatrais. A começar do Teatro Brasileiro de Comédia (TBC criado em 1948), apenas para mencionar o período do teatro brasileiro moderno, a história das companhias paulistanas é de enorme importância para a história do teatro brasileiro. Excederia em muito os objetivos desta comunicação enumerar todos eles. Tem-se um avaliação feita pela Cooperativa de Teatro que o número de grupos em atividades hoje na cidade chegue a 900. A esse total, poderíamos acrescer os grupos já inexistentes, o que nos levaria a uma lista imensa.

De todo modo, mencione-se a longeva companhia em atividade, o Teatro Oficina, do diretor José Celso Martinez Correa. Parte desse conjunto, a mais antiga, encontra-se no Arquivo Edgard Leuenroth da UNICAMP, mas o restante ainda está sob guarda do grupo.

A prática hoje em dia tem sido que os grupos criem sites nos quais disponibilizam, com maior ou menor eficiência e detalhes, informações sobre seus espetáculos, processos de trabalho, biografia dos integrantes, material sobre atividades desenvolvidas, etc. Como, por exemplo, a Cia. de Teatro Balagan¹⁵.

No entanto, o pesquisador tem acesso apenas às informações e ao material selecionado pelo grupo para expor nos sites. Aliás, nada garante a permanência da disponibilidade de tais informações de forma permanente, pois os sites nem sempre

¹² <http://www.cooperativadeteatro.com.br/ensaio-aberto-brasil/>

¹³ O Centro de Memória da Ópera foi inaugurado em 2001, com o acervo da Casa Teatral Temaghi. Encerrou suas atividades em 2007. Ver em: <https://tramasdocafecomleite.files.wordpress.com/2012/08/museu-de-teatro-parc3a3o-paulo.pdf>

¹⁴ <http://www.casaguilhermedealmeida.org.br/>

¹⁵ <http://www.ciateatrobalagan.com.br/>

são atualizados e nem sempre estão no ar. Se isso se dá mesmo no caso de companhias que continuam em atividades¹⁶, que dirá depois que a companhia ou grupo se desfizer. Em geral, o material original usado para a confecção dos sites não recebe nenhum tipo de tratamento arquivístico e apenas permanece na posse de vários membros da equipe.

Isso nos leva ao último tipo de conjuntos documentais passíveis de serem encontrados em São Paulo que são os arquivos pessoais dos artistas teatrais. Nesse caso, maior ainda seria a lista de possibilidades a ser mencionada. O teatro paulista é certamente um dos mais dinâmicos do país e conta com milhares de artistas e técnicos envolvidos em sua produção, portanto há um volume imenso de documentação com essas pessoas.

Vamos nos referir aqui somente aos casos de arquivos pessoais que receberam algum tratamento arquivístico e que se destinaram à formação de Institutos ou Fundações, como, por exemplo, o Instituto Gianni Ratto, a Sociedade Cultural Flávio Império, o Instituto Osmar Rodrigues Cruz e o Instituto Lina Bo e Pietro Maria Bardi. Também nesses casos há uma disparidade de ações e resultados entre as instituições. Lembrando que a arquiteta trabalhou em outras áreas além do teatro, o Instituto Lina Bo e Pietro Maria Bardi¹⁷ é um exemplo de iniciativa consequente, já que o instituto está aberto ao público, a documentação recebe tratamento e se empreendem iniciativas culturais. Por outro lado, o Instituto Gianni Ratto recebeu financiamento para o tratamento de seu acervo, mas ele permanece agora apenas sob os cuidados da esposa e da filha do artista, dependendo de contatos pessoais para o acesso ao arquivo, mantido em uma propriedade deixada pelo diretor e cenógrafo.

Também sob os cuidados da herdeira está o arquivo de Osmar Rodrigues Cruz. Ele forma o Instituto Osmar Rodrigues Cruz, criado em 2009, que até onde se sabe resume-se a um CNPJ e um blog na internet e está localizado em um apartamento privado.

Arquivos, como os de Flávio Império, Cyro del Nero, entre outros, estão em negociação com entidades, acima mencionadas, para serem doados. Como eles, muitos outros precisam ser recebidos por instituições que os organizem, conservem e coloquem à disposição dos pesquisadores.

Diante desse quadro, fica clara a necessidade de um Centro de Documentação Teatral que se proponha a receber a rica documentação em potencial, que não se limitaria a ser o “arquivo” de um teatro em especial, de uma personalidade específica, de uma só companhia ou de um só tipo de documentação (como uma biblioteca).

Não obstante, pelo fato de encontrar-se dentro da Universidade, além de atender aos pesquisadores externos, ele deveria, e vem se constituindo na medida do possível, em um centro de estudos teatrais, produzindo pesquisas a partir da documentação sob sua custódia ou agregando informação sobre documentação externa.

Para apresentar o acervo do LIM CAC/NT – CDT e as suas perspectivas de trabalho, é necessário dizer incialmente que até agora ele se compõe principalmente

¹⁶ Como foi o caso de um site que disponibilizava grande quantidade de material da Cia. Livre e que hoje não está mais disponível.

¹⁷ <http://www.institutobardi.com.br/>

de doações de pessoas físicas, o que pode caracterizá-lo como uma série de “arquivos pessoais”. No entanto, o material de que dispomos não se configura, rigorosamente, nem como fundos nem exatamente como coleções. Diante desse impasse teórico, decidiu-se nomear o material presente no acervo simplesmente como “conjuntos documentais”. Então, temos cerca de 15 conjuntos documentais oriundos¹⁸ de indivíduos.

Numa recente pesquisa empreendida pelo Arquivo Geral da USP, o projeto *Memória Docente*, soubemos que dos 18 conjuntos pessoais identificados na ECA, o CDT tem 11¹⁹deles. Além desses, existem outros vindos de pessoas físicas de fora da USP e de pessoas jurídicas como o próprio Departamento de Artes Cênicas, da ECA e da EAD. Também podemos contabilizar o acervo de figurinos com conjuntos vindos do Teatro São Pedro (SP) e do Teatro Lírico de Equipe. Todos esses conjuntos nos chegaram de variadas formas, desde doações em vida, doação de herdeiros, transferência até mera “remoção” de itens.

Para tratar toda essa documentação era essencial construir uma base de dados que pudesse acolher a descrição que, ortodoxamente, é entendida como de biblioteca, de arquivo ou de museu e, normalmente, separada conforme cada uma dessas áreas.

A base de dados do CDT foi criada a partir da personalização da base já existente no Arquivo do IEB, mediante uma parceria ao que se sabe inédita na Universidade de São Paulo. Assim, à base existente, acrescentaram-se tabelas, campos e áreas que possibilitam integrar a descrição tanto de material bibliográfico, quanto séries documentais ou documentos individuais.

Foram também ampliadas ou criadas tabelas que buscam cobrir, por exemplo, todos os suportes presentes nos documentos do Centro. Assim, ao invés de *tecido* que geralmente se encontra nas bases de museus e arquivos (quando se encontra), elaborou-se uma tabela bastante detalhada de tecidos, uma vez que nosso acervo comporta figurinos que necessitam dessa descrição. Com a mesma função descritiva, criou-se outra tabela com uma alentada lista de *técnica* de elaboração dos documentos que pode ir das mais comuns, *aquarela* ou *datilografia*, até *crochê*. Do mesmo modo, acompanham *formatos* dos mais variados que dão conta de toda essa miríade de suportes e técnicas.

Por outro lado, a base foi idealizada a partir do princípio da abordagem contextual da produção dos documentos (Camargo; Goulart, 2007), o que nos levou a tentar compreendê-los dentro das atividades do titular de cada conjunto. Para tanto, ela oferece um campo *atividades* que liga o documento à área de atuação do titular do conjunto como *docência*, *produção artística* etc.

Criamos também um campo *tipo de evento* no qual, para as atividades teatrais em especial, temos uma lista detalhada opções de *espetáculo teatral*, como: ópera, teatro dramático – comédia, teatro dramático – drama, performance, entre outros.

No campo de identificação do documento quando ao seu tipo, unificamos *espécie/tipo* (como: *carta de advertência*; *carta de agradecimento*). Evitamos ao máximo

¹⁸ Várias são as formas de aquisição, que não serão discriminadas aqui.

¹⁹ Assim mesmo porque não foram considerados os acervos apenas bibliográficos, que acrescentariam mais três nomes ao rol de docentes doadores.

usar termos genéricos demais como *correspondência*, procurando identificar a tipologia exata de cada caso.

A base, que ainda está em fase de aperfeiçoamento, além de comportar a descrição de ampla tipologia documental também é capaz de incluir os chamados *documentos referenciados*, isto é, documentos que não fazem parte do acervo do Centro de Documentação Teatral, mas que são de interesse para a área. Essa é, aliás, uma das tarefas atribuídas aos centros de documentação em geral: a referenciação de material da área temática do centro.

Hoje, por exemplo, temos indicados, e passíveis de pesquisa, documentos relativos à área teatral existentes nas seguintes instituições: Anis Razuk Indústria e Comércio LTDA – Zelo, Arquivo Histórico de São Paulo, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, Biblioteca Mario de Andrade, Biblioteca Nacional, Departamento do Patrimônio Histórico, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Fundação Energia e Saneamento, Fundação Nacional de Artes, Instituto de Estudos Brasileiros, Instituto Moreira Salles, Museu Afro Brasil, Museu da Cidade de São Paulo, Museu da Imigração do Estado de São Paulo, O Estado de S. Paulo (jornal), Prefeitura do Município de São Paulo, e de coleções particulares, como: Família Claro Jansson, João Emílio Gerodetti e Cláudio Lembo.

A primeira experiência de referenciação se deu em função da pesquisa empreendida na ECA, coordenada por mim, com financiamento FAPESP/Condephaat, intitulada *Inventário da Cena Paulista: antigos edifícios teatrais (1850-1930)*, que procurou identificar e localizar os antigos teatros existentes na cidade de São Paulo e a documentação referente a eles nos acervos paulistanos. O resultado foi incorporado à base de dados e pode ser consultado seja pela ferramenta de pesquisa da base, seja pelo site do projeto, ambos disponíveis através do site do CDT²⁰. A necessidade de se elaborar relatos sobre a história de cada um desses espaços, gerou uma função heterodoxa em base de dados, a saber, uma página de “biografia” que oferece a possibilidade de se incluir dados extraídos da documentação e um texto informativo. Esse mesmo recurso poderá ser utilizado futuramente para que se registrem outras *biografias*, de pessoas, companhias etc., que poderão ser acessadas através da ligação na base pela lista de onomásticos, transformando-a quase que em uma enciclopédia.

Outra atividade do CDT e que está em desenvolvimento é a elaboração de uma Bibliografia Crítica do Teatro Brasileiro - BCTB²¹, que procura oferecer aos pesquisadores indicações de ensaios, artigos, teses e outros gêneros de estudos sobre o teatro brasileiro. O trabalho é uma iniciativa do professor João Roberto Faria, titular da Faculdade de Letras da FFLCH/USP em parceira com equipe de alunos e pesquisadores do CAC e do Instituto de Artes da UNICAMP.

Assim, concluindo, procuramos apresentar aqui a necessidade da existência de um inédito centro de documentação teatral para a cidade de São Paulo²² e as

²⁰ <http://www2.eca.usp.br/cdt/> ou <http://www2.eca.usp.br/cdt-inventario/>

²¹ <http://www2.eca.usp.br/cdt/projetos/bibliografia-critica-do-teatro-brasileiro-versao-2014>

²² Inédito também no Brasil, aliás.

possibilidades nele oferecidas por uma base de dados ampla e acolhedora, integrando projetos possíveis de serem realizados nessa área.

***Reunindo histórias:
o arquivo do IEB e seus fundos pessoais
ou
Não é pessoal, são negócios - por uma
política dos arquivos pessoais***

Elisabete Marin Ribas

“Não é nada pessoal, são apenas negócios”

Don Michael Corleone

Personagem do filme O poderoso chefão – Parte III

O presente texto é fruto de comunicação homônima realizada no seminário dedicado aos arquivos pessoais, promovido pela Associação de Arquivistas de São Paulo, em 2015. Valho-me de dois títulos. O primeiro sumariza o conteúdo a ser aqui dissertado – as histórias de vidas que formam os fundos pessoais do Arquivo do IEB -, e que consequentemente tematizam a experiência do próprio Arquivo do IEB – USP. O segundo foi atribuído com o intuito de provocar no leitor algumas reflexões: *o que* guardamos quando falamos de arquivos pessoais? *Onde* guardamos esses documentos? *Quem* é guardado e, consequentemente, *quem* será esquecido? Muito já foi dito sobre os arquivos pessoais. Felizmente, o Brasil possui considerável bibliografia sobre o tema e conta significativo número de instituições de custódia dedicadas à guarda dos também chamados “arquivos de pessoas”¹. Dentre as instituições, trabalharemos com o exemplo do IEB – Instituto de Estudos Brasileiros. Revisitaremos seu contexto de criação, dando destaque para a criação do Serviço de Arquivo, espaço destinado à salvaguarda de documentos de intelectuais brasileiros e, por fim, apresentaremos a política de incorporação e tratamento de acervos do instituto e as razões que nos inspiram a realizar diariamente nossas atividades.

O Instituto de Estudos Brasileiros da USP: histórico de criação

¹ Termo retirado de Camargo (2009, p. 28).

No início de 1962, o Professor Sérgio Buarque de Holanda² encaminha um pedido à diretoria da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, com a seguinte proposta:

A consideração das dificuldades que se oferecem de modo cada vez mais sensível à ampliação e intensificação, em nível superior, dos cursos de História do Brasil da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, mostrou-me, desde há longo tempo, que não é tarefa simples o querer superá-las dentro da simples órbita da cadeira sob minha responsabilidade. Tanto as perspectivas de aplicação e desenvolvimento, segundo critérios científicos, de métodos de abordagem de fontes inéditas ou pouco acessíveis, como ainda, e principalmente, as de estímulo, escolha e melhor aproveitamento dos alunos e ex-alunos que revelem mais decidido pendor para a pesquisa histórica referente ao Brasil, escapam, em grande parte, às finalidades estritas e aos recursos próprios de uma cátedra que conclui o seu curso de História do Brasil.

(...)

Por outro lado parece inevitável julgar que o desenvolvimento entre nós dos estudos de História do Brasil, deve estar largamente condicionado no âmbito da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras a um contacto mais assíduo com as cadeiras e disciplinas que se orientam de modo direto para um melhor conhecimento do Brasil nos seus diferentes aspectos. E creio que a recíproca também deve ser verdadeira. Entre essas cadeiras e disciplinas podem desde já inscrever-se as de Geografia do Brasil, Literatura Brasileira, Antropologia, Política, Sociologia (além da Introdução aos estudos históricos, abrangendo naturalmente a Paleografia) e possivelmente de outras que possam ganhar alguma coisa da articulação e cooperação dos seus esforços e recursos em proveito dos estudos brasileiros. A cooperação, nesse sentido, não servirá apenas para se realizarem quando e se necessários, trabalhos de equipe e de conjunto, como facilitará a estudiosos e estudantes das matérias nomeadas o acesso às fontes de pesquisa, muitas vezes coincidentes ou limítrofes.

A proposta que tomo a liberdade de apresentar parece-me plenamente justificada e necessária depois das considerações acima e visaria a criação, anexo à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, de um Instituto de Estudos Brasileiros, abrangendo, em igualdade de condições, todas as seções acima referidas e outras que tenham especificamente em mira tais estudos, segundo suas várias especificações.³

Na solicitação já eram delineadas as formas de administração do instituto, e também seguia um pedido de autorização para a escrita de projeto mais consequente, para o qual o proponente convocaria outros colegas a fim de auxiliá-lo na execução.

Pronto, o projeto foi enviado a todas as instâncias da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, e, em 9 de janeiro de 1963, o reitor Antônio Barros de Ulhôa Cintra instituiu a portaria número 5, na qual o IEB é oficialmente criado, juntamente seu corpo diretivo (chamados de membros natos⁴), membros associados (colegiado de

² Então catedrático de História do Brasil da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

³ Revista do IEB número 01, 1966, p. 183.

⁴ Professores catedráticos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras das seguintes disciplinas: História da Civilização Brasileira, Literatura Brasileira, Geografia do Brasil, Antropologia e Etnografia do Brasil; professores catedráticos da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP de História Econômica Geral e do Brasil, Geografia Econômica e do Brasil, Economia Brasileira, Planejamento Governamental e Teoria do

pesquisadores de reconhecido mérito acadêmico em estudos relacionados ao Brasil), funcionários (inicialmente três: duas bibliotecárias e um historiador, este último responsável por todo o trabalho burocrático e administrativo). Foram definidos neste início as linhas de pesquisa, as atividades e as ações para o alcance dos objetivos fundadores, o orçamento e o modo de constituição do acervo:

Parágrafo 1º - Ao IEB será permitido constituir patrimônio oriundo de doações e legados.

Parágrafo 2º - As doações, subvenções e legados com cláusula de aplicação especial terão o destino nela indicado, desde que seja dentro das finalidades do IEB.

Parágrafo 3º - No caso de extinção do IEB, seu patrimônio será destinado às cadeiras mencionadas no artigo 5º, por proposta do conselho de Administração ao Conselho Universitário.⁵

Nos argumentos da primeira carta-proposta dirigida, Sérgio Buarque de Holanda já apontava a importância do desenvolvimento da pesquisa histórica a partir de fontes primárias. Retomamos e destacamos o trecho:

Tanto as perspectivas de aplicação e desenvolvimento, segundo critérios científicos, de **métodos de abordagem de fontes inéditas ou pouco acessíveis**, como ainda, e principalmente, as de estímulo, escolha e melhor aproveitamento dos alunos e ex-alunos que revelem mais decidido pendor para a pesquisa histórica referente ao Brasil, escapam, em grande parte, às finalidades estritas e aos recursos próprios de uma cátedra que conclui o seu curso de História do Brasil.⁶

Conforme idealizado por Sérgio Buarque de Holanda, o IEB seria um espaço de apoio à pesquisa e nele seria constituído um acervo que atendesse demandas e necessidades de investigação em estudos brasileiros.

Ainda hoje, apesar de alterações no estatuto motivadas por seu crescimento

(...) o Instituto de Estudos Brasileiros é um centro multidisciplinar de pesquisas e documentação sobre a história e as culturas do Brasil. Tem como desafio fundador a reflexão sobre a sociedade brasileira, envolvendo a articulação de diferentes áreas das humanidades.⁷

A finalidade do IEB permanece definida de forma regimental:

Artigo 2º - O IEB tem por finalidade a pesquisa da cultura brasileira em seus múltiplos aspectos oferecendo de forma multidisciplinar ensino, pesquisa e extensão e, para tanto, deverá:

I - desenvolver métodos e técnicas de investigação em Ciências Humanas, Letras e Artes, assim como realizar, em caráter permanente, pesquisas relacionadas com os estudos brasileiros;

Desenvolvimento Econômico; professores catedráticos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, da disciplina de Arquitetura do Brasil.

⁵ Revista do IEB número 01, 1966, p. 186.

⁶ Revista do IEB número 01, 1966, p. 183, grifo nosso.

⁷ Disponível em <http://www.ieb.usp.br/histórico>. Acesso em 13 ago. 2016.

II - divulgar os resultados obtidos mediante projetos, palestras, cursos, seminários, intercâmbios, estágios, exposições e publicações;

III - promover cursos de Pós-Graduação nos níveis de Mestrado e Doutorado, disciplinas de Graduação, bem como cursos e atividades de Cultura e Extensão Universitária;

IV - preservar, organizar e divulgar seu acervo, colocando-o a serviço da atividade de pesquisa e da coletividade.⁸

Foi a partir das diretrizes gerais de seu regimento que o IEB normatizou uma política de incorporação de acervos. Mas antes de apresentá-la, é preciso revisitar, nesse contexto da criação do instituto, a concepção dos serviços de guarda e tratamento do acervo. Passaremos agora a história da configuração desses espaços.

O acervo do Estudos Brasileiros da USP – ABC do IEB⁹

Como dito anteriormente, conferido ao IEB o direito de constituição de acervo, o primeiro conjunto documental que veio a ser custodiado foi a Coleção Yan de Almeida Prado, composta de livros e códices. Esse material foi acondicionado na Biblioteca do instituto, setor que respondia diretamente à direção do IEB. Aos poucos, coleções de livros e periódicos foram sendo doadas, até a marca de 10 mil exemplares nesse início de atividades.

Em 1967, o acervo de Mário de Andrade é vendido à USP. Feita a transferência a responsabilidade de guarda desse acervo, composto da biblioteca do autor de *Paulicéia desvairada*, de sua coleção de obras de arte e de seu arquivo pessoal. Devido à pluralidade de naturezas e suportes desses itens, o setor de Biblioteca do IEB não dispunha de equipe especializada para os desafios que este monumental conjunto trazia ao instituto. A solução encontrada foi, em 1968 transformar em setor independente o Arquivo, que já funcionava nas dependências da Biblioteca e a criação do setor de Coleção de Artes Visuais. Assim como as diretrizes gerais do instituto foram modificadas conforme o crescimento do IEB, o ABC do IEB, além de crescer em quantidade de funcionários e em número de itens de acervo galgou hierarquias dentro da instituição, passando ao status de Serviços e não mais Setores¹⁰.

Hoje, cada novo acervo incorporado, passa por uma triagem, na qual seus itens são agrupados de acordo com a sua natureza e seguindo os critérios técnicos da arquivologia, da biblioteconomia e da museologia.

O Arquivo do IEB

⁸ Resolução nº 5831, de 12 de abril de 2010. (D.O.E. 14.04.2010) – Regimento do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da Universidade de São Paulo.

⁹ Nome atribuído ao acervo do IEB, composto de Arquivo, Biblioteca e Coleção de Artes. Esse nome foi dado ao primeiro Guia do Instituto: *ABC do IEB. Guia geral do acervo*. Ele foi publicado em 1997 e coordenado pela então diretora Marta Rossetti Batista.

¹⁰ Na hierarquia do serviço público, os órgãos são divididos em: Divisões → Serviços → Setores → Sessão. Hoje, o Arquivo IEB está sob a classificação de Serviço.

A chegada do acervo de Mário de Andrade foi um marco crucial para o IEB, e consequentemente, para o Arquivo do IEB. Não só Arquivo ganhou justificativa concreta para tornar-se setor independente, como a partir dessa efeméride a incorporação de acervos de intelectuais brasileiros passou a ser a principal área de atuação e especialização do Arquivo IEB – USP.

Após 1968, o Arquivo será devidamente regulamentado como setor autônomo em 1974. Um registro disso é o documento IEB-001-01-0073, Ata do Conselho Deliberativo do instituto, datado de 5 de abril de 1974, que oficializa a regulamentação do setor técnico Arquivo-IEB, estabelecendo sua finalidade, documentos constantes, normas de utilização e formas de reprodução. Não se mencionam as políticas de incorporação, que permanecerão sendo ditadas pelo corpo diretivo:

(...) 18) Arquivo e documentação – regulamento, novo material técnico. O Prof. Castello explica aos Srs. Conselheiros que o setor de Arquivo, Documentação e Conservação do IEB deverá ser concentrado num setor técnico, sob a responsabilidade de um funcionário do IEB. O Prof. Castello¹¹ lê o Ante-Projeto do setor de Arquivo, Documentação e Conservação, que ora transcrevo, para que os Srs. Conselheiros deem seus pareceres: 1. Finalidade: organizar, preservar e manter em condições de consulta as coleções de documentos como manuscritos, slides, fotografias, discos, filmes, folhetos de cordel e outros, constantes dos arquivos do Instituto de Estudos Brasileiros provenientes das atividades internas deste Instituto, de aquisições ou de doações. 2. Organização: O setor de Arquivos, Documentação e Conservação está subdividido conforme sua designação em: 2.1 Arquivos; 2.2 Documentação e 2.3 Conservação.

2.1 Arquivos: compreendendo atualmente (ordem cronológica de entrada no IEB):

2.1.1. Manuscritos da Coleção J. F. de Almeida Prado (armário 1 – J.F.A.P.);
2.1.2. Microfilme parcial do Arquivo Graciliano Ramos (armário 4 – m.G.Ra.);

2.1.3. Manuscritos da Coleção Lamego (armário 8 – C.L.);
2.1.4. Arquivo Mário de Andrade (armários 4, 5, 6 e 7 – M.A.);
2.1.5. Arquivo Fernando Mendes de Almeida (armário 3 – F.M.A.);
2.1.6 Arquivo Oswald de Andrade (armário 2 – O.A.);
2.1.7 Arquivo Fernando de Azevedo (armário 3 – F.A.);
2.1.8 Arquivo Desembargador Juarez Bezerra de Meneses (fichários 9, 10 e 11 J.B.);

2.1.9 Arquivo Guimarães Rosa (armário 2 – J.R.);
2.1.10 Arquivo de Pesquisa (fichário 12 – P.IEB);
2.1.11 Arquivo de Cursos, Conferências e Congressos (fichário 13 – C. IEB);

2.2 Documentação: compreendendo os seguintes serviços técnicos:

2.2.1 Preparação dos documentos;
2.2.1.1 Registro;
2.2.1.2 Elaboração dos “meios de busca”, catálogos e inventários;
2.2.2 Reprografia;
2.3 Conservação: setor em organização que compreende os serviços técnicos especializados de preservação e restauração, não só para o material do setor de Arquivos, mas também para a Biblioteca e Museu do IEB;

¹¹ Referência ao diretor do IEB, Prof. Dr. José Aderaldo Castello, que como diretor presidia o Conselho deliberativo do Instituto.

3. Utilização:

3.1 Os documentos que constituem o setor de Arquivos do IEB estão abertos à consulta de professores, pesquisadores, especialistas e interessados, desde que devidamente credenciados e ressalvadas as condições impostas pelos depositários de Coleções ou pela Diretoria do IEB, ouvido o Conselho de Administração.

3.2 O pesquisador poderá requerer do conselho de Administração do Instituto a prioridade de consulta de determinado material, estabelecido, nesse caso, um prazo de execução da pesquisa e divulgação dos resultados.

3.3 A obtenção de cópias parciais ou totais depende da autorização do Conselho de Administração do IEB, observado o seguinte: 1º expressa indicação da fonte; 2º direitos autorais, se ainda vigentes, cabendo, nesse caso, consulta a ser feita aos herdeiros pelo IEB; 3º prioridade de divulgação total do documento pelo IEB, independentemente ou em co-edição.

3.4 Os Arquivos só poderão ser visitados com expressa autorização da Diretoria do IEB, cabendo a cada consulente conhecê-lo pelo catálogo ou por descrição do responsável imediato.

3.5 A quantidade de documentos a ser usada durante a pesquisa fica a critério do responsável imediato de setor.

3.6 Enquanto não estiverem terminados os trabalhos de catalogação, a consulta de interessados estranhos ao IEB deverá ser feita sob a orientação de um pesquisador deste instituto, perante a área de interesse da pesquisa.
(...)¹²

Atualmente o Arquivo mantém-se alinhado com seus princípios fundadores, ao mesmo tempo em que busca acompanhar a revolução tecnológica do século XXI. Desde a sua fundação, o objetivo do Arquivo é:

(...) organizar, preservar e manter em condições de consulta as coleções de documentos como manuscritos, slides, fotografias, discos, filmes, folhetos de cordel e outros, constantes dos arquivos do Instituto de Estudos Brasileiros provenientes das atividades internas deste Instituto, de aquisições ou de doações.¹³

Mesmo com um volume de demandas desafiadoras, buscamos cumprir nosso papel como servidores públicos de uma universidade pública e de uma instituição como o IEB. Com isso em mente, o Arquivo prioriza a organização de seu acervo e a elaboração de instrumentos de pesquisa para abertura à consulta pública:

(...) só um arquivo munido de um guia geral de fundos, inventários e catálogos parciais, e cuja equipe de arquivistas possa preparar em tempo razoável catálogos seletivos e edições de textos, quando pertinentes, estará cumprindo sua função junto à comunidade científica e ao meio social de que depende e a que serve. (Bellotto, 2006, p.178)

A documentação que chega ao Arquivo do IEB já é de caráter permanente, isto é, tudo que recebemos é guardado. Não existe aplicação de tabelas de temporalidade

¹² Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros da USP - Fundo IEB, código do documento: IEB-001-01-0073.

¹³ Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros da USP - Fundo IEB, código do documento: IEB-001-01-0073.

e não há documentos mais ou menos importantes. Tudo o que nos chega é acondicionado, descrito e aberto para pesquisa.

Nos dias atuais, o Arquivo vem esboçando estratégias de descarte de duplicatas de impressos – cartazes de teatro, programas musicais, folhetos de cordel: estudos de caso e ensaios, que não põem em prática o tão polêmico descarte documental. Mas esse é assunto para outro artigo.

O que nos importa discutir aqui é o que receber no sentido macro. Considerando a tradição de arquivos pessoais no IEB, podemos aprimorar esta pergunta: “quem” iremos receber?

Problemas e dilemas depois de 40 anos de existência

Neste ano de 2015, o IEB celebra 53 anos de existência, enquanto, o Arquivo festeja 41 anos. Apesar da diferença de 12 anos, o Arquivo herdou não só o acervo constituído desde os primórdios do IEB, mas a própria história da instituição. Pelo instituto já passaram onze diretorias diferentes, todas elas compostas de professores da USP e aos poucos. Cada gestão deixou sua marca e o acervo do IEB, em vários momentos, acaba, naturalmente por refletir as políticas e prioridades de cada corpo diretivo.

O caso do IEB não diverge do histórico de muitas instituições brasileiras e outras espalhadas pelo mundo. Algumas vezes a incorporação do acervo era feita por meio de tratativas verbais. Por essa razão, já houve devoluções de acervos que não tinham sido transferidos de acordo com um adequado processo de cessão. Há mesmo conjuntos dos quais desconhecemos a procedência¹⁴. Não raro os acervos foram alvo de disputas, havendo argumentos pela sua incorporação e pela sua não incorporação. Um exemplo caricato dos acidentes desse mecanismo decisório foi a perda pelo IEB do acervo de seu fundador, Sérgio Buarque de Holanda, hoje sob a guarda da UNICAMP.

Ocorre que as políticas de aquisição, sobretudo de fundos pessoais, não podem depender de pessoas, de seus interesses ou estados de humor. As pessoas falham e o acervo permanece, às vezes relegados à condições que limitarão seu conhecimento e acesso. Eis aqui o motivo do subtítulo do presente ensaio.

As normativas de incorporação de acervos em instituições devem ser regimentais, elaboradas e valorizadas como documentos de gestão institucional. Devem ser claras, fiéis à missão da instituição representada e realistas, levando em consideração questões técnicas, muitas delas bem simples, como a estimativa de espaço de salvaguarda do acervo a ser absorvido. A acolhida de acervos deve ser encarada como o fio condutor de todo dirigente que assume uma instituição de custódia, pois é ela que auxiliará na construção de um legado. Mas cabe ressaltar que a política de incorporação de acervos, apesar de atuar como um balizador institucional, não pode impedir que a organização cresça e ouse ampliar as linhas de pesquisa ou o escopo documental. Muitas vezes é a incorporação de um acervo que potencializa a busca de novas condições de armazenamento, aumento de quadro

¹⁴ Atualmente o IEB analisameticulosamente a procedência de seus itens, sejam livros, objetos de arte ou conjuntos pessoais e regulariza as aquisições seguindo as normas de incorporação da Universidade.

técnico, melhorias em estrutura predial. Há experiências de boas práticas em que a instituição, divulgando na grande mídia o recebimento de determinado conjunto documental, aproxima dela o público. É por meio do reconhecimento da população que uma história merecerá ser preservada, e por meio desse reconhecimento, as portas da instituição são abertas para além dos muros da academia.

Voltando ao caso do IEB: 44 anos após a sua criação, foi instituída a atual política de acervos da Instituição, como resultado de um trabalho colaborativo visando ao avanço e atualização do que vimos ser o pré-projeto do IEB na carta de Sérgio Buarque de Holanda à direção da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências da USP¹⁵.

Sabemos que ainda há muito a ser avançado, atualizado, revisitado e evoluído. O mundo muda e os acervos devem acompanhar as mudanças. Os desafios dos Arquivos, Bibliotecas e Museus é manterem-se como espaços vivos de ensino e aprendizagem, fazendo-se acessíveis no sentido amplo da palavra.

É de dentro desse nosso espaço, olhando a partir do arquivos pessoais, que refletimos sobre quais as vozes que estão ali guardadas e quais deveriam estar... mas ainda não estão. (Ainda não estão, mas em breve, poderão estar!)

Como guardar?

O tratamento de arquivos pessoais exige atenção especial do corpo técnico. Desde a sua chegada até sua abertura para o pesquisador, muito deve ser considerado nesse percurso, afinal o trabalho não envolve apenas documentos. Trabalha-se com vidas. São papéis, mas também, retratos de pessoas.

O cuidado deve reger o processo de entrega do acervo. Em sua maioria, os arquivos são entregues às instituições de custódia ou pelo seu próprio titular, ou por familiares desse titular. Em alguns casos, a retirada do acervo obriga a equipe técnica a entrar no espaço da intimidade de uma família: em outras palavras, é do lar dos titulares que sai sua própria história, registrada em sua documentação. O ingresso da equipe nesse espaço sagrado da intimidade é, muitas vezes, um réquiem final de um indivíduo dentro do seu lar. Semelhante ao ato de sepultamento, os derradeiros traços materiais de um ser humano sairão dali para a instituição de guarda. Por isso, o contato prévio entre a equipe e doadores é sempre algo que merece investimento de tempo, e, ouso dizer, carinho. No caso do IEB, os acervos retirados são de uma pessoa pública, um grande intelectual. Mas, do outro lado dessa titulação estão os doadores. Para além da *persona* pública, ali estão os registros de uma história pessoal, sejam como partes da vida de titulares que doam seus próprios acervos, sejam como lembranças de um pai querido, uma esposa, um irmão. Os doadores vivem o dilema da necessidade de manutenção de uma memória que merece ser preservada em uma instituição de referência, contraposta ao papel afetivo que os documentos se revestem. A nós, técnicos, cabe conduzir o processo de retirada do acervo, em acordo

¹⁵ Disponível em <http://www.ieb.usp.br/institucional>. Acesso em 25 ago. 2016.

com as políticas institucionais, mas sem esquecer o respeito ao tempo dos doadores. Não é fácil, mas necessário e reconfortante, ao final.

Chegando à instituição de guarda, a higienização do acervo deve ser a mais imediata possível, mesmo que em um primeiro momento seja necessário o emprego de embalagens mais simples, visando ao início do mapeamento documental e proteção contra luz e poeira. Essa medida oferece condições de guarda melhoradas e prolonga a vida da documentação. Tal fase deve ser sempre acompanhado pela equipe de documentalistas, para garantir a manutenção dos princípios básicos da Arquivologia, como o Princípio da Proveniência.

Higienizado o material, já é possível dar início ao trabalho de classificação e descrição documental. Aqui, etapas de pesquisa prévia podem parecer banais, mas economizam muito tempo *a posteriori*. Biografias e bibliografias do titular do fundo podem ser utilizadas para que sejam montadas linhas cronológicas que balizem a história de vida da pessoa. Uma alternativa muito eficaz é a divisão de textos entre os participantes da equipe técnica, a serem apresentados em forma de seminários internos¹⁶, para que todos possam conhecer um pouco do titular do fundo. Como documentos arquivísticos tem caráter fragmentário, apenas sua leitura e descrição não são suficientes para uma visão mais abrangente. Durante a descrição documental, um desafio a ser vencido é a vasta tipologia dos arquivos pessoais, considerando que tudo é passível de ser guardado. Pensem em nossas gavetas! É importante manter vocabulários controlados que apoiem a equipe neste processo de descrição e, sempre que possível, que sejam realizadas reuniões de avaliação dos trabalhos e da própria equipe.

Durante o processo de descrição, já é possível a abertura de partes do acervo para a pesquisa. Em alguns casos os pesquisadores não podem aguardar o processamento integral de um acervo, o qual, dependendo do seu volume, tomará anos de trabalhos. Seguindo normas de segurança para o acesso do material, tudo pode ser orquestrado. Nesse momento, o pesquisador pode, inclusive, ser orientado a colaborar na melhoria do processo de descrição dos documentos sob consulta, considerando que todo trabalho é passível de correções. Isso fará com que o pesquisador se sinta integrado no processo e compreenda melhor as normas de acesso dos acervos documentais e o tempo necessário para o tratamento desse acervo.

Por fim, além dos tradicionais instrumentos de pesquisa, o Arquivo do IEB tem adotado, como prática a elaboração de Guias individuais de cada acervo que explicam não só o percurso da entrada da documentação, como justifica as escolhas metodológicas dos trabalhos ali realizados. A partir do Guia, que se torna um mapa do fundo pessoal, surgem outros instrumentos, como a cronologia estratificada (Camargo, 2007, p. 40), o inventário cronológico (Campelo, 2015, p.63) e os catálogos.

¹⁶ No sempre inspirador *A Situação do Arquivo Nacional*, José Honório Rodrigues, ao assumir o Arquivo Nacional do Brasil, analisa as gestões anteriores de forma franca e aponta, como solução para o desenvolvimento pleno do Arquivo, a valorização e capacitação de seu quadro técnico. Reuniões e cursos técnicos são apontados como poderosas ferramentas para sanar os problemas em que se encontrava o Arquivo Nacional, na sua chegada. Dentre os argumentos, destacamos: “Ao assumir a direção do Arquivo Nacional promovi, com o apoio da Divisão de Cursos do DASP, a organização do 1º Curso de Arquivos. (...) Dava-se igual valor aos conhecimentos técnicos e ao preparo histórico, num jogo de equilíbrio, entre a experiência europeia e a norte-americana”. (Rodrigues, 1959, p. 53)

Tudo isso é feito porque, assim como as políticas de incorporação, o trabalho de processamento documental envolve muitas pessoas. Equipes que tenham membros flutuantes, como funcionários contratados para projetos específicos ou estagiários com um tempo restrito de participação precisam documentar suas atividades. No caso do Arquivo do IEB, o Guia por Fundo Pessoal foi uma saída. A cada etapa ele é realimentado e entregue ao cada novo participante do projeto. Como nos lembra a epígrafe – não é pessoal, são negócios, e devem ser tratados como tal.

Por que guardar?

Seria infindável e exaustiva a relação de autores que abordam a relação do ser humano e a guarda de seus próprios registros. Somos seres acumuladores, colecionadores e cientes de marcar a própria história. Descobertas mais recentes como a Caverna de Chauvet¹⁷, no sul da França, e as marcas presentes em Altamira, na Espanha, reforçam em nosso imaginário a prática de nossas ancestrais registrando de forma improvisada nas paredes das cavernas histórias vividas em seu mundo inóspito do início da civilização humana.

Novamente com a ajuda de Heloísa Bellotto, retomemos o caminho da guarda de arquivos públicos em geral, para chegarmos ao nosso instigante foco dos arquivos pessoais:

A justificativa para a organização de arquivos públicos está na ordem direta do interesse dos quatro tipos fundamentais de público que dele fazem uso:

- 1) A administrador, isto é, aquele que produz o documento e dele necessita para sua própria informação, na contemplação do processo decisório.
- 2) O cidadão interessado em testemunhos que possam comprovar seus direitos e o cumprimento de seus deveres para com o Estado.
- 3) O pesquisador – historiador, sociólogo ou acadêmico – em busca de informação para trabalhos de análise de comportamentos e eventos passados, podendo ser incluído nessa categoria o estudioso em geral.
- 4) O cidadão comum, aqui não mais interessado em dados juridicamente válidos, mas o cidadão não-graduado, o aposentado, a dona-de-casa, à procura de cultura geral, de entretenimento, campos em que pode haver lugar para o conhecimento da história. (Bellotto, 2006, p. 28)

Os arquivos pessoais não são a voz de um indivíduo. Não se trata de uma única voz. Nos papéis deixados por uma pessoa estão relatados momentos políticos, religiosos, civis, etc., refletindo nesse conjunto o contexto social e temporal em que esse homem esteve inserido. Apesar de cada um de nós ser único, a partir da voz isolada podem-se distinguir as pressões, as angústias, as alegrias e as expectativas de toda uma geração. Por que guardá-los? De todas as nossas leituras, a que melhor nos responde vem de Jules Michelet:

¹⁷ Sobre o tema, sugere-se assistir ao filme *Caverna dos Sonhos Esquecidos*, de direção de Werner Herzog.

Quando penetrei pela primeira vez nessas catacumbas manuscritas, nessa necrópole de monumentos nacionais, teria dito de bom grado (...) ‘eis a morada que escolhi e o meu descanso eterno’. Não tardei porém, a perceber, no silêncio aparente dessas galerias, que havia um movimento, um murmúrio, algo que não pertencia à morte. Esses papéis, esses pergaminhos deixados ali há muito tempo nada pediam a não ser a possibilidade de rever a luz do dia. Esses papéis não são papéis, e sim vidas de homens, de países, de povos. (apud Delmas, 2010, p. II)

Considerações finais

A apresentação dos tópicos do presente ensaio são um convite para uma reflexão conjunta. Que outros pesquisadores, historiadores, documentalistas, arquivistas, bibliotecários, museólogos e interessados se animem a travar o diálogo a partir daqui, pois o caminho será longo e árduo e toda contribuição é bem-vinda, necessária e ousamos dizer, premente.

Referências

- BATISTA, Marta Rossetti (org.). *ABC do IEB: Guia geral do acervo*. São Paulo: IEB-USP; Edusp; Fapesp, 1997.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos Permanentes: tratamento documental*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos Pessoais são Arquivos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, n. 45, p. 26-39, 2009.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. *Tempo e Circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais*. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007.
- CAMPELO, Lorena de Oliveira Souza. *O legado documental de Epifânio Dória: por uma abordagem funcional dos arquivos pessoais*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social, FFLCH – USP. 2015.
- LANNA, Ana Lúcia Duarte (org.). *Guia do IEB: o acervo do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 2010.
- REGULAMENTO, histórico, organização. *Revista do IEB*, São Paulo, n. 1, p. 183-195, 1966.
- RODRIGUES, José Honório. *A situação do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Negócios Interiores, 1959.

Pela legitimidade arquivística dos arquivos pessoais: o caso do arquivo de Epifânio Dória

Lorena de Oliveira Souza Campello

Alimentar a discussão sobre a importância do tratamento dos arquivos pessoais como arquivos, sendo merecedores, portanto de uma abordagem arquivística adequada, é nosso objetivo principal. Para tanto faremos uma demonstração fundamentada de um procedimento metodológico com arquivos pessoais, a partir do estudo de caso do arquivo de Epifânio Dória, tendo como resultado um inventário cronológico do conjunto documental.¹

Mas, por que o interesse em desenvolver um estudo de caso e, subsequentemente, propor uma metodologia voltada para o trabalho com arquivos pessoais, buscando a correlação entre a contextualização da documentação acumulada e a história de vida de Epifânio da Fonseca Dória e Menezes? Quem foi esse homem? Por que a escolha desse arquivo pessoal para direcionar a pesquisa? A primeira razão diz respeito ao titular, que foi figura representativa em Sergipe por sua contribuição a guarda, preservação de documentos históricos e arquivos pessoais de personalidades sergipanas, notabilizando-se também pela incansável pesquisa histórica desenvolvida ao longo de sua vida. A segunda razão decorre da possibilidade de descrever o arquivo pessoal de um historiador e intelectual próprio de uma época, um pesquisador erudito e generalista, com interesses voltados para a história e a cultura de Sergipe e do Brasil.² A terceira razão está ligada à configuração do arquivo pessoal de Epifânio Dória, um fundo fechado cujos documentos estão distribuídos em mais de uma instituição de guarda (IHGSE, APES e BPED), oferecendo possibilidades de discussões sobre os princípios da integridade/indivisibilidade, proveniência e organicidade arquivística, além de refletir sobre a fragmentação do arquivo e suas consequências, bem como outros aspectos. A quarta e última razão está na fortuna do conjunto documental, que perfaz um período riquíssimo da história do Brasil, marcado por acontecimentos e

¹ Esse trabalho consiste numa sucinta apresentação da tese de doutorado “O legado documental de Epifânio Dória: por uma abordagem funcional dos arquivos pessoais”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, da Universidade de São Paulo. Essa pesquisa foi financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

² De uns anos para cá, vêm sendo desbravados arquivos pessoais de artistas, músicos, literatos e cientistas, mas ainda é ínfimo o trato com arquivos pessoais de historiadores.

transições importantes, que apresentam para o pesquisador inúmeras possibilidades de pesquisa em diversas áreas do conhecimento.³

Filho de proprietários de terras, Epifânio da Fonseca Dória e Menezes nasceu no ano de 1884, em Campos, Estado de Sergipe (atual Tobias Barreto). Devido a intempéries na vida e nos negócios familiares não teve grandes possibilidades de estudo, concluindo apenas o curso primário. Essa limitação na sua educação formal não impossibilitou que Dória ocupasse espaços importantes nas esferas pública e política do Estado de Sergipe. O resultado do seu autodidatismo e de seu trabalho foi a participação na formação de praticamente todos os centros de estudo, arquivos, bibliotecas, revistas e instituições dedicadas às humanidades no Estado de Sergipe (Maynard, 2009). Dedicou-se com afinco à organização de arquivos por seis décadas reunindo documentos, angariando recursos e adquirindo fundos.

Mas, apesar da importância que teve como homem envolvido com a preservação de acervos nas instituições de documentação do Estado de Sergipe, como divulgador da história e cultura sergipana, sua trajetória de vida continua inexplorada⁴ e seus documentos pessoais não receberam tratamento arquivístico adequado.⁵

Entrar em contato, conhecer e trabalhar com a documentação reunida por um importante intelectual, historiador e bibliotecário sergipano foi nossa tarefa. Tivemos, portanto, como objetivo promover um inventário cronológico do arquivo de Epifânio Dória, realizando, a partir deste instrumento de pesquisa, um diálogo exaustivo entre a documentação produzida e acumulada por seu titular e sua trajetória de vida. Entendendo-se diálogo não como uma interpretação histórica, mas

³ Pelo envolvimento direto de Epifânio Dória com a política getulista e com o Estado Novo, ao assumir a pasta de Secretário Geral do Estado de Sergipe, e pela sua relação atuante no Partido Republicano de Sergipe, seu arquivo fornece uma rica documentação para os que se interessam pela história política desse período. Considerando que Epifânio Dória vivenciou o processo do golpe militar e quase todo o período do regime militar no Brasil, a correspondência que manteve com dezenas de amigos, de diversos estados da federação e com envolvimento partidário e posicionamento ideológico distintos é brilhante. Outro aspecto muito interessante a ser explorado a partir do conjunto documental discutido é o da intelectualidade cultural brasileira e sergipana, durante as primeiras seis décadas do século XX, e suas transformações com a presença cada vez mais marcante das universidades. A documentação produzida e acumulada para a produção de determinado texto, reunida em torno do seu contexto de produção, facilita a percepção e o estudo de como funcionava a produção do conhecimento e a escrita da história, durante as sete primeiras décadas do século XX. Ainda dentro dessa temática temos as cartas e os telegramas trocados com inúmeros amigos intelectuais, na constante busca pela fomentação da pesquisa, revelando uma fértil teia de relações e troca de conhecimentos, muito peculiares desse período. O mapeamento da rede de sociabilidade de Epifânio Dória através de sua correspondência (cartas, telegramas, cartões-postais, etc) é possível e pode apresentar resultados interessantíssimos. O trabalho “*O arquivo de Epifânio Dória: abordagem arquivística e possibilidades de pesquisa*” foi apresentado no Encontro de Arquivos Pessoais e Culturas, promovido pela Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro, em novembro de 2014.

⁴ Existem artigos publicados em jornais e pequenos textos sobre Epifânio Dória, como os textos apresentados no livro Efemérides Sergipanas, organizados por Ana Maria Medina. Há também sucintas biografias, como as produzidas por ocasião de homenagens e ocupação de cadeiras em instituições culturais, além da biografia apresentada por Luiz Antônio Barreto, no livro Personalidades Sergipanas. Aspectos da contribuição de Epifânio Dória à história e à intelectualidade sergipana são tema de trabalhos como: A escrita da História na "Casa de Sergipe" (1913/1999), de Itamar Freitas; O que dizem as cartas? Formação e consolidação do IHGSE a partir de uma análise da correspondência de Epifânio Dória na década de 1930, de Poliana Aragão; e Efemérides sergipanas: contribuição de Epifânio Dória para a pesquisa histórica (1942-1945), de Carlos Crispim, Edilma Gomes e Karla Lima. Os dois últimos trabalhos citados são, respectivamente, monografias de alunos da UFS e da UNIT.

⁵ O IHGSE, apesar de dispor de um inventário sumário do arquivo pessoal de Epifânio Dória, apresenta um instrumento que necessita ser revisto e lapidado, pois prioriza essencialmente o conteúdo em detrimento do contexto dos documentos, além de não fornecer o endereçamento dos mesmos. O APES está reestruturando o antigo catálogo do arquivo de Epifânio Dória custodiado pela instituição. No entanto, não existe uma proposta de reunir em inventário único o material depositado nessas instituições.

como a construção de uma ponte entre o (s) documento (s) e a atividade/evento que lhe (s) deu origem.

No decorrer da elaboração do inventário muitos problemas e questões decorrentes do trabalho arquivístico com esse conjunto documental surgiram a nossa frente. A partir do empirismo proporcionado pelo trato com a documentação e de discussões emergidas no processo de trabalho, buscamos contribuir com as nuances metodológicas já propostas pela pesquisadora Ana Maria de Almeida Camargo, em trabalhos desenvolvidos com importantes e distintos arquivos pessoais de políticos, intelectuais e músicos brasileiros⁶.

O arquivo de Epifânio Dória possui **35.193 documentos**, estando distribuído, e consequentemente fragmentado, em três importantes instituições sergipanas, a saber: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE)⁷, Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES)⁸ e Biblioteca Pública Estadual Epifânio Dória (BPED)⁹. Apesar de fisicamente fragmentado, trata-se de um arquivo íntegro, preservado pela família e, posteriormente, pelas instituições de custódia que o receberam.

Uma das particularidades do titular do arquivo pessoal inventariado foi sua ligação, presença e circulação por praticamente todas as instituições de documentação, de cultura e de intelectualidade do Estado de Sergipe. Bibliotecário, historiador e pesquisador por prática e autodidatismo, Epifânio Dória esteve envolvido na vida administrativa e na esfera organizacional desses espaços. Dessa grande e intensa atividade não é de se estranhar a produção, recepção e acumulação de farta documentação relativas às instituições a que esteve vinculado.

Dessas ligações, em que se misturava o trabalho com a prática da pesquisa histórica, queremos destacar aqui sua relação com três instituições em específico: IHGSE, APES e BPED. Por que tais locais? Dória, ao IHGSE dedicou 64 anos de sua vida; ao APES fomentou sua criação, foi seu diretor por alguns anos e o frequentou exaustivamente para consultas e pesquisas em documentos custodiados pela instituição; à BPED dedicou mais de 30 anos de trabalho como bibliotecário e diretor.

Seu arquivo foi mantido sob a custódia de sua filha, Iracema Dória, e que, em momentos distintos, foi doado para as instituições mencionadas.¹⁰ A situação em que se encontra o arquivo de Epifânio Dória nos impôs problemas práticos e teóricos complexos, mas, em contrapartida, nos ofereceu a chance de discuti-los, buscando soluções e propostas no desenvolvimento da pesquisa.

⁶ Estudos de casos desenvolvidos com os arquivos do político Plínio Salgado (Arquivo Público e Histórico de Rio Claro), do presidente Fernando Henrique Cardoso (Instituto Fernando Henrique Cardoso) e do músico Adoniran Barbosa (Associação de Arquivistas de São Paulo).

⁷ O arquivo de Epifânio Dória, custodiado pelo IHGSE, foi doado à instituição por seus netos, em janeiro de 2009. Segundo a declaração de recebimento do arquivo pessoal, trata-se de 12,3 metros lineares, distribuídos em 87 caixas arquivos, precisamente, **28.500 documentos**.

⁸ A doação do arquivo pessoal de Epifânio Dória ao APES foi viabilizada na década de 1980 por sua neta, Sílvia Garcez Castro Dória, que nessa época trabalhava na instituição de documentação. Estamos falando aqui de **6.646 documentos**, o que nos dá em torno de 5 metros lineares.

⁹ Na BPED constam apenas alguns de seus pertences e poucos documentos doados por sua neta, Sílvia Garcez de Castro Dória, em 2009. São **47 itens documentais**, tais como: escrivaninha, cadeira, gaveteiro, cadeira de balanço, pires, xícara, quadro, porta-retratos com fotografias, cadernetas, canetas, diplomas, retratos, certificados e medalhas.

¹⁰ Em entrevista com o historiador Pedrinho dos Santos – pesquisador que conheceu Epifânio Dória e possui contato com sua família – fui informada de que ainda há muito da documentação pessoal de Dória na antiga residência da falecida Iracema Dória. Segundo o entrevistado, trata-se de documentação referente à maçonaria. Com a morte de Iracema Dória não se sabe qual será o futuro dessa documentação.

Temos posto então a questão da fragmentação de arquivos. Assumimos que a natureza dos documentos dispersos não o exime do status de arquivo. Não é porque o arquivo de determinado indivíduo foi fragmentado após sua morte que a descrição não possa ser feita. Foi o que ocorreu com o arquivo de Epifânio Dória, no entanto ele existe de forma íntegra e indivisível no inventário cronológico apresentado, levando-se em conta que este não sofreu perdas devido a intempéries, alienações ou desvios.

No caso da fragmentação de um arquivo, Ariane Ducrot (1998) orienta fazer a classificação simultânea das partes, promovendo a unidade do fundo através de inventário comum: localizá-los, identificá-los e reagrupá-los no papel, respeitando suas individualidades e ressaltando sua complementariedade. Ou seja, reconstituir o lugar original dos documentos no instrumento de pesquisa, sem intervir, na ordem física da documentação e dos fundos. Lembramos que a construção de um plano de classificação¹¹ convencional é tarefa que antecede a elaboração de um inventário. No caso do arquivo Epifânio Dória, a documentação não estava classificada em nenhuma das instituições de custódia e não a classificamos antes da feitura do instrumento de pesquisa. Seguimos algo não usual no que diz respeito à recuperação da informação através de instrumentos de pesquisa.

Considerando que lidamos com um arquivo fragmentado e não classificado, que os 28.500 documentos pertencentes ao arquivo custodiado pelo IHGSE não estavam endereçados e levando em conta o volume do conjunto documental (35.193 documentos), o plano de classificação convencional não cumpriria com nosso objetivo. Acreditamos que o plano de classificação que toma como ponto de partida grandes categorias gera ambiguidades e polissemias, bem como não leva em conta as especificidades das trajetórias de vida das pessoas, que bem dizer, são distintas.

Optamos, portanto, por uma nova abordagem. A classificação assumiu, nesse momento inicial, o patamar mais próximo dos documentos, ou seja, classificamos os documentos um a um, optando, com isso, pela escala micro, levando em conta as especificidades da trajetória de vida do titular do arquivo. Nesse sentido, foram os verbetes os elementos de classificação que deram um sentido mais imediato aos documentos. Ressaltamos aqui que a opção pela função macro pode ser acessada através de índices fornecidos no final do instrumento de pesquisa.

Ao analisarmos documento por documento, fizemos a ligação deste com a atividade mais imediata de sua produção. Os documentos apontaram, simultaneamente, para a atividade que os originaram ganhando sentido. Para tanto, foi imprescindível a criação de um banco de dados que, ao ser alimentado de uma forma padronizada, nos proporcionou uma eficaz recuperação de informações.

O arquivo de Epifânio Dória e sua abordagem como arquivo

Podemos afirmar que os documentos que compõem o arquivo de Epifânio Dória são documentos de arquivo, pois se trata, notoriamente, de registros dos exercícios diários de uma atividade profissional, produzidos e acumulados por seu titular,

¹¹ O Plano de classificação é o “esquema pelo qual se processa a classificação de um arquivo” (Bellotto; Camargo, 1996, p. 60).

portanto pelo mesmo produtor; documentos recebidos por Epifânio Dória mediante as relações institucionais e sociais mantidas por ele; documentos reunidos e acumulados pelo titular do arquivo com objetivo de uso futuro. Enfim, documentos acumulados por Epifânio Dória para comprovar, testemunhar e servir de base para trabalhos.

A aplicação de procedimentos arquivísticos a esse tipo de arquivo é possível e necessário na medida em que formam conjuntos orgânicos e autênticos, representantes das atividades que lhes deram origem (Camargo, 2009).

Todo documento tem razão de ser e cumpriu com determinada função em algum momento da vida de um indivíduo ou entidade. No caso dos arquivos pessoais, são produtos de necessidades que pululam ao longo da vida de um indivíduo, ligados a atividades e funções sociais desempenhadas por ele.

Por assim dizer, os arquivos pessoais são representantes da vida de uma pessoa e devem receber um tratamento arquivístico efetivo, de forma a recuperar sua unicidade, organicidade e relação entre os documentos.

Segundo Heloísa Liberalli Bellotto (2008, p.VIII), é fundamental atentar para a “organicidade de seus conjuntos e de suas relações com o criador e com o contexto de produção”. Assim sendo, temos de identificar o contexto em que os documentos foram criados e usados, buscando, dessa forma, o nexo entre o documento e a atividade e/ou o evento que lhe deu origem. Trata-se de verificar a funcionalidade desses documentos e as marcas das funções neles incorporadas em seu contexto de uso (Camargo; Goulart, 2007); enfim, a função que o documento teve para a efetivação da atividade de determinado indivíduo. O documento, por assim dizer, não é uma construção, mas o resultado natural de todo o processo de que se originou e que foi ativado pelas necessidades do produtor.

Os documentos acumulados nos arquivos pessoais são documentos de arquivo¹², no sentido de que o contexto de produção de grande parte da documentação pode ser recuperado, sendo possível recriar as teias entre ela. Trata-se de tarefa laboriosa e complexa, pois os vínculos diretos com os processos e as funções responsáveis pela produção do documento devem ser identificados.

Os arquivos pessoais, da mesma forma que os arquivos administrativos, apresentam uma estrutura lógica da acumulação imediata, que dá margem a alguns tipos de documentos produzidos. No entanto, os arquivos pessoais guardam determinados documentos que nunca terão seu contexto de produção identificado e menos ainda o elo com outros documentos. Nesse caso, o bom senso deve prevalecer. Não se deve forçar a contextualização de um dado documento a um determinado evento e/ou atividade, caso esse documento não caiba ali.

É imprescindível também que se busque a teia de relações entre os documentos, ou seja, o vínculo existente entre eles. Dessa forma, podemos recuperar a conexão lógica e formal que liga um documento a outro através da necessidade.

O contexto de produção e acumulação está relacionado, portanto, às condições de caráter intelectual, profissional, social, emocional, espiritual, etc., já que os motivos que levam um indivíduo a produzir um documento estão atrelados às suas

¹² O documento de arquivo é constituído do suporte, da informação e do seu contexto de produção. Cf: Lopez (2003) (Disponível em: <http://repositorio.bce.unb.br/handle/10482/587>).

funções e atividades exercidas em sociedade e, com isso, a eventos pontuais menos delineados ocorridos em sua vida. Assim, temos documentos materializados por conta dessas funções ocupadas e atividades realizadas.

De acordo com André Porto Ancona López (2003, p. 75):

[...] mesmo os documentos que não se enquadram estritamente nas características típicas podem ser entendidos enquanto documentos de arquivo, desde que tenham sido produzidos no decorrer de alguma função inerente à vida do titular (instituição ou pessoa física) e tenham sido preservados como prova de tal atividade.

Experiências desenvolvidas por Ana Maria de Almeida Camargo, com os arquivos pessoais de Plínio Salgado¹³ e Adoniran Barbosa¹⁴, somadas ao estudo de caso ora apresentado, apontam para o método funcional e o formato cronológico do instrumento de pesquisa (inventário) como grande potencializador para a recuperação do contexto de produção dos documentos, do elo entre os documentos e, principalmente, para a recuperação da informação através da vasta possibilidade do uso de índices correlacionados aos verbetes, que são os eventos detectados na cronologia.

A tomar pela crescente onda de doações por parte de familiares dos titulares de arquivos pessoais e do respectivo interesse de inúmeras entidades em receber esses conjuntos documentais, cremos que já é mais do que o momento de questionar os limites impostos a essa documentação quanto a sua natureza e validade no meio arquivístico.

Desse modo, para que a abordagem dada ao arquivo de Epifânio Dória fosse baseada na teoria arquivística, foi necessário percorrer o contexto funcional dos documentos e a compreensão de tal funcionalidade em sua dimensão temporal, assim como buscar o vínculo entre os documentos produzidos e acumulados a partir de um mesmo contexto de produção.

Uma defesa concisa de um método de trabalho com arquivos pessoais

Fisicamente fragmentado por três instituições de documentação, não classificado, não organizado e não acondicionado de forma adequada, o legado documental de Epifânio Dória lança alguns desafios particulares. O fato de os arquivos pessoais não espelharem a totalidade de uma pessoa – da mesma forma que os arquivos administrativos não refletem a história da instituição - não impossibilita que esse conjunto documental seja encarado e receba tratamento arquivístico adequado. Apesar de estar fisicamente fragmentado, o legado documental inventariado não está intelectualmente desintegrado e comprometido. Ao entrar em contato com essa documentação, é possível perceber que ela não sofreu desvios nem perdas.

¹³ Desenvolvido no Arquivo Municipal de Rio Claro. Cf: <http://www.aphrioclaro.sp.gov.br/publicacoes/livros-e-publicacoes-tecnicas/>

¹⁴ Desenvolvido em parceria com a Associação de Arquivistas de São Paulo.

Trata-se de uma documentação que foi acumulada naturalmente pelo seu produtor e que foi fruto das atividades e funções que exerceu em vida. Podemos afirmar, então, que possui como característica a organicidade dos documentos, ou seja, os documentos possuem vínculos que os ligam uns aos outros. A busca dessa organicidade e desse elo documental não foi tarefa fácil, pois tratamos de um arquivo fisicamente fragmentado. No entanto, os procedimentos metodológicos utilizados no processo de análise e da inventariação da documentação facilitaram essa tarefa.

Ainda com relação à fragmentação do fundo, não tivemos como proposta reunir fisicamente essa documentação, até porque pertence juridicamente às instituições responsáveis por sua guarda. Nesse sentido, não tivemos a intenção de alterar a organização do arquivo pessoal custodiado por essas instituições. Partindo da premissa de que tudo o que tramita, ou tem andamento sequencial previsto, carrega marcas temporais, à guisa de metadados (Camargo; Goulart, 2007); reunimos intelectualmente a documentação do arquivo pessoal de Epifânio Dória em inventário único, endereçando devidamente esses documentos e fazendo a conexão entre eles, formando, com isso, agrupamentos documentais referentes a eventos e atividades da vida do seu titular.

A ausência de classificação e organização do arquivo pessoal por parte das instituições não comprometeu nosso trabalho, pois fizemos a classificação a partir do próprio inventário cronológico. Esse não comprometimento se deu, também, graças ao desenvolvimento de um banco de dados, no qual foram lançados os resultados do processo de identificação dos documentos componentes do arquivo. Essas informações foram filtradas e cruzadas, através de mecanismos oferecidos pelo programa utilizado, possibilitando o encontro de eventos ocorridos e atividades desempenhadas pelo titular do arquivo, com os documentos produzidos e acumulados pelo titular do arquivo; assim como a recuperação do elo entre essa documentação.

Os procedimentos adotados na elaboração do inventário diferiram-se dos usuais no que diz respeito ao tratamento dos arquivos pessoais. Da mesma forma, ocorreu com relação à estrutura do inventário, que foi elaborada e formatada numa perspectiva linear. Criamos um inventário estruturado cronologicamente, em que eventos e atividades vivenciadas por um indivíduo, durante sua vida, foram listados e vinculados aos documentos formadores do arquivo pessoal.

Contextualização dos documentos e suas teias de relação

A identificação do contexto de nascimento dos documentos, assim como o vínculo que existe entre eles, é diretriz primordial no tratamento teórico-metodológico fornecido aos arquivos administrativos de instituições públicas e privadas e, também, aos arquivos pessoais.

Seguindo esse pressuposto teórico-metodológico, respeitamos os documentos do arquivo pessoal inventariado como um conjunto orgânico, que a documentação se encontra ligada por um vínculo original; ou seja, os documentos foram contextualizados no seu meio genético de geração, atuação e acumulação. Nos dizeres

de Ana Maria de Almeida Camargo e Silvana Goulart (2007, p. 35-36), “admitir a necessidade de tratar o arquivo pessoal como conjunto indissociável, cujas parcelas só tem sentido se consideradas em suas mútuas articulações e quando se reconhecem seus nexos com as atividades e funções de que se originaram”.

Levando-se em consideração que um indivíduo exerce determinadas funções e desenvolve inúmeras atividades durante sua existência, que somadas a essas funções e atividades desempenhadas decorrem vinculações e relações muitas vezes não delimitadas no tempo, e que esses eventos e acontecimentos são disparadores naturais da necessidade de produção de documentos; o método funcional permitiu identificar as atividades imediatas geradoras dos documentos (Camargo; Goulart, 2007).

A operação central da metodologia arquivística é a contextualização do documento, ou seja, a identificação do contexto em que o documento foi produzido. O arquivo de Epifânio Dória foi visto, portanto, como um conjunto inseparável, cujas partes tiveram sentido quando foram articuladas entre si e, também, com as atividades e funções que lhes deram origem. Buscamos, pois, os nexos internos e a teia de relações entre os documentos, mediante a caracterização de seu vínculo de origem.

Na óptica própria da arquivologia, procuramos a função de cada documento no contexto das atividades de Epifânio Dória. A organização lógica do acervo, na área de arquivo, é norteada pela funcionalidade, isto é, pela identificação do elo entre os documentos e as atividades que lhes deram origem; de modo a garantir que, individual ou coletivamente, os diferentes itens que o integra (elo) possa evocar ou representar, de modo inequívoco, as circunstâncias e o contexto que justificaram sua acumulação ou guarda (Camargo; Goulart, 2007).

Nesse processo foram levadas em consideração as circunstâncias de produção e as relações intrínsecas que cada documento manteve com os demais itens que integram o arquivo.¹⁵

Cronologia de vida de Epifânio Dória

Para auxiliar nossa caminhada na descrição e inventariação do legado documental acumulado por Epifânio Dória, ao longo dos seus 92 anos, foi de extrema importância a construção da cronologia de vida desse intelectual. Trata-se de uma tarefa imprescindível para o desenvolvimento do instrumento de pesquisa proposto. É importante explicitar que essa cronologia de vida pode ser apreciada na própria estrutura do inventário cronológico do arquivo de Epifânio Dória.

Antes de iniciarmos a análise da documentação, recolhemos informações sobre a vida de Epifânio Dória a partir de diversas fontes, tais quais: textos

¹⁵ Foram apartados do conjunto e descritos em separado os documentos que não ofereceram datação, mas que os contextos foram identificados (424 verbetes); bem como os documentos que apontavam para uma atividade não mensurável no tempo, como é o caso das relações de amizade e de companheirismo (398 verbetes). Os documentos que não apresentaram datas e que os contextos não puderam ser identificados de forma clara e segura (contexto: coleta de fontes e pesquisa) não foram inseridos no inventário, por considerarmos desprovidos de valor documental e não agregadores de informações relevantes.

produzidos e publicados pelo titular do arquivo; textos produzidos por outros a respeito de Dória; documentos administrativos das instituições as quais esteve envolvido; documentos de arquivos pessoais de seus contemporâneos; matérias publicadas sobre ele em jornais do Estado e documentação do seu próprio arquivo. Tais fontes atenderam a determinados aspectos da vida de Epifânio Dória, mas não todos. Essa pequena prévia da cronologia de vida do titular do arquivo foi importante para se ter uma noção inicial sobre suas atuações profissionais, funções desempenhadas, relações de amizade, vinculação institucional, dentre outras informações.

No entanto, esse pequeno apanhado de eventos não se comparou ao volume de verbetes gerados no decorrer da análise dos documentos do arquivo pessoal (**4.346 verbetes**). A partir dos **19.369 registros** criados no nosso banco de dados, pudemos pontuar eventos de todas as espécies: nomeações e posses; cargos ocupados em instituições particulares; funções desempenhadas; cargos públicos ocupados; vinculações com dezenas de instituições, associações e sociedades; relações de amizade; aspectos mais íntimos de sua vida etc.

Na elaboração da cronologia de vida de Epifânio Dória nos deparamos com a existência de eventos pontuais, muito bem reconhecidos, como: jantares, casamentos, festas, homenagens, formaturas etc. Encontramos diversas atividades de longa duração, que puderam ser mensuradas no tempo, a exemplo do desempenho de funções administrativas em equipes diretivas de diversas instituições culturais, educacionais e filantrópicas. E, por fim, atividades de longa duração, não mensuráveis no tempo, sendo o trabalho com a pesquisa científica, as relações de amizade, dentre outros.

A questão da disposição da linearidade do tempo no corpus do inventário cronológico é uma etapa importante no processo, sendo necessário remeter os documentos aos seus respectivos momentos temporais (leia-se eventos e acontecimentos).

Após essa decisão partimos para a criação de verbetes discursivos que representassem tais eventos. Cada verbete remete a atividades e/ou funções desempenhadas por Epifânio Dória e eventos dos quais participou ou, provavelmente, tenha participado.

Construídos a partir de informações colhidas principalmente de seus documentos pessoais, tais verbetes são como dossiês aglutinadores que têm a tarefa de reunir em torno de si documentos produzidos, recebidos e acumulados a partir de distintos contextos e funções desempenhadas por Epifânio Dória ao longo de sua vida.

Pensando o Banco de Dados

A construção de um banco de dados e seu preenchimento com informações extraídas de cada item documental do arquivo de Epifânio Dória contribuiu para uma recuperação mais eficiente dessas informações no momento da elaboração do inventário cronológico do arquivo pessoal. Entretanto, vale ressaltar que o banco de

dados por si só não resolve todos os problemas de uma pesquisa. É necessário cuidar de detalhes importantes, como: escolha dos campos, decisões referentes a determinadas regras e controle de vocabulário. Sem esses cuidados não poderíamos ter explorado o real potencial da ferramenta ora discutida.

Essa ferramenta foi desenvolvida no programa *Excel*, da *Microsoft Office*. Com a finalização da análise dos **35.193 documentos** e a criação de **19.369 registros¹⁶**, fizemos a sua exportação para o programa *Access* por questões de segurança no momento da filtragem e/ou cruzamento de informações necessárias para a construção do inventário apresentado no estudo.

Com relação à definição dos campos formadores de tal ferramenta, tivemos a parcimônia de criar apenas os indispensáveis para a construção do inventário, evitando campos que trouxessem informações redundantes. Pensar o objetivo e a função que cada um desempenharia também foi primordial nesse momento, esclarecendo também o porquê da escolha de determinados termos em detrimento de outros.

Como colocado por Johanna Smit e Nair Kobashi (2003), os campos são como pontos de acesso, que nos permitem chegar a documentos a partir de alguns aspectos preestabelecidos, nomeando critérios utilizados para agrupar documentos.

Escolhas e procedimentos no tratamento e análise dos documentos

Dando início a uma breve discussão referente ao processo de tratamento e análise dos documentos, enfatizamos aqui a busca constante pelo contexto imediato de produção e acúmulo do documento, bem como a função que o documento analisado cumpriu quando foi produzido ou acumulado, dentro das atividades rotineiras do seu titular. Procuramos descobrir o que o documento manifestou no seu momento de produção e de uso, os envolvidos na sua produção, as práticas sociais e culturais da época em que foi produzido, ou seja, buscamos o sentido do documento.

Ressaltamos aqui que um documento produzido em dada circunstância pode ganhar outros sentidos e cumprir outros usos, a depender dos interesses e funções de quem o acumula. O contexto de produção é diferente do contexto de acumulação. Um mesmo documento pode ser usado diversas vezes e em contextos diferentes. É o caso dos diversos usos de uma mesma reportagem para diversos fins e em distintos contextos.

Portanto, durante a análise dos documentos buscamos entender as razões de sua produção e acumulação, sempre nos atentando para a possibilidade de diversos usos de um mesmo documento e circunstâncias de usos distintos. Todo documento segue uma trajetória, nosso papel é localizá-lo na linha cronológica do titular de determinado arquivo pessoal.

Nomear o documento foi a primeira tarefa da análise. No entanto, é interessante observar a relação intrínseca entre a nomeação do documento, seu

¹⁶ Nem todos os documentos configuraram em um único registro. Como já colocado anteriormente, os documentos públicos pertencentes a outros fundos não foram analisados e muitos documentos foram agregados em coletâneas, fichários, etc.

contexto de produção e a função que cumpriu ao ser criado. Podemos até nomear um documento pelo nome que ele apresenta, mas muitas vezes caímos numa grande cilada, já que muitos documentos apresentam nomes que não condizem com sua real função. O recomendado, então, é ler todo o documento para perceber a função que cumpriu e o contexto em que foi produzido.

A tarefa de dar nome aos documentos é uma das mais difíceis para o arquivista. Identificar a espécie e o tipo documental nos leva, como já mencionado, a ter mais atenção para a função cumprida pelo documento e, consequentemente, para o momento de seu nascimento.

Nesse processo nos deparamos com alguns documentos, formatos e objetos problemáticos e desafiadores no trato com arquivos pessoais. Para finalizar a nossa discussão apresentamos o caso de livros e objetos.

Até que ponto podemos considerar objetos de Epifânio Dória como documentos de arquivo? Tomamos o cuidado de não irmos à defesa da existência obrigatória de um contexto de produção e de vínculos desses objetos com os demais documentos pessoais, em geral documentação textual. Alguns objetos ganham estatuto documental em alguns espaços expositivos, sendo convertidos em documentos e compondo um discurso historiográfico. Nossa objetivo foi tratá-los arquivisticamente e contextualmente, pois o objeto não nasce como documento, mas é transformado em documento de arquivo quando pode ser contextualizado.

A presença desses objetos no arquivo de Epifânio Dória levanta uma discussão interessante sobre a sua importância para o entendimento dos demais documentos do arquivo.¹⁷ Ao considerar esses objetos como “extensões dos homens”, Camargo defende a identificação e a descrição desses materiais como documentos de arquivo.

Adotando o termo *realia*¹⁸, a estudiosa do assunto alerta para o poder que tais documentos têm de evocar lugares, datas e circunstâncias, carregando informações sobre as razões de sua acumulação e estabelecendo continuidade em certas experiências (Camargo, 2011). Seguindo essas orientações tentamos encontrar os vínculos da *realia* do arquivo pessoal de Epifânio Dória, mesmo que tais itens documentais estejam custodiados em diferentes instituições.

Todavia, tanto para os objetos acumulados por um indivíduo, quanto para os livros de sua biblioteca, é de primordial importância que se busque o caminho pelo qual estes documentos chegaram à pessoa. Em resumo, deve-se buscar a motivação, se pessoal ou institucional, que provocou a recepção e/ou acumulação daquele determinado objeto ou livro entre os pertences de um indivíduo. Naturalmente muitos objetos e livros não tiveram um contexto de produção e acumulação identificada, sendo assim não forçamos a existência de um contexto.

Lembramos aqui que a biblioteca de Epifânio Dória reflete os interesses intelectuais de seu titular e a rede de sociabilidade mantida por ele. Com o alargamento dos conceitos teóricos da arquivologia, objetos protocolares e livros

¹⁷ Uma discussão mais aprofundada sobre o tema pode ser lida no artigo “Objetos em arquivos: algumas reflexões sobre gênero documental”, de Ana Maria de Almeida Camargo (2011).

¹⁸ Objetos coletados na natureza e fabricados pelo homem, de forma artesanal ou industrial.

começaram a ser tratados como documento de arquivo, por oferecerem, muitas vezes, o contexto e a motivação que fizeram com que chegassem àquela pessoa.

Uma brevíssima reflexão sobre os arquivos pessoais

Todos nós desenvolvemos inúmeras funções e atividades ao longo de nossa trajetória. A história de vida de cada pessoa delimita especificidades ao conjunto documental acumulado por ela. Assim, cada arquivo pessoal possui documentos ligados aos tipos de atividades e funções desempenhadas por essas pessoas: ligações institucionais fomentadas, relações de amizade mantidas, opções intelectuais e aos gostos cultivados pelo titular desse arquivo. Viver em sociedade implica produzir, receber e acumular documentos. Estes são instrumentos essenciais para o funcionamento da vida em sociedade e, portanto, testemunhos da trajetória de qualquer indivíduo.

Os arquivos pessoais não são criados com finalidade histórica e cultural, mas sim acumulados com uma funcionalidade clara para a pessoa que o forma. A projeção do eu não existe no arquivo pessoal, e se assim ocorrer, não o podemos considerar como um arquivo.

Desse modo, os documentos são acumulados para cumprir certa função por força probatória (carregada pela forma e pelo contexto do documento em si), mesmo que seja de ordem psicológica. A função instrumental é condição primordial para que exista o arquivo sem preocupações com o olhar alheio e o do futuro. Por assim dizer, o arquivo é um conjunto articulado de documentos produzidos, recebidos e acumulados, de caráter instrumental.

Referências

BELLOTTO, Heloísa Liberalli; CAMARGO, Ana Maria de Almeida (Coord.). *Dicionário de terminologia arquivística*. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros - Núcleo Regional de São Paulo, 1996.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Diplomática e tipologia documental em arquivos*. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2008.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. *Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais: procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso*. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso (iFHC), 2007.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Objetos em arquivos: algumas reflexões sobre gênero documental. In: SEMINÁRIO Serviços de Informação em Museus, 1, São Paulo, 25 e 26 de novembro de 2010. *Anais*. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2011.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. 45, n. 2, jul-dez, p. 26-39, 2009.

DUCROT, Ariane. Classificação dos arquivos pessoais e familiares. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. II, n. 21, p. 151-168, 1998.

LOPEZ, André Porto Ancona. Arquivos pessoais e as fronteiras da arquivologia. *Gragoatá*, Niterói, n. 154, p. 1-140, 2. sem. 2003.

MAYNARD, Dilton. Epifânio Dória e a memória sergipana. In: DÓRIA, Epifânio. MEDINA, Ana Maria Fonseca (Org.). *Esemérides Sergipanas*. Vol. I. Aracaju: Gráfica editora J. Andrade, 2009, p. 601-603.

SMIT, Johanna Wilhelmina; KOBASHI, Nair Yumiko. *Como elaborar vocabulário controlado para aplicação em arquivos*. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2003.

Políticas de preservação em arquivos pessoais: a experiência da Fundação iFHC

Alessandra Barbosa

Os objetivos da conservação envolvem a avaliação e a interpretação do significado do patrimônio cultural para sua preservação, resguardando-o no presente e no futuro. Nesse sentido, a conservação em si é uma maneira de ampliar e consolidar identidades culturais e narrativas históricas para além do tempo, por meio da valorização e da interpretação do patrimônio cultural (Matero, 2000).

O presente trabalho tem como proposta apresentar as principais medidas de preservação documental, integrantes da política de gestão do arquivo da Fundação Instituto Fernando Henrique Cardoso (Fundação iFHC). Trata-se de um relato de experiência, resultado de práticas acompanhadas desde a criação da instituição, em 2004, com a chegada da documentação vinda de Brasília e todo o planejamento para instalação da reserva técnica, bem como posteriores ações visando à salvaguarda e à garantia de acesso aos documentos.

As instituições de guarda de acervos, tais como a Fundação iFHC, têm como objetivo principal garantir a preservação documental e o acesso aos documentos para as gerações futuras. Para isso, a elaboração de uma política de preservação se constitui como medida necessária a fim de proteger o patrimônio das deteriorações decorrentes da ação do tempo, bem como do ambiente e seus agentes de degradação.

Entretanto, uma política de preservação não se define de modo simples e de forma isolada da missão institucional. Ao contrário, está associada a um conjunto de ações concretas e faz parte de um universo maior, que abarca diversas áreas do conhecimento. Deve fazer parte de um plano de gestão e considerar as especificidades e prioridades da instituição.

Desse modo, “a busca de soluções para os problemas de preservação está cada vez mais baseada, por um lado, em conhecimentos tecnológicos e científicos e, por outro, em ações gerenciais voltadas para o desenvolvimento de políticas de preservação dos acervos como um todo” (Bojanoski, 1999), cabendo não apenas ao conservador, mas a todas as esferas da instituição – em especial a equipe técnica que trabalha diretamente com o tratamento documental: arquivistas, documentalistas,

historiadores, curadores, entre outros – a responsabilidade por garantir a preservação do acervo.

No caso da Fundação, a preservação sempre foi entendida como um dos princípios da curadoria, assim como o acesso e a divulgação, segue rigorosos critérios metodológicos e está envolvida em um conjunto de ações como descreve a curadora,

Desde o início do seu funcionamento o iFHC se atreve a uma política de rigor e responsabilidade para com a integridade do acervo que nele está depositado. Isto vale tanto para as questões de instalação, conservação e monitoramento da climatização como para a metodologia do tratamento arquivístico. (Ardaillon, 2007).

É com esse objetivo – tratar, preservar e dar acesso – que os arquivos pessoais de membros da família Cardoso e de participantes do governo de Fernando Henrique foram reunidos, sendo a instituição depositária dos arquivos de FHC e Ruth Cardoso, cuja documentação reflete a trajetória familiar, acadêmica e política de ambos os titulares, bem como a de outros membros da família, como Joaquim Ignacio Baptista Cardoso e Leônidas Cardoso, avô e pai de FHC respectivamente. Integram também esse conjunto os arquivos de Sérgio Motta (ministro das Comunicações, de 1995 a 1998) e Paulo Renato Souza (ministro da Educação, de 1995 a 2003).

Esse conjunto tão diverso é composto por documentos textuais, bibliográficos, audiovisuais, sonoros, iconográficos e tridimensionais e reúne variados suportes (papel, plástico, pedra, metal, materiais orgânicos, entre outros), que diante de tal multiplicidade demandam ações distintas de preservação que por sua vez só são possíveis com um estruturado planejamento.

A formulação de um programa eficaz de preservação documental implica em um conhecimento detalhado do acervo sob a guarda de uma determinada instituição, de seu(s) valor(es) e uso(s), bem como dos riscos de deterioração e perda de valor a que está sujeito. (Hollós; Pedersoli, 2009).

Tais ações de preservação só podem ser executadas baseadas em um conhecimento profundo da documentação: seu conteúdo e seu estado de conservação. Em outras palavras, um planejamento de preservação só pode ser realizado por meio de um diagnóstico, pois este permite a elaboração de um programa em que ações de curto, médio e longo prazo sejam decididas com base em critérios bem definidos e confiáveis. A avaliação do grau de significância aliada à identificação do estado de conservação dos acervos possibilitarão também o direcionamento e a aplicação de recursos de forma mais adequada e econômica, permitindo que o patrimônio seja transmitido às gerações futuras com menor perda de valor.

Essa familiaridade com o tipo de documentação e seu estado de conservação foi conquistada no arquivo da Fundação iFHC anteriormente a chegada do acervo para sua guarda definitiva em São Paulo, visto que na Secretaria de Documentação Histórica da Presidência da República, em Brasília, já existia uma descrição preliminar dos conjuntos em base de dados e uma mínima avaliação da conservação.

A preocupação de Fernando Henrique Cardoso em garantir a preservação de seus documentos é outro fator que contribui para o conhecimento dos documentos acumulados.

Assim, por meio do diagnóstico foi possível traçar estratégias para o tratamento dessa documentação e definir as ações para a salvaguarda, permitindo moldar a política de preservação da Fundação iFHC nos seguintes pontos:

- Conservação Preventiva;
- Digitalização e Backup;
- Avaliação para restauração;
- Avaliação para descarte;
- Aquisição de novos acervos;
- Regras para empréstimos e consultas;
- Captação de recursos e a elaboração de projetos de incentivo cultural;
- Descrição em base de dados e tratamento arquivístico;
- Gerenciamento de riscos.

Dada a gama de itens que compõe o programa de preservação, este relato se aterá as ações voltadas à conservação preventiva, primeira ação de preservação da curadoria, de forma que serão abordadas questões como a adequação do espaço, com a reforma das áreas de guarda, o controle e monitoramento climático, o armazenamento e acondicionamento e a higienização e vistorias periódicas.

Essa escolha se justifica, pois, embora a documentação esteja completamente digitalizada, de forma a preservar e garantir o acesso à informação, a opção pela manutenção dos originais exigiu que sua guarda estivesse estruturada de acordo com normas de conservação, atendendo aos padrões e recomendações internacionais e seguindo métodos de prevenção para evitar futuras intervenções.

Hoje a preservação privilegia as ações preventivas, que abrangem os acervos documentais em seu conjunto, em lugar dos tratamentos interventivos e pontuais. Por meio da conservação preventiva podem ser implementadas políticas de preservação que beneficiam os acervos a um custo acessível. Entretanto, para o seu desenvolvimento em um plano institucional é preciso partir de um planejamento que envolva toda a instituição. A definição de políticas institucionais, com base em prioridades, depende de dados, que são obtidos por meio de pesquisas. (Beck, 2006).

Adequação do espaço: a reserva técnica

O preparo do espaço para abrigar a documentação procurou atender aos requisitos de conservação preventiva, adequando a reserva técnica para o recebimento de materiais tão diversos. Assim como a maioria das instituições, a Fundação iFHC precisou adaptar o espaço destinado à guarda, sendo essa uma etapa essencial para garantir a preservação documental.

Os acervos de museus, arquivos e demais tipos de instituições culturais passam a maior parte do tempo em áreas de Reserva Técnica. Por isso, é fundamental que esta área seja projetada, planejada, organizada, monitorada e mantida a partir de princípios, conceitos, modelos e paradigmas da Conservação Preventiva. Do projeto arquitetônico aos programas de controle ambiental (monitoramento do clima, da luz, das pragas); da concepção do mobiliário ao desenho dos invólucros; do acesso à segurança; do manuseio à consulta, todas essas questões devem ser levadas em conta na prática institucional de salvaguardadas coleções. (Froner, 2008).

Seguindo tais recomendações foram feitas mudanças estruturais nos pisos, janelas e portas, tubulação de água e esgoto (desviada da área de guarda), ventilação e climatização com sistema de ar condicionado, entre outros.

Como resultado das reformas a documentação foi distribuída em dois subsolos parte com área ventilada, onde se encontram trainéis e arquivos deslizantes para materiais mais resistentes as alterações climáticas, e parte em área climatizada, para suportes mais frágeis como negativos e ampliações fotográficas, livros e outros documentos em papel, bem como registros audiovisuais e sonoros.

Com a reserva técnica abrigada em uma área de subsolo e o edifício construído em uma região de rios canalizados, no Vale do Anhangabaú, esta localização gerou grande obstáculo para a conservação, pois se trata uma área de difícil estabilidade climática, em especial da umidade relativa, exigindo assim medidas de monitoramento e controle ambiental.

O controle ambiental é uma das principais estratégias da conservação preventiva. Sua ausência acarreta uma série de problemas para a preservação dos acervos. Altos índices de temperatura, flutuações da umidade relativa do ar, incidência de raios ultravioleta, poluentes e agentes biológicos podem interferir na intensidade e na velocidade de deterioração dos materiais que compõe o acervo e são considerados fatores de risco para a integridade do patrimônio. Condições adequadas de temperatura e de umidade relativa do ar são elementos vitais para prolongar a longevidade dos documentos. Variações bruscas e frequentes desses dois fatores de risco podem causar enfraquecimento, manchas, deformações e uma série de danos na estrutura dos materiais, que podem ser permanentes. Estes dois fatores também, podem criar condições propícias para a ocorrência de ataques biológicos.

Dada a importância do controle da temperatura e da umidade relativa nas áreas onde estão armazenados os documentos é recomendado definir parâmetros climáticos ideais para a manutenção do acervo. Atingir esses valores ideais em um ambiente de depósito depende de um bom sistema de ar condicionado ou até mesmo do clima local, bem como de aparelhos e produtos químicos para controlar esses índices.

Visando administrar essas dificuldades, foi implementado um monitoramento ambiental feito pelo sistema Climus que permite a coleta e o registro da temperatura e umidade relativa e o armazenamento desses dados para análises e gráficos. É a partir das análises desse monitoramento que é feito o controle ambiental com desumidificadores, ar condicionado, ventiladores e carbonato de potássio para os

documentos com maiores riscos de ataques biológicos. Há uma variedade de recursos para controle ambiental como se pode verificar em algumas imagens dos equipamentos e materiais utilizados nas dependências da instituição.



Sistema Climus





Controle de umidade com carbonato de potássio em materiais orgânicos



Controle de umidade com o uso de desumidificadores

(Crédito das imagens: Acervo Presidente FHC)

Rotina de higienização e vistorias

Diante desses obstáculos com o controle ambiental, a higienização e as vistorias são fundamentais, pois garantem a eliminação de sujidades e a não proliferação de agentes biológicos. Para cada conjunto de documentos é empregada uma técnica distinta e para dar conta do grande volume, há uma equipe especializada para esse trabalho.

Quanto à higienização, esta é dividida em duas etapas: a limpeza do ambiente e a higienização da documentação.

A limpeza do ambiente é realizada pela equipe terceirizada e consiste na higienização da área da reserva (chão, paredes e parte externa do mobiliário). Tal tarefa é realizada duas vezes por semana com o uso de aspirador de pó e tecidos umedecidos em mistura de água e álcool etílico. Já a higienização da documentação é feita conforme cronograma anual englobando todos os gêneros documentais e

consiste em tarefas como: arejamento das fitas de VHS e cassete; limpeza de embalagens e invólucros; remoção de etiquetas antigas; higienização de todos os documentos com trincha e outros instrumentos; ventilação de artefatos em tecido, entre outros. Já as vistorias são realizadas semanalmente e por amostragem da documentação.



Rotinas de higienização
(Crédito das imagens: Acervo Presidente FHC)

Armazenamento e acondicionamento

Essa adequação do espaço para melhor disposição da documentação também envolveu a aquisição de mobiliário adequado para o armazenamento. Para a montagem da reserva técnica foi planejada a instalação de arquivos deslizantes, mapotecas, trainéis e outros móveis adequados para cada gênero, bem como a escolha de invólucros de acordo com a especificidade de cada material. Em alguns casos, o acondicionamento pré-existente na documentação, por mostrar-se adequado e estar em bom estado de conservação, foi adotado como permanente.

O desenvolvimento de embalagens e invólucros apropriados considerou as características físicas da documentação: tamanho, volume, peso etc; e um melhor aproveitamento do espaço com a confecção de embalagens que otimizassem o mobiliário.

Um exemplo disso são os documentos em suporte papel que foram acondicionados em caixas adequadas às prateleiras de acordo com o número exato que comportam, sem deixar lacunas ou superlotar as estantes, se ajustando ao comprimento e profundidade da prateleira sem o comprometimento da acomodação do documento, conciliando o aproveitamento eficiente, o atendimento aos padrões exigidos pela conservação e minimizando os custos.

Ainda com relação ao acondicionamento outro ponto importante para esclarecer é que a metodologia de descrição e classificação dos documentos foi grande aliada da preservação – em especial da conservação preventiva –, pois na proposta metodológica de tratamento arquivístico individual, estabeleceu-se por meio da configuração material e da configuração lógica o tratamento adequado para cada tipo de suporte e formato.

A configuração lógica, que é a descrição individual, feita em base de dados, é o que garante a organicidade do conjunto por meio da reunião contextual dos documentos, já a configuração material é o que garante a conservação ao priorizar o acondicionamento primário de cada documento dentro das unidades de arquivamento.

É a configuração material que determina a maneira como os documentos devem ser acondicionados e armazenados, em ambientes favoráveis a manutenção de sua integridade física. Trata-se de compatibilizar os diferentes suportes e formatos às condições de depósito (temperatura, umidade relativa e iluminação) e do mobiliário, segundo os preceitos da conservação preventiva dos documentos. Estabeleceram-se então as unidades de arquivamento, ou seja, os recipientes, invólucros ou formatos tomados como base mínima de acondicionamento e armazenamento, de uma perspectiva de racionalização dos espaços disponíveis. A partir do chamado armazenamento contínuo, decidiu-se promover a guarda sucessiva de documentos que obedecem a um mesmo padrão físico. (Camargo; Goulart, 2007).

Dessa forma o acondicionamento permanente, é a unidade física, o invólucro primário ideal, entendendo por primário como aquele mais próximo ao documento, o primeiro nível de proteção que garante por meio dos códigos – as unidades de arquivamento – o armazenamento de um documento com todos os demais de mesmas características, evitando assim uma acomodação inadequada que poderia trazer danos.

Tal procedimento poderia trazer um problema para a preservação causado pela dissociação, que nesse caso não ocorre, pois há a descrição em banco de dados com a digitalização e backups em servidores e fitas magnéticas LTO dos documentos que estão devidamente identificados pela notação física individual.

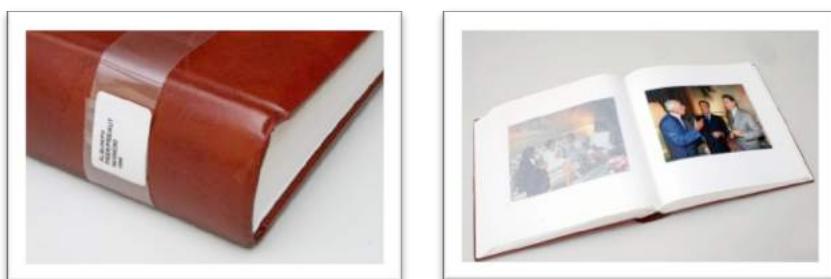
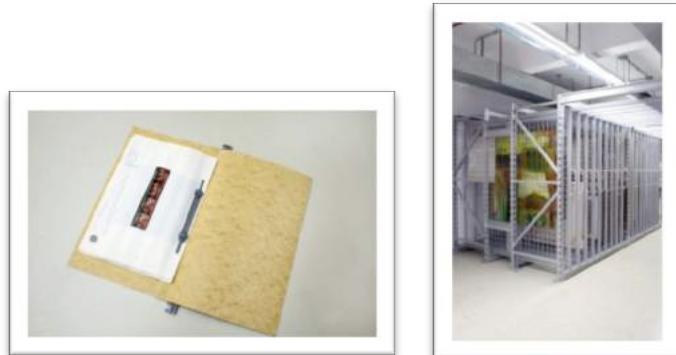
Exemplos de armazenamento e acondicionamento



Objetos



Documentos em papel



Negativos, slides ampliações fotográficas e pinturas



Fitas VHS e K7

(Crédito das imagens: Acervo Presidente FHC)

Conclusão

Apresentada parcela das atividades integrantes da política de preservação da Fundação iFHC, com enfoque especial para a conservação preventiva, podemos concluir que um programa de preservação não deve ser visto como um processo misterioso que exige apenas conhecimentos técnicos e habilidades de conservação. Ao contrário, é similar a qualquer outro processo de tomada de decisão de gestão, onde são avaliados os recursos disponíveis para as atividades e funções importantes para a realização da missão da instituição.

Assim como nos demais programas institucionais, os objetivos e as prioridades da política de preservação devem estar enraizados na missão institucional, baseando-se em um conjunto de ações coerentes e bem definidas, refletindo os objetivos reais e mostrando claramente como os conjuntos documentais devem se apoiar nestes objetivos.

Embora não tenhamos detalhado nesse texto todas as ações que compõe essa política, podemos dizer que os procedimentos realizados pela Fundação iFHC buscam garantir a integridade do conjunto documental da instituição, aumentando a vida dos materiais, implementando, evitando ou adiando intervenções diretas nos documentos e garantindo o acesso à informação.

Referências

ARDAILLON, Danielle. O Acervo Presidente Fernando Henrique Cardoso. In: MIRANDA, Danilo dos Santos (org.). *Memória e Cultura: a importância da memória na formação cultural humana*. São Paulo: Edições Sesc, 2007. p. 155-163.

BECK, Ingrid. *O ensino da preservação documental nos cursos de Arquivologia e Biblioteconomia: perspectivas para formar um novo profissional*. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense/Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro: 2006.

BOJANOSKI, Silvana. Estudo sobre condições de preservação dos acervos documentais brasileiros. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v. 2, n.1/2, p. 35-78, jan./dez.1999.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. *Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais: procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso*. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso (IFHC), 2007.

FRONER, Yacy-ara. *Tópicos em Conservação Preventiva-8: reserva técnica*. Belo Horizonte: Escola de Belas Artes – Ufmg, 2008.

HOLLÓS, Adriana Cox; PEDERSOLI JÚNIOR., José Luiz. Gerenciamento de riscos: uma abordagem interdisciplinar. *Ponto de Acesso*, Salvador, v. 3, n. 1, p. 72-81, abr. 2009.

MATERO, Frank. Ethics and policy in conservation. *Conservation: The Getty Conservation Institute Newsletter*, Los Angeles, v. 15, n. 1, p. 5-8, Spring 2000.

Sobre os autores

Alessandra Barbosa

Conservadora do Centro de Memória da Universidade Estadual de Campinas. Possui graduação em História pela Universidade de São Paulo. Atualmente, é mestrandona Programa de Pós-Graduação em História Social da mesma instituição. Tem experiência nas áreas de Preservação do Patrimônio Cultural e Arquivologia. Atuou em projetos desenvolvidos pela Grifo Projetos Editoriais, tendo sido responsável pelas ações de conservação preventiva na Fundação Instituto Fernando Henrique Cardoso.

Elisabete Marin Ribas

Chefe do serviço de Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo. Graduada em Letras pela Universidade de São Paulo, com especialização em Organização de Arquivos pelo IEB-USP e mestrado em Teoria Literária e Literatura Comparada pela FFLCH-USP. Na área de organização de acervos, atua com documentação permanente e acervos pessoais.

Elizabeth Ribeiro Azevedo

É professora de Teatro Brasileiro no Departamento de Artes Cênicas da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Paralelamente, tem atuado na área de documentação sobre o teatro paulista, coordenando o Laboratório de Informação e Memória do Departamento de Artes Cênicas da Escola de Comunicações e Artes (LIM-CAC).

Johanna Wilhelmina Smit

Docente sênior do Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, tendo sido também diretora do Arquivo Geral da mesma universidade. Graduada em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade de São Paulo, mestre em Documentação (École Pratique des Hautes Études, França) e doutora em Análise do Discurso (Universidade de Paris-I, França).

José Francisco Guelfi Campos

Professor da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais. Doutorando e mestre em História Social pela Universidade de São Paulo, graduado em História pela mesma instituição. Realizou estágio de aperfeiçoamento no Archivo Histórico de la Nobleza (Espanha). Entre 2014 e 2016, foi coordenador do setor de Arquivo da Biblioteca Brasiliana da USP.

Lílian Miranda Bezerra

Supervisora Técnica do Serviço de Gestão Documental no Arquivo Geral da Universidade de São Paulo. Mestranda em História Social pela Universidade de

São Paulo e graduada em História pela mesma instituição. Cursou a Escuela de Archivos para Iberoamérica (Espanha) e a extensão universitária em Introdução à Política e Tratamento dos Arquivos da PUC-SP.

Lorena de Oliveira Souza Campello

Responsável pelo Arquivo e pela Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e professora efetiva da rede estadual de ensino do Estado de Sergipe. Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo, mestre em História Ambiental e graduada em História pela Universidade Federal de Sergipe. Foi chefe da Seção de Arquivo Permanente e Intermediário do Arquivo Municipal de Aracaju e tutora do curso de História do Núcleo de Ensino à Distância da Universidade Tiradentes.

Louise Anunciação Fonseca de Oliveira do Amaral

Arquivista da Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia. Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Bahia e graduada em Relações Públicas pela Universidade Católica do Salvador e em Arquivologia pela Universidade Federal da Bahia, com especialização em Gestão da Comunicação Organizacional Integrada. É membro dos grupos de pesquisa “Cultura, Representação e Informação Digitais” e “Políticas de Informação, Comunicações e Conhecimento”, ambos certificados pelo CNPq e sediados na UFBA.

Silvana Goulart

Dedica-se a consultoria, gestão de acervos e projetos culturais. Mestre em História pela Universidade de São Paulo, publicou *Sob a verdade oficial*, referente à imprensa, censura e propaganda no Estado Novo. Especializou-se em Arquivologia, sendo coautora do livro *Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais*, que traz proposta metodológica para o tratamento documental numa perspectiva contextual.

Viviane Tessitore (in memoriam)

Historiógrafa do Centro de Documentação e Informação Científica “Prof. Casemiro dos Reis Filho”, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, e professora do curso de extensão “Introdução à Política e ao Tratamento dos Arquivos”, promovido pela mesma instituição. Mestre em História Social pela Universidade de São Paulo.

Este livro foi composto em Athelas e Baskerville
pela Editora da Associação de Arquivistas de São Paulo, em julho de 2017

A falta de consenso entre os profissionais e estudiosos a respeito da caracterização e das estratégias adotadas para a organização e representação dos conjuntos de documentos acumulados por indivíduos descortina um horizonte amplo e fértil para novas discussões. Os artigos reunidos neste volume, originalmente apresentados por ocasião do I Encontro ‘Arquivos Pessoais: experiências, reflexões, perspectivas’, procuram considerar aspectos ligados à teoria e à prática do que fazer arquivístico em perspectiva crítica, convergindo em um aspecto relevante: o reconhecimento dos arquivos pessoais enquanto arquivos, no sentido estrito do termo.

Textos de

Viviane Tessitore, Johanna W. Smit, Silvana Goulart
José Francisco Guelfi Campos, Lílian Miranda Bezerra
Elizabeth Ribeiro Azevedo, Elisabete Marin Ribas
Louise Anunciação Fonseca de Oliveira do Amaral
Lorena de Oliveira Souza Campello e Alessandra Barbosa